
conjuntura brasileira



índice

editorial - 1 ano de conjuntura brasileira	2
guia de leitura	3
repressão	5
igreja	14
estudantes	15
movimento sindical	18
notícias diversas	20
política nacional	24
economia	28
militares	37
política externa	41

ano 2 - numero 7 - set./outubro 1975 - 6 ff

40P 882

1 ano de conjuntura brasileira

Com este número 7 começa o ano 2 do Conjuntura Brasileira. Em outubro de 74 saía o número 1 e na apresentação dizíamos: "A idéia da publicação deste boletim noticioso surge com a constatação de que a maioria dos brasileiros que estão na Europa, apesar do interesse que manifestam, tem um acesso muito limitado às notícias do Brasil. Reproduzindo um conjunto de notícias sobre a realidade brasileira hoje - conjuntura brasileira - o boletim se dirige à este público". Ao longo do primeiro ano da publicação só pudemos confirmar o quanto era correta esta constatação que nos motivou para a publicação do boletim. Com efeito, sua divulgação vem sendo constantemente ampliada não só na Europa mas também na América Latina. Estamos convencidos que o boletim, como fonte de informação, tem contribuído para a discussão dos diferentes aspectos da realidade brasileira - o que é nosso principal objetivo. Tudo isso nos anima a superar os obstáculos - sempre existentes - e a procurar constantemente o aprimoramento da publicação.

Não foram poucos os problemas que tivemos que enfrentar e que ainda estão presentes. Na parte gráfica, a partir do número 2 o boletim passou a ser impresso em off-set, exigindo um esforço ponderável para que os custos não interferissem no volume da publicação (os seis primeiros números somam 254 páginas, uma média de 42 páginas por número) na medida em que não julgamos conveniente aumentar seu preço de venda. Quanto as fontes que utilizamos, ainda não conseguimos superar completamente os obstáculos para poder ter acesso mais constante e amplo a imprensa semi-legal ou de circulação restrita e a imprensa clandestina - e aqui há o problema da própria debilidade da imprensa clandestina no Brasil hoje. De qualquer forma, o balanço é positivo: ampliamos consideravelmente as fontes que utilizamos, o que se reflete na qualidade da publicação.

A partir do número 7 a Comissão de Edição do boletim passará a redigir notícias que complementem informações reproduzidas ou que sejam fruto de informações não divulgadas pela imprensa brasileira. Entretanto, a inovação mais notável a partir deste número é o "guia de leitura", idéia que viemos amadurecendo há algum tempo. Com o "guia de leitura procuramos realizar três objetivos: a) fornecer um quadro sistemáticos dos artigos divulgados a cada número e dos critérios utilizados na seleção; b) acrescentar informações e c) fazer observações no sentido de oferecer indicações complementares para o conhecimento da conjuntura brasileira.

Para o futuro estamos amadurecendo outras idéias, tais como a) publicação de "cadernos de conjuntura", com uma seleção por temas que permita enfrentar de forma sistemática a discussão de alguns aspectos da realidade brasileira e b) a montagem de um arquivo que ficaria a disposição para consultas.

Com relação a frequência da publicação, que saiu a cada dois meses no seu primeiro ano, pretendemos daqui para frente tirar um exemplar a cada 45 dias.

Finalmente queremos renovar nosso propósito de manter correspondência com os leitores, deles recebendo críticas e contribuições para o boletim.

comissão de edição

guia de leitura

O agravamento da crise econômica e a reativação progressiva do movimento de massas conduziram, na conjuntura atual, a uma mudança apreciável na correlação de forças no seio das frações hegemônicas da burguesia e do governo. Com efeito, duas tendências principais se perfilam entre as classes dominantes no Brasil, expressando-se na composição da equipe ministerial. Uma delas tende a refletir politicamente de forma mais direta os interesses, sobretudo imediatos, da burguesia associada e do imperialismo, promovendo neste período, de forma generalizada, uma campanha contra a chamada "estatização". A outra tende a expressar mais diretamente, no plano político, os interesses do Estado, tanto como aparelho de dominação como enquanto agente econômico, buscando numa situação de crise do sistema capitalista uma posição na "nova ordem econômica internacional" que permita o desenvolvimento do chamado "poder nacional" e a renegociação das formas de dependência. Na equipe ministerial a expressão mais nítida da primeira tendência, que jamais deixou de ser predominante no período atual, é Simonsen, enquanto que a da segunda é Severo Gomes. Sejamos inequívocos: a diferença específica de posicionamento entre as duas não se situa primordialmente na relação com o imperialismo, mas com respeito ao papel do Estado. São duas tendências no seio da burguesia hegemônica, portanto ambas associadas ao imperialismo. Se para a primeira tendência a associação com o imperialismo deve responder aos interesses concretos da burguesia associada (na atualidade, a "desestatização"), para a segunda os interesses do Estado e das empresas estatais têm maior ponderação na forma de associação e, portanto, da dependência. Tal formulação não exclui que outras frações não hegemônicas da burguesia industrial ou agrária possam se beneficiar de tal ou qual política (e não necessariamente e sempre da segunda), dando origem a alianças entre as classes dominantes.

É dentro deste quadro analítico, que queremos afirmar que a conjuntura atual se caracteriza, após uma ofensiva crescente desde os primeiros sintomas de crise econômica, por um acentuamento da predominância da política que expressa mais diretamente os interesses da burguesia associada e do imperialismo em detrimento dos setores (e não só da fração hegemônica) mais diretamente vinculados ao aparelho do Estado.

O discurso de Geisel de 10/10 propõe-se a enfrentar a crise econômica pelo seu aspecto mais alarmante - o déficit no balanço de pagamentos. As medidas nele contidas traduzem a busca desesperada de um re-equilíbrio, mesmo que a custa do aprofundamento, no curto prazo, da recessão e da inflação. Trata-se sobretudo de reproduzir uma "imagem de credibilidade" abalada, que conduza à uma afluência renovada de capitais imperialistas. Nesse sentido, a autorização dos "contratos de risco" simboliza essencialmente a disposição do governo em remover os eventuais obstáculos, ainda que jurídicos, que se lhes anteponham. Isso não se faz sem contradições políticas: por um lado, a oposição à medida por parte do MDB e do chamado "grupo renovador" da ARENA, ainda que fluída e inconsequente, é suficiente para que o governo abandone sua veleidade inicial de fazê-la aprovar pelo Congresso; por outro lado, a conhecida oposição de oficiais das FFAA, mesmo do Estado Maior, à quebra do monopólio estatal da Petrobrás, obrigou

os articuladores dos "contratos de risco" a um trabalho prévio de convencimento, cuja dimensão e efeitos não podem ainda ser totalmente avaliados, não obstanté as reiteradas referências à coesão e ao profissionalismo das FFAA. Pode-se contudo aferir a potencialidade daquelas contradições pela forma restrita, oculta e até mesmo brusca em que a decisão é tomada, pois se bem o poder de decisão da ditadura se situa em áreas limitadas, os efeitos persistentes da chamada "distensão" haviam concorrido para uma ampliação excepcional do debate sobre o assunto.

As medidas anunciadas por Geisel se articulam com uma nova fase na campanha contra a chamada "estatização", quando, sob a pressão da fração predominante da burguesia hegemônica, são exigidas medidas "desestatizantes" concretas do governo. Despida de seu conteúdo ideológico, esta campanha traduz essencialmente a reestruturação do capitalismo brasileiro no seio de uma nova divisão internacional do trabalho que se configura. Nela o capital imperialista temeroso dos efeitos da "distensão/institucionalização" busca fortalecer relativamente o papel repressivo do Estado em detrimento do seu poderio econômico. Assiste-se pois uma inversão parcial da tendência à delegação à ditadura militar do conjunto da direção político-econômica do país. O processo de "distensão" restringe sua vigência, na conjuntura atual, ao âmbito dos mecanismos de participação/decisão das classes dominantes.

A produção agrícola, que num momento foi apresentada como a contrapartida de uma produção industrial em declínio relativo, crescerá a taxas mínimas este ano, bastante inferiores às taxas inicialmente previstas, ou mesmo à taxa média requerida pelo II PND (7% anual). Frente a isso, o governo trata de fazer crer que o insucesso é fruto de catástrofes naturais (chuvas, geadas), concedendo créditos e ganhos suplementares aos proprietários enquanto o desemprego se estende sobre vastas regiões. Contudo, o prosseguimento da recessão mundial acentua a queda nas cotações de grande parte dos produtos agrícolas exportados pelo país, agravando ainda mais o balanço comercial. Ao mesmo tempo, sobem os preços de produtos alimentícios essenciais no mercado interno, elevando de forma evidente o custo de vida, tendência esta que deve redobrar-se com o aumento no preço dos combustíveis anunciados por Geisel. Para "conter" o recrudescimento inflacionário dos últimos meses, o governo vem de agregar um novo "instrumento" aos seus malabarismos monetaristas: foi criado um novo "índice expurgado" de efeitos "acidentais" (geadas e chuvas) que ao ocultar os aumentos recentes dos produtos agrícolas, expurga a própria realidade.

No momento em que se reconhece oficialmente o fracasso do INCRA e do PROTERRA, a mistificação se translada à uma nova sigla - o CONTERRA que, como não poderia deixar de ser para os interesses do bloco no poder, não enfrenta a questão essencial da propriedade da terra. Pelo contrário, a política agrícola trata de criar incentivos para uma concentração ainda maior da produção agropecuária, frequentemente sob a égide do capital imperialista, visando principalmente o mercado externo.

No plano político, assiste-se a uma reformulação parcial do projeto de "distensão", expressa no abandono provisório da chamada

"discussão institucional", e acompanhada de uma repressão crescente e indiscriminada, tudo isso podendo culminar a médio prazo no fechamento do Congresso e/ou suspensão de eleições.

Para a ditadura trata-se de golpear decididamente o movimento de massas renascente que, articulado fundamentalmente em torno da luta pelas liberdades democráticas, reúne potencialmente, no período atual, uma combatividade crescente. A característica mais marcante da escalada repressiva em curso é a sua massividade (por oposição a seletividade de períodos anteriores). São golpeados sucessivamente jornalistas, estudantes, professores, líderes sindicais, políticos, militares (algumas dezenas, o que nunca foi reconhecido abertamente pela ditadura), setores da igreja, etc. O clima de terrorismo policial que se instaura no país atinge um auge no assassinato do jornalista Wladimir Herzog. A evidência da brutalidade e da violência cometidas gera condições excepcionais para a unificação da oposição ao regime, especialmente em S.P., sendo expressão disso a verdadeira manifestação política no culto ecumênico da Sé.

Frente à reação que se produz contra a arbitrariedade e violência da repressão, a ditadura trata de fazer crer que toda esta mobilização de massas contra o regime integra um grande plano subversivo para derrocá-la, que atribui à esquerda, na impossibilidade de caracterizá-lo como terrorismo - como em épocas anteriores - dado seu caráter massivo.

Frente ao crescimento da oposição ao regime e o temor de novas vitórias eleitorais do MDB em 76 e 78, a ditadura combina uma dupla tática: por um lado golpeia sua ala mais radical e por outro renova apelos unitários em nome dos "interesses nacionais". Ao mesmo tempo, busca fortalecer, ainda que de forma contraditória (vedando-lhe inclusive a referendação de questões fundamentais, como a autorização dos "contratos de risco") a ARENA. O próprio MDB, desmoralizado e dividido, termina aceitando todas as cartas marcadas desse jogo, mostrando sua direção o desejo de submeter-se para evitar o chamado "impasse institucional". Neste contexto, o resultado eleitoral em 76 passa a constituir-se, para a ditadura, num dado de cuja apreciação poderia resultar a "exceção dentro do Estado de exceção", com o eventual fechamento do Congresso e/ou suspensão das eleições de 78.

Os dados e análises das eleições passadas apontam a conjuntura excepcional na qual o voto ao MDB foi vislumbrado como "instrumento de protesto" contra a ditadura, o que permitiu que, à votação relativamente constante do MDB em eleições anteriores, se somassem aqueles que votavam nulo ou branco. A descaracterização posterior do MDB como "oposição", acelerada pela dupla tática da ditadura acima referida, podem conduzir novamente setores ponderáveis dos que nele votaram, a votar nulo ou branco, criando condições para um aumento relativo dos votos à ARENA.

O movimento estudantil nesta conjuntura parece revelar formas de organização mais consistentes desenvolvendo manifestações solidárias na luta por objetivos comuns, tais como o fim do 477 e a reabertura dos diretórios e demais órgãos representativos. Destacam-se as greves - principalmente na Bahia, que se prolongou por mais de um mês - e os encontros nacionais dos estudantes de física, medicina, economia e engenharia.

do uma série de lutas elementares e isoladas dos trabalhadores rurais em todo o país pela posse da terra, cujo desfecho tem sido invariavelmente, até agora, a violência dos proprietários combinada com a repressão das polícias locais.

A classe operária, que conhece na conjuntura atual rebaixamento de seu poder aquisitivo (contrariamente ao que alardeia a ditadura), desemprego crescente e "acidentes" de trabalho em escala brutal, mobiliza-se ainda de forma parcial e isolada, ressaltando-se o caráter defensivo de suas lutas, reprimidas violentamente tão logo excedam essas margens estreitas. De qualquer modo, há uma reanimação da atividade sindical com o desenvolvimento das lutas reivindicativas.

O movimento pela anistia se amplia, tendo sido criado um novo comitê no Rio, noutros estados se realizam trabalhos tendo em vista a criação de novos comitês, o que transforma a campanha num movimento nacional. A luta dos prisioneiros políticos vem se estendendo e adquirindo um caráter permanente. A resistência dos prisioneiros políticos repercute e é apoiada por diferentes setores da oposição, entre os quais se destaca a Igreja.

A característica mais notável da política externa brasileira, no atual período, é a sua formulação, em nível diplomático, em bases relativamente independentes do governo do Estados Unidos. A diplomacia brasileira busca intervir no cenário da crise do sistema capitalista mundial através de uma política externa dita "ecumênica", pois rejeita os "alinhamentos automáticos" e destaca o "conflito Norte-Sul" em detrimento de "conflito Leste-Oeste", situando o Brasil como uma "nação do Terceiro Mundo". Criticando a "divisão internacional do trabalho vigente", propõe a realização de um "Acordo Geral de Comércio Norte-Sul" que conduza à conformação de uma "nova ordem econômica internacional" com condições mais favoráveis para os países subdesenvolvidos no comércio internacional de bens e tecnologia. Este envoltório diplomático, apesar do efeito propagandístico indiscutível, não é uma farsa grotesca: expressa uma readequação de instrumentos para a realização de objetivos permanentes da ditadura militar, formulados nos principais centros de elaboração estratégica da burguesia no Brasil. Porém, não resume sua política externa: complementa-se por um lado com o expansionismo econômico, sobretudo na América Latina, e por outro lado com a militarização, expressa no reaparelhamento contínuo das FFAA, na criação de uma força de intervenção no continente e no caminho percorrido para a fabricação de armas nucleares. A política externa brasileira, uma espécie de terceiro-mundismo expansionista, busca pois acomodar os interesses das frações hegemônicas da burguesia, do Estado enquanto articulador de uma aliança mais ampla das classes dominantes e do aparelho militar, num conjunto que preserve opções básicas: internacionalização da economia brasileira ("os recursos externos") e "transformar o Brasil numa potência". Em particular, a estratégia contra-revolucionária do Exército brasileiro se reafirma na última Conferência dos Exércitos Latinoamericanos pela crítica a ineficácia da OEA na "defesa coletiva" e a formulação da necessidade de um "pacto militar", evitando uma desagregação à portuguesa.

repressão

**PRESO POLITICO
"SUICIDOU"**

ESP-11-9-75
A Delegacia do 2.º Distrito Policial de Fortaleza recebeu ontem o laudo pericial do Departamento de Polícia Técnica, atestando que o preso Pedro Jerônimo Sousa suicidou-se no interior do xadrez da DOPS, usando uma toalha.

A Polícia Federal pediu a instauração de inquerito, no 2.º Distrito, em Fortaleza, para apurar os acontecimentos que envolveram a morte de Pedro Jerônimo de Sousa, ocorrida, no xadrez do Departamento de Ordem Política e Social, dois dias após a sua detenção.

Segundo laudo médico fornecido pelo legista Francisco Alves Noronha Filho, a causa-morlis foi asfixia mecânica por enforcamento. A detenção de Pedro Jerônimo de Sousa ocorreu no ultimo dia 15, no interior de um ônibus. Nesse dia, o advogado Antonio Pádua José de Barros chegou a dirigir um pedido de informação à Polícia Federal sobre a situação de seu constituinte. Mas, após a morte de Pedro Jerônimo de Sousa, a causa não foi levada adiante pelo advogado, que alegou não ter autorização para qualquer demanda. No entanto, o advogado providenciou as medidas necessárias para resguardar sua responsabilidade pela não continuação de sua interferência no processo.

**UM MES
DESAPARECIDO**

ESP-24-9-75
Deu entrada ontem no Superior Tribunal Militar o pedido de habeas corpus formulado em favor de Gildasio Cosenza, detido há quase um mês por agentes policiais do I Exército e do Departamento de Polícia Política e Social do Rio de Janeiro, conforme informa no pedido o advogado Modesto da Silveira.

Segundo o advogado, até o presente momento a prisão não foi comunicada ao juízo competente, apontando como autoridade coatora o comandante do I Exército e o diretor do DOPS.

**ESTUDANTE
SEQUESTRADO**

ESP-21-9-75
O estudante Antonio Elisio de Castro, de 25 anos, aluno do curso de História da Universidade Federal Fluminense, foi sequestrado quinta-feira, entre 12 e 13 horas, em sua residência, no Rio Comprido, no Rio, por três homens armados, que se diziam agentes dos órgãos de segurança.

**PROFESSORES
PRESOS**

ESP-30-9-75
O advogado Hélio Navarro entrou ontem, na Auditoria Militar de São Paulo, com uma comunicação de detenção, por órgãos de segurança, dos professores José Francisco Quirino dos Santos e Célia Nunes Galvão Quirino dos Santos, da USP, e pedindo o relaxamento da prisão, se ficar caracterizada que ela é ilegal.

Para configurar que nada há contra os dois professores, o advogado invocou o artigo 467 do Código de Processo Penal Militar, que especifica os casos de ilegalidade e abuso de poder.

**ADVOGADOS
PRESOS**

ESP-1-10-75
No ofício da OAB-GO lido por Lazaro Barbosa são denunciadas as prisões dos advogados Olavo Berquó, primeiro secretário da seccional da OAB, e do magistrado aposentado Sebastião Naves, dia 22. No mesmo dia, foi preso (e liberado na madrugada seguinte) o advogado Julio Alencastro Veiga Filho, ao tentar interferir na prisão de seu tio, Carlos Alencastro Veiga, e do escrivão Marcio Alencastro Veiga.

O ultimo nome relacionado no documento é o do promotor de Justiça e professor de Direito Geraldo Raul Fleury Curado. Todos os presos, diz a OAB-GO, estão em regime de incomunicabilidade, ignorando-se também o local ao qual foram recolhidos.

**PRISÕES VÃO
CONTINUAR**

ESP-20-9-75
O ministro da Justiça está "extremamente preocupado" com o movimento subversivo no País, encarado como "coisa seria", segundo revelou ontem o governador do Ceará, Adauto Bezerra, que esteve com Falcão em audiência pela manhã.

Ao mesmo tempo, alta fonte governamental informou que as prisões ocorridas no Paraná não se constituem um fato isolado, devendo se estender a grande parte do País e, em algumas regiões, até em maior escala que naquele Estado.

A justificativa apresentada é a do recrudescimento da subversão que, agora, estaria se utilizando de processos de persuasão da opinião pública, infiltrando-se nos meios de co-

**CHAVEIROS
APREENDIDOS**

ESP-20-9-75
Sob a alegação de que atentavam contra a segurança nacional, 100 dos 200 chaveiros que estavam sendo vendidos pelo setor jovem do MDB de Santa Maria, foram recolhidos, na quinta-feira, por agentes da delegacia regional do Departamento de Polícia Federal. O vice-presidente do setor jovem, Gilson José dos Santos Lopes esteve detido também na quinta-feira e agora responderá a processo.

Os chaveiros, que estavam sendo vendidos a Cr\$ 10,00 cada, apresentam, de um lado, a inscrição: "Pela liberdade dos estudantes, contra o 477 e o 228", e, do outro, uma reprodução fotográfica com três figuras humanas, destacando-se, de costas, um policial que parece ameaçá-los.

DESAPARECIDO

ESP-10-75
Jorge Haddad, advogado e irmão do médico Salim Haddad, preso sexta-feira passada em Maringá, ainda não conseguiu descobrir seu paradeiro, acreditando que ele esteja detido no quartel da 5.ª Região Militar.

**PRISÕES EM
GOIANIA**

ESP-3-10-75
A Auditoria Militar de Brasília liberou ontem a relação das 22 pessoas presas pelo Departamento de Polícia Federal em Goiania, sob a acusação de tentarem reorganizar o Partido Comunista Brasileiro em Goiás. Cinco permanecem detidas para interrogatório: Isaaq Thomé Neto, os advogados Olavo Berquó e Sebastião Naves, Benigno Pereira Maia e Francisco Gomes Filho.

Segundo o comunicado do DPF, foram presos e liberados após triagem "feita em menos de 12 horas": Luis Carlos Thomé, Benedita Machado Thomé, Maria das Dores da Silva Nascimento, Gonçalo de Castro, Julio Alencastro Veiga, Olimpio Carlos Moreira, Mauro Roriz, Julio Cesar Amaral Neto, Hermano Campos Bueno, Francisco Solano Lopes Albernaz, Alarico Ribeiro Gonçalves, José Machado Borba, Ildebrando Loures e Mendonça José Carlo Moreira Cintra, Carlos Alencastro Veiga, Geraldo Raul Curado Fleury e Maria Francisca Maia.

**DEPUTADO
DENUNCIA
TORTURA**

ESP 3-10-75
Ao mesmo tempo, o deputado Siqueira Campos (Arena-GO) entregava ao ministro Arnanando um documento denunciando "excessos e arbitrariedades" que vêm sendo cometidas pela Polícia Federal nas recentes prisões de advogados e pessoas ligadas aos dois partidos em Goiás.

Siqueira Campos não revelou o conteúdo do documento, por entender que o assunto "é muito delicado e deve ser tratado com reserva". Mas evidenciou sua preocupação com os métodos empregados pelas autoridades da Polícia Federal, citando o advogado Alencastro Veiga, filiado à Arena, como uma das vítimas dos abusos policiais.

"E como se não bastasse — concluiu — a sanha inquisidora voltou-se contra a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás, detendo vários de seus membros, todos eles pessoas respeitabilíssimas nos meios forenses do Estado".

D. EVARISTO DENUNCIA

PRISÃO DE 50 MILITARES E "SUICIDIO" DE TENENTE

Carta de D. Evaristo Arns ao Ministro da Justiça - (trechos)

DIAL 1 agosto/75 - Paris.

(...) Foi-nos, por isso motivo de grave inquietação a notícia de que mais de cinquenta membros da Polícia Militar de São Paulo se encontrariam presos nas dependências do DOI-CODI, mantidos incomunicáveis e, segundo consta, submetidos a torturas, ao arrepio dos preceitos constitucionais, da legislação vigente e das mais comeczinhas normas dos direitos do homem.

(...) Em anexo, encaminho a V. Excia. dados sobre o alegado suicidio do prisioneiro José Ferreira de Almeida, 2º Tenente da Reserva da Polícia Militar de São Paulo e que, segundo informes de familiares, teria sido vítima fatal de torturas. (...)

NA AUDITORIA DENUNCIA DAS TORTURAS

ESP-9-10-75

Conselho Permanente de Justiça do Exército ouviu ontem, na auditoria de Brasília, Yoshio Ide e Wenceslau de Oliveira Moraes, acusados de tentarem reorganizar o Partido Comunista Brasileiro na região do Distrito Federal.

Os interrogados afirmam que não conheciam a denúncia e que a acusação não era verdadeira.

Yoshio Ide contou que foi preso no dia 14 de julho, quando se encontrava conversando com amigos, por dois indivíduos que o encapuçaram e o levaram para local ignorado, onde permaneceu até o dia 30 do mesmo mês, sendo "barbaramente espancado". No dia 4 de agosto, Yoshio foi encaminhado à Polícia Federal, onde, conforme disse, recebeu bom tratamento e a ameaça de voltar ao lugar de onde viera se não assinasse os documentos que lhe foram apresentados.

Yoshio e Wenceslau são acusados juntamente com os gráficos Laudo Leite Braga e Darcy de Aquin Ribeiro, a funcionária do Itamaraty Terezinha de Oliveira Silva, Geraldo Campos e o advogado José Oscar Pelucio Pereira, que compareceu ao interrogatório com a perna operada, "em virtude das torturas que recebeu quando estava detido".

Na ocasião, foram ouvidos também dois agentes da Polícia Federal, arrolados como testemunhas do Ministério Público. Ambos desmentiram as denúncias de torturas formuladas pelos acusados e afirmaram que todos os documentos foram assinados sem coação moral ou física.

NA AUDITORIA RELATO DAS TORTURAS

ESP-10-10-75

Interrogado pelo magistrado, Delzir Antonio Matias esclareceu que foi preso no dia 1.º de junho e levado para local desconhecido, onde sofreu maus tratos e sevícias durante os seis dias em que foi interrogado. Nesse período, foi internado no Hospital Filinto Muller. Posteriormente, no DOPS, resumiu as declarações prestadas anteriormente, ressaltando ter sido bem tratado pelo delegado, sem sofrer coação. Finalmente, esclareceu que foi orientado pelo DOPS para dizer que teria sido atropelado por um caminhão de areia na avenida Senador Camara, em Santa Cruz, quando foi recolhido inconsciente.

Nelson Nahon, estudante de Medicina, alegou ter sido vítima de violência nos primeiros interrogatórios.

PRESO DEPUTADO

ESP-16-10-75

A prisão do deputado estadual José Domingos Scarpellini, em Apucarana, sob alegação de que pronunciaria discurso na Assembléia do Paraná contra os contratos de risco, foi condenada ontem, energeticamente, pelos deputados Laerte Vieira, líder do MDB, e Alvaro Dias (MDB-PR).

Vieira disse que a bancada oposicionista estava solidária com os seus correligionários paranaenses "nos protestos lavrados contra a prisão e espera providências energéticas e definitivas do governo para que fatos desta ordem não se repitam e não mais agridam o exercício do mandato parlamentar no País".

VEREADOR PRESO

ESP-10-75

O deputado Theodoro Mendes (MDB-SP), denunciou ontem a prisão do vereador João dos Santos Pereira, de Sorocaba, "possivelmente detido pelos órgãos de segurança sem que lhe fosse apresentada qualquer razão para esta medida extrema, como de costume".

PROFESSOR PRESO

ESP-24-10-75

Familiares de Rui César de Matos Messias, professor de História e diretor do curso de madureza Indac, comunicaram ontem a sua prisão, efetuada sábado à noite, por dois elementos que apresentaram credenciais do II Exército.

H.C. PARA 3 PRISIONEIROIS

ESP-16-10-75

O advogado José Roberto Leal de Carvalho impetrou "habeas corpus", ontem em favor do pesquisador Maximiliano Herlinger e do engenheiro Fernando Gomes da Silva. O primeiro foi detido na noite do dia 16 e o segundo na manhã de ontem e ambos levados para local ignorado. O advogado aponta como "autoridades eventualmente coatoras o comandante do II Exército e o Dops de São Paulo".

Também, a advogada Elizabeth Martins Souto impetrou "habeas-corpus" em favor do livreiro Alvaro Bandarra, preso dia 9, em Santos, após informar sua mulher, Iracy Mendes Bandarra que iria comparecer a um órgão de segurança para esclarecimentos. E, em Londrina, o Diretório Geral dos Estudantes da Universidade Estadual aprovou carta aberta protestando contra a prisão do médico Nelson Rodrigues dos Santos.

PRISÕES NO PARANÁ

ESP-14-10-75

Nove pessoas foram presas neste fim-de-semana no Norte do Paraná, elevando para 22 o total de pessoas detidas no Estado pelos órgãos de segurança. Em Londrina, foram presos o professor Nelson Rodrigues dos Santos, diretor do Centro de Ciências da Saúde da universidade local; o advogado Almir Moreira Passos, Antoniel de Souza Silva, Teodolino Alves do Nascimento e Jorge Ferreira Antunes; em Arapongas, o médico Araujo Moreira, e em Apucarana, Arnaldo Ramos Leonil, Pedro Preto e um funcionário municipal ainda não identificado.

Na manhã de ontem, o reitor da Universidade Estadual de Londrina reuniu extraordinariamente o Conselho de Administração e, à tarde, divulgou nota em que afirmava ter tido conhecimento da prisão do professor Nelson Rodrigues dos Santos por intermédio de sua família, e que, após contatos com autoridades estaduais, havia apurado que a detenção foi determinada por órgãos de segurança federais".

PRISÕES DE JORNALISTAS

ESP-14-10-75

A Associação Brasileira de Imprensa enviou ontem telegrama ao ministro da Justiça, Armando Falcão, solicitando sua interferência em virtude da prisão do jornalista Orlando Bonfim Junior.

Em outra nota, a ABI pediu ao comandante do II Exército, general Edmarco Mello, sua intervenção a favor dos jornalistas Marinilda Carvalho Marchi, da "Veja", e Sérgio Gomes da Silva, da "Folha de São Paulo".

A prisão da jornalista foi oficialmente admitida ontem pelo Comando Militar do Planalto, que informou estar ela à disposição do II Exército, em São Paulo. Marinilda foi presa dia 8, em Brasília.

NEGADO HC PARA ESTIVADOR

ESP-14-10-75

O Superior Tribunal Militar negou ontem o pedido de habeas corpus feito em favor do estivador Antonio Brito Lopes, com base no artigo 10 do Ato Institucional nº 5, que veda essa garantia a elementos acusados de crime contra segurança nacional. Segundo a 5.ª Região Militar do Paraná, Antonio Brito Lopes é militante do Partido Comunista Brasileiro.

Com base no mesmo instrumento, o STM negou também o habeas corpus a Aldo Ditrich, igualmente preso pelos órgãos de segurança do Paraná.

MDB DENUNCIA DEZENAS DE PRISÕES

ESP-21-10-75

O Departamento Estadual de Juventude do MDB divulgou ontem, em nota oficial, a relação de nomes de seus integrantes presos nos últimos dias, sem o cumprimento das formalidades legais, fatos que chegaram ao seu conhecimento por intermédio de familiares e de amigos dos presos. A lista — com 15 nomes — é complementada por 17 outros nomes de pessoas presas nos últimos dias, e cujas detenções foram comunicadas às Auditorias Militares, e mais 33 nomes de pessoas que se encontram presas há vários dias, a maior parte dos quais já foi divulgada.

Os integrantes do MDB detidos nos últimos dias, segundo a nota do Departamento de Juventude do partido, são: Ruben Severian Loureiro, Sérgio Azevedo Fonseca, Lenita Nobuko Yassuda, jornalista Ricardo de Moraes Monteiro, Luis Guilherme de Moraes Monteiro, jornalista Paulo Sergio Marku, jornalista Diléa Markum, todos membros da Juventude do MDB de São Paulo; David Capistrano da Costa Filho, membro da Juventude do MDB em Campinas; Miguel Treffault Urbano Rodrigues, estudante de Biologia na USP; professor Benauro Roberto de Oliveira; arquiteta Cristina de Castro Mello; jornalista Luis Paulo da Costa, membro do Diretório do MDB em São José dos Campos; Ubiratan de Paula Santos; jornalista Anthony de Chrysto; e Genivaldo Matias da Silva.

Além dessas prisões, continuam detidas, segundo a nota, as seguintes pessoas: Waldir José Quadros, presidente do Departamento de Juventude do MDB em São Paulo; jornalista Sérgio Gomes da Silva, professor José Salvador Faro, Marisa Saenz Leme, todos membros da Juventude do MDB em São Paulo; Miguel Trujillo Filho, membro do Diretório do MDB em Sorocaba; médico Francisco José Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, membro da Juventude do MDB em Taubaté; estatístico José Carlos de Souza Alves; Lazaro de Campos, membro do Diretório de Sorocaba; Aurelio Sabadin, de Sorocaba; Manoel José Constantino, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul e delegado nacional do partido e o vice-presidente José Ferreira; Pedro Daniel de Souza, ex-dirigente sindical, filiado ao MDB de São Caetano do Sul; advogado Henrique Buzzoni, filiado ao MDB de Vila Madalena; Antonio da Costa Cadelha Neto; arquiteto Jafet Henrique de Carvalho; dentista Osmar Gomes da Silva; Ernesto Correa de Mello; médica Eleonora Machado Freire; jornalista Frederico Pessoa da Silva; Simão Lorente; advogada Sonia Maria de Oliveira Moroset-

ti, advogada Sandra Mara Nogueira Miller, Roberto Calland Salles Costa e Alvaro Bandarra, todos de Santos; Luis Martins, presidente da Sociedade Amigos do Jardim Lavinha, em São Bernardo do Campo; engenheiro Fernando Gomes da Silva; José Milton Ferreira de Almeida; Aldo Pedro Dettrich; Gildazio Westin Consensa; Armando Eurico Gomes; Ricardo Felício Mansur; Francisco Victor Machado; Edwaldo Alves da Silva.

Diz ainda a nota do MDB que foram comunicadas às Auditorias Militares as seguintes prisões ocorridas entre os dias 30 de setembro e 4 de outubro: Elzo Ramos Jr., Nivaldo José Costa Miranda, Sebastião Victorino da Silva, Emilio Bonafante de Maria, Antonio Bernardino dos Santos; Rosa Maria Colombo Faria, Feliciano Eugênio Neto, Fernando J. Dias, Ana Maria Maduro Gonçalves Brandão Dias, Geraldo da Silva Espinosa, Sérgio Martins, Francisco Siedel, Adegildo Justiniano de Paula, José Hortêncio, Isaias Trajano da Silva, Gumercindo Arias Rodrigues e José Ferreira da Silva.

Em Porto Alegre, a Executiva Estadual do Setor Jovem do MDB no Rio Grande do Sul foi convocada ontem, em regime de urgência para examinar a comunicação sobre a prisão dos 15 integrantes do Departamento da Juventude de São Paulo e deverá manter-se em assembleia extraordinária permanente, devido à gravidade do acontecimento.

Outras prisões ocorreram em São Paulo, sem que os familiares das pessoas detidas tenham obtido informações sobre seu paradeiro. Na madrugada de domingo, foi detido em sua residência o médico Francisco Augusto Lemos César. Na tarde de sábado, foi preso também em sua residência o químico José Luis Ganani, professor do Departamento de Engenharia Química da Escola Politécnica.

Por outro lado, os alunos da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP reuniram-se em assembleia para discutir a prisão de Ubiratan de Paula Santos, aluno do terceiro ano de Medicina, que além de membro da Juventude do MDB era candidato à vice-presidência do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz — e de alguns alunos da Faculdade de Arquitetura.

D. EVARISTO PREOCUPADO COM PRISÕES

ESP-22-10-75

Em reunião realizada ontem com seus bispos auxiliares, o cardeal D. Paulo Evaristo Arns manifestou sua preocupação com as prisões realizadas nos últimos dias, que calcula em 47 só no Estado de São Paulo, a partir do dia 4. D. Evaristo Arns, que já conversou sobre o assunto com o governador Paulo Egydio, segunda-feira abordará o problema na reunião que manterá com todos os bispos

do Estado em Itaipu, a partir do dia 27.

Outras medidas foram tomadas pela Igreja em favor dos presos políticos: a Comissão de Justiça e Paz intercedeu junto ao Congresso Nacional, Conselho Regional de Direitos Humanos e autoridades do poder Executivo. O interesse do cardeal manifestado também às famílias dos detidos, que estão procurando auxílio da Igreja com grande intensidade nos últimos dias.

ESTUDANTES FAZEM ASSEMBLEIA CONTRA PRISÕES

Estudantes da USP, por sua vez, decidiram marcar para amanhã uma assembleia-geral destinada ao estudo do significado da prisão de alunos e professores, verificada no último fim-de-semana, na Cidade Universitária. Ontem, realizaram-se assembleias das faculdades de Comunicação, Psicologia, Biologia e Economia.

Durante a reunião dos alunos de Comunicações, ficou decidida a elaboração de um documento que relata a situação e convoke a participação do sindicato dos jornalistas (para que se mobilize diante das prisões) e da Sociedade Interamericana de Imprensa (para que promova a divulgação dos fatos). Foi determinada, também, a paralisação das aulas, amanhã, em sinal de protesto.

Igual decisão foi tomada pelos alunos de Economia, que se deslocarão até a Reitoria para pedir a liberação de colegas e professores presos. Durante a assembleia-geral, os alunos da ECA deverão propor a deflagração de uma greve geral a partir do dia 26, caso os detidos não sejam libertados até essa data.

Os estudantes querem ainda, a eliminação do policiamento ostensivo e intensivo dentro do campus universitário que, segundo informam, duplicou desde sexta-feira.

GOVERNO PREVÊ: REPRESSÃO VAI AUMENTAR

Segundo altas fontes oficiais, está havendo no país uma escalada da subversão "à qual é imprescindível que corresponda uma escalada da repressão". Não é possível formular hipótese a respeito de quando ou como as coisas irão suceder, mas um fato é certo: o governo não permitirá o desenvolvimento de atividades subversivas, devendo continuar a coibi-las com a mesma intensidade ou até com intensidade maior do que a atual. Há, ainda para os mesmos informantes, integração completa das autoridades,

PROIBIDAS AS CONCENTRAÇÕES

JB-22/10/75

Brasília — As concentrações legalmente permitidas, desde que atendendo às formalidades previstas, em nada serão afetadas pela circular enviada ontem pelo Ministro Armando Falcão a todos os Governadores dos Estados e Territórios, solicitando medidas preventivas contra passeatas, comícios, concentrações e quaisquer manifestações públicas que provoquem perturbações — segundo esclareceu no Ministério da Justiça.

Disse um funcionário que as campanhas eleitorais estão excluídas das medidas preventivas, pois são regidas pela Justiça Eleitoral, que garante aos candidatos todos os seus direitos, exigindo apenas a comunicação 24 horas antes do comício. Tal prazo permite a preparação de esquema de segurança incluindo, às vezes, o remanejamento do trânsito.

A circular ministerial afetará mais diretamente as manifestações estudantis, segundo o funcionário que apontou como palavra mais importante da circular "agitação" — ligada no documento a perturbação do trabalho, da vida e da coletividade.

Circular

E' a seguinte a circular do Ministro da Justiça:

"Afim de preservar devidamente, acima de quaisquer circunstâncias, o clima de ordem e tranquilidade reinante em todo o território nacional, fundamental para a continuidade do esforço de desenvolvimento que o Brasil revolucionário empreende, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência o especial obséquio de baixar ordens às autoridades estaduais competentes no sentido de não permitirem, sob pretexto algum, passeatas, comícios, concentrações ou outras manifestações públicas capazes de provocar agitação, perturbando o trabalho e a vida das pessoas e da coletividade. Será conveniente que medidas preventivas adequadas tenham sempre preferência sobre ações repressivas, enquadrando-se, outrossim, desde logo, nas disposições legais pertinentes que porventura transgredirem as normas estabelecidas em favor da paz de que desfruta o povo brasileiro. Saudações atenciosas. Armando Falcão, Ministro de Estado da Justiça."

ESP-28-10-75

em todos os níveis e setores. As informações filtradas pelos órgãos de segurança dão conta de que os comunistas, especialmente os pertencentes ao PC do B, de linha maoísta, organizam-se e exploram as dificuldades econômicas do país, procurando conflagrar a opinião pública. Para reprimi-los, conforme se dizia ontem, todos os meios serão utilizados. "Não importa que os envolvidos usem batina, farda ou portem cadernos estudantis. Nem que pertençam à Arena e ao MDB. Se comprovados os indícios de ação subversi-

va, seus agentes serão implacavelmente combatidos, pois a segurança deve estar acima de tudo".

A situação em São Paulo é considerada mais grave para os órgãos de segurança, "pois lá a subversão se faz sentir com mais intensidade. Há maior infiltração comunista e, por isso, a repressão deve se fazer mais intensamente. Não estão havendo prisões, no entanto, pelo fato de determinadas pessoas possuírem a ideologia comunista. As prisões acontecem com base em fatos, ou seja, na atuação des-

ERASMO: ESTAMOS EM GUERRA

ESP-29-11-75

sas pessoas em prol da subversão".

"Quem não deve não teme" — era a frase mais ouvida, ontem, nos setores oficiais que, informalmente, analisavam a atual escalada repressiva. Suas informações são de que a subversão continuará atuante, este ano e no próximo, e por isso "haverá que manter vigilantes os órgãos de segurança". Para eles, a opinião pública, de um modo geral, desconhece a realidade, "que demonstra estar a movimentação comunista cada vez maior".

Segundo porta vozes do governo, nada existe na escalada repressiva que venha a justificar o clima emocional dos últimos dois dias, na área política. As eleições, o calendário eleitoral e as atuais regras do jogo não estão em perigo ou em vias de ser alteradas, pelos efeitos no combate à subversão". É muito imaginoso quem supõe, nos fatos relacionados com o combate ao comunismo, manobras ou articulações que visem alterar o atual quadro institucional, as palavras do presidente Geisel, a convocação da Arena e diante dos dirigentes regionais do partido, quinta-feira, conservam absoluta atualidade".

"Guerra é guerra, e nós estamos em uma guerra. Portanto, não vamos deixar que façam do Brasil um Portugal ou uma Argentina. Estamos revivendo 1968 e não admitimos que meia dúzia de comunistas venham aqui transformar determinados episódios em bandeiras que não são bandeiras cristãs, não são bandeiras humanas, são bandeiras do maldadado comunismo". A afirmação é do secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo, coronel Antônio Erasmo Dias, em entrevista ao Estado.

O secretário repetiu afirmações que havia feito, horas antes, durante almoço oferecido pela Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo, quando pediu o apoio dos empresários para a luta do governo no combate à subversão. Seguem-se os principais trechos de sua entrevista:

"De um mês para cá, temos sentido que minorias ativistas têm procurado aproveitar o manancial da crise econômico-social (...). De modo que era esse o alerta que eu queria dar aos meus companheiros do almoço. Que cada um deles, junto a suas famílias, junto a seus filhos, junto ao setor de opinião pública, qualquer que ele fosse, que se alertasse de que nós jamais em tempo algum podemos largar isto que conquistamos com tanto esforço, que é a paz e a tranquilidade que a Revolução deu. A Revolução de 64 ainda está em plena pujança. Ela tem como objetivo capital assegurar a médio e a longo prazo um futuro promissor para a nação. Esta paz foi feita, digamos, com algum sacrifício (...). De modo que é preciso que o industrial, o industrial, que produz bens, que nós, funcionários públicos, que

produzimos serviços, estejamos atentos (...). Eu quero deixar bem claro que nós estamos atentos. Se existe um clima de intranquilidade, nós queremos dar uma mensagem de tranquilidade, no seguinte sentido: nós estamos alertas, nós estamos conscientes e conscientes dos inimigos que vamos enfrentar e enfrentá-los com as mesmas armas. Não temos medo de arreganho e de minorias ativistas. Nunca tivemos. Mas queremos deixar claro: é preciso que eles entendam que nós os conhecemos. De modo que, transformar determinados tipos de episódios em holocaustos de causas marxistas, nós não aceitamos".

"Diuturnamente, nós enfrentamos problemas desse tipo. E no combate ao crime, é no combate ao marginal, é no combate à subversão, é no combate ao comunista. É uma guerra crua, é uma guerra nua, é uma guerra em que nós temos que usar as mesmas técnicas do inimigo sob pena de sermos derrotados. E nós não vamos ser derrotados. Nós almoçaremos essa gente antes que ela nos jante. Isto é ponto pacífico".

"A obrigação nossa é mostrar que existe uma intranquilidade, mas mostrar que essa intranquilidade pode ser enfrentada no sentido de garantir a tranquilidade (...). porque eu sou uma autoridade, eu tenho uma responsabilidade e não posso, ao dar uma satisfação a comunidade que paga imposto e quer paz e tranquilidade, dizer que nós não estaremos à altura para enfrentar essa minoria. Agora, é preciso, diga-se de passagem, para que a batalha seja vencida, que a população nos ajude de corpo e alma, esteja do nosso lado, na mesma barreira, que

a nossa barreira é a mais pura, a mais cristã, a mais humana. Revoluções são revoluções. Agora, parece que tem gente meio sádica. Eu falei durante o almoço lá pelas tantas: será que alguém pensa que nós, que participamos da Revolução, que estamos realmente desejosos de dar a nação o que ela merece, sejamos nós masoquistas, sejamos nós narcisistas, terroristas, que na calada da noite vamos matar gente indefesa?"

"Nós estamos numa guerra, este é que é o ponto capital. É a guerra subversiva é a pior guerra do mundo, porque é aquela que tem um inimigo que senta do teu lado, e come na tua mesa, que reparte contigo o pão. Então, na primeira oportunidade, ele te dá o pão envenenado e você morre. Quer dizer, essa guerra subversiva é dura e ela tem regras que só nós conhecemos e os comunistas também conhecem. Eu lamento profundamente que a grande massa de inocentes úteis vá atrás da conversa desta gente. É preciso que se diga o que é realmente. Se bem que todo mundo sabe. Mas, de vez em quando, é bom a gente lembrar que são os métodos dessa gente que têm levado muitos inocentes úteis à barra dos tribunais e, no fim, várias vezes, ao banimento. Ou, às vezes, a uma morte inglória. Eu tenho bem a experiência de 1968. Eu acompanhei a evolução de tudo aquilo e estou sentindo que está se querendo reviver 68. Nós não vamos pagar mais. Nós pagamos caro em 68, em 71. Desta vez, nós pretendemos, graças a Deus, pagar menos caro tudo isso. De modo que tudo isso deve servir de alerta a esse movimento comunista que ora se inicia".

J.B.: LUTA DE ADESÕES - NÃO DE DIVISÕES

JB-3-11-75

Da maneira como tem sido conduzida, a repressão ao terror e à subversão, no Brasil, por assim dizer marginaliza e assusta o maior interessado na preservação da paz e da ordem interna, que é a própria sociedade brasileira.

Sabe toda a Nação da existência de ativa minoria disposta a recorrer a qualquer método, das bombas ao sequestro e ao fuzilamento, para destruir as instituições e, quem sabe, submeter-nos a um regime totalitário de esquerda, qualquer que seja o nome escolhido.

O Governo, cumprindo o dever de assegurar a tranquilidade geral, trava combate sem trégua à subversão e aos seus agentes. Esse combate é, no entanto, tantas vezes desastroso que, ao invés de tranquilizar, intimida e assusta.

Ora, a subversão está contida, bem ou mal, no Brasil. Cabe, porém, ao Governo e aos seus representantes

solidarizar a sociedade com esse combate, que não pode continuar a ser tarefa de pequeno círculo — como se só esse pequeno círculo tivesse interesse e dever na manutenção da ordem.

A ordem de que desfrutamos é bem que cabe a todos prezar e manter. Mas os responsáveis diretos pela manutenção da ordem não podem continuar a combater a subversão como se estivessem num torneio com imaginários moinhos de vento. Se há subversão em medida que justifique o rigor da repressão, é preciso que a Nação o saiba, inclusive para acautelar-se.

Desconhecendo as proporções do movimento subversivo, a sociedade em geral tende a ignorá-lo mesmo por completo. E o combate, às vezes feroz, travado entre os subversivos e o Governo tende a aparecer aos olhos da maioria como alguma coisa com a qual não temos que nos importar. Não

nos concerne, não nos afeta. E uma briga lá no underground, sem leis e sem regras.

Veza por outra, no entanto, algo da briga explode nas ruas. Ora é um rumor surdo, ora alguma coisa eloquente como um cadáver. O cadáver do industrial Boilensen, cortado a rajadas de metralhadora em São Paulo; ou, como agora mesmo, o do jornalista Vladimir Herzog.

O conhecimento chocante de tais fatos — e de tantos outros — é sempre uma surpresa. A Nação sabe que há cadáveres, que há luta e choque, mas não está preparada para aceitar isto. E tempo de tentar normalizar esse combate, dando-lhe ritos e normas, como em todos os países do mundo.

É preciso não esquecer que esta é uma luta de adesões — e não de divisões.

COMUNICADO: O "SUICÍDIO" DE UM JORNALISTA

ESP-26-10-75

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo cumpre o doloroso dever de comunicar a prisão e a morte do jornalista Wladimir Herzog (Vlado), ocorrida ontem nas dependências do Departamento de Operações Internas (DOI), do II Exército em São Paulo.

A sequência dos acontecimentos que conduziram a esse trágico desfecho foi esta:

1. Na sexta-feira, dia 24, às 21h30m, agentes de segurança foram à TV-Cultura, local de trabalho do jornalista, com ordens de levá-lo para o DOI. Houve interferência da direção da emissora e de colegas de trabalho do jornalista. Os agentes de segurança, após consulta a seus superiores, comunicaram ao jornalista Wladimir Herzog que ele deveria comparecer no dia seguinte, sábado, às 8 horas, àquele departamento, a fim de prestar um depoimento. O jornalista comprometeu-se a ir, sem necessidade de escolta policial.

2. No sábado, à hora marcada, o jornalista chegou ao DOI num táxi, acompanhado de um colega de trabalho da TV-Cultura, que foi dispensado em seguida.

3. As primeiras horas da noite de sábado, as autoridades de segurança informaram que o jornalista se suicidara na prisão e que uma nota oficial do II Exército seria distribuída. O fato foi comunicado à família através do presidente da TV-Cultura e o Instituto Médico Legal forneceu um atestado de óbito, informando como causa da morte "asfixia mecânica por enforcamento"; como local a Rua Thomas Carvalhal, 1.030 (sede DOI) e "hora ignorada".

Segundo informações chegadas à família, o corpo do jornalista Wladimir Herzog tinha sido entregue ao Instituto Médico Legal por volta das 17 horas.

Não obstante as informações oficiais fornecidas pelo II Exército, em nota distribuída à imprensa, o Sindicato dos Jornalistas deseja notar que, perante a lei, a autoridade é sempre responsável pela integridade física das pessoas que coloca sob sua guarda.

O Sindicato dos Jornalistas, que ainda aguarda esclarecimentos necessários e completos, denuncia e reclama das autoridades um fim a esta situação, em que jornalistas profissionais, no pleno, claro e público exercício de sua profissão, cidadãos com trabalho regular e residência conhecida, permanecem sujeitos ao arbitrio de órgãos de segurança, que os levam de suas casas ou de seus locais de trabalho, sempre a pretexto de que irão apenas prestar depoimento, e os mantêm presos, incomunicáveis, sem assistência da família e sem assistência jurídica, por vários dias e até por várias semanas, em flagrante desrespeito à lei.

Trata-se de uma situação, pelas suas peculiaridades, capaz de conduzir a desfechos trágicos, como a morte do jornalista Wladimir Herzog, que se apresentara espontaneamente para um depoimento.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo comunica ainda que o sepultamento do jornalista Wladimir Herzog será realizado segunda-feira, às 9h30m, saindo do velório do Hospital Albert Einstein, no Morumbi, para o Cemitério Israelita, no km 15 da Rodovia Raposo Tavares, e conclama os jornalistas de todas as redações de jornais, revistas, rádio e televisão, sem exceção, a que compareçam para prestarmos a última homenagem ao companheiro desaparecido. A diretoria; São Paulo, 26 de outubro de 1975; Ass.: Audálio Dantas; José Aparecido; Gastão Thomaz de Almeida; Wilson Gomes; Fernando Pacheco Jordão; Moisés Ziskind; Derli Marques Silva.

OAB SE MANIFESTA

ESP-30-10-75

Em acalorada reunião, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil decidiu ontem enviar um ofício ao presidente Geisel solicitando sua interferência pessoal para que

sejam rigorosamente apuradas as circunstâncias em que ocorreu a morte do jornalista Wladimir Herzog e a situação em que se encontram outros presos políticos em São Paulo.

O professor Caio Mario procurou manter os discursos em termos menos acalorados, negando-se, inclusive, a emitir sua opinião pessoal, ressaltando apenas que a presidência não estava alheia aos fatos e que ontem mesmo havia enviado um ofício ao ministro da Justiça protestando contra os maus tratos sofridos por um advogado mineiro, que foi preso no Rio e submetido a uma série de vexames. Alegando uma questão de ética, o professor Caio Mário não quis revelar os termos do ofício, o nome do advogado, nem o local em que ele esteve preso.

"Li, estarecido, a notícia da morte do jornalista e lembrei-me de caso bastante semelhante ocorrido quando ocupava a presidência da OAB e quatro advogados de Araçongas, no Paraná, foram presos e transferidos para Brasília. Um desses advogados sofria de claustrofobia e, segundo se informou, acabou matando-se na prisão. Quanto aos outros, depois de soltos, nada mais se apurou ou foi dito", afirmou.

Segundo Ribeiro de Castro, "em nenhum dos casos existe a menor dificuldade em identificar os algozes, pois eles foram presos num quartel perfeitamente identificado e aí é possível saber quem os recebeu e quem era responsável pelos interrogatórios". Depois, o advogado revelou que acreditava que o presidente Geisel e o ministro da Justiça, Armando Falcão, deverão determinar providências para a apuração dos fatos. "Embora alguns advogados achem que a OAB não deva interferir em fatos dessa natureza — que não teriam ligação direta com a defesa da classe —, acho que esse ponto de vista não é exato. Entre as atribuições da OAB está a que diz respeito ao seu dever legal de zelar pela ordem jurídica e o seu aperfeiçoamento", disse Ribeiro de Castro.

"A OAB tem de se rebelar contra os fatos ocorridos em São Paulo e bradar contra a violência. A Lei de Segurança não revogou nosso estatuto que permite aos advogados avistarem-se com os clientes mesmo nas unidades militares.

SOLIDARIEDADE PROTESTOS

JORNAL DA TARDE - 1-11

As homenagens ao jornalista Wladimir Herzog e a solidariedade aos jornalistas brasileiros continuam a ser manifestadas, no Brasil e no Exterior. Ontem, a Federação Nacional da Imprensa Italiana, que congrega os sete mil profissionais do país, divulgou nota oficial, em que seu presidente, Paolo Murialdi, pede ao ministro do Exterior, Mariano Rumor, que o governo italiano intervenha, "condenando a censura e exigindo a libertação dos jornalistas presos".

As manifestações de solidariedade na Itália começaram em Bologna, no início da semana, coincidindo com a visita do chanceler Azeredo da Silveira a Roma. A assembleia, convocada pelos grupos "Itália-Chile" e "Espanha Democrática", enviou moção de protesto à embaixada do Brasil e ao governo italiano, de quem exigem "uma firme tomada de posição para que seja garantida a vida desses nove democratas e de todos os prisioneiros políticos do Brasil". Ontem, todos os grandes jornais do país noticiaram a morte de Wladimir Herzog, a prisão de jornalistas e a greve de estudantes de São Paulo.

No Brasil, mais um Sindicato de Jornalistas se manifestou — o de Santa Catarina, com a Casa do Jornalista e o Sindicato dos Radialistas, apresentando voto de pesar e "participação nas preocupações já externadas pelas entidades de classe".

A OAB — Ordem dos Advogados — paulista, em reunião extraordinária decidiu manifestar "sua inconformidade em face de prisões efetuadas ao completo arrepio da lei, com o tratamento deprimente infligido aos presos, com o encarceramento ilícito dado a colegas".

A Ordem resolveu ainda manifestar solidariedade à família de Wladimir Herzog, "cuja morte ocorreu em circunstâncias ainda a explicar"; ao Sindicato dos Jornalistas; oficiar ao presidente Geisel para que sejam apuradas as circunstâncias da morte e ao Superior Tribunal Militar para protestar contra as violações das prerrogativas dos advogados presos.

SOLIDARIEDADE

ESP-30-10-75

De todo o País e até do exterior continuam chegando ao Sindicato mensagens de solidariedade pela morte de Wladimir Herzog.

Assinada pelos jornalistas de Opinião, o Sindicato recebeu uma mensagem: "Solidários com os companheiros paulistas, nesta hora em que toda a classe se sente enlutada pelo brutal desfecho de um episódio em que o Sindicato encarnou com serenidade e legitimidade seu papel de órgão de defesa dos jornalistas, pedimos transmitir nosso mais profundo pesar à família de Wladimir Herzog".

A diretoria da Frente Nacional do Trabalho — FNT — também oficiou ao Sindicato: "A profunda e fraterna solidariedade devida entre todos os homens renasce e ganha vigor no doloroso momento em que o jornalista Wladimir Herzog desaparece na forma oficialmente comunicada, mas em que poucos acreditam. A reação da consciência nacional constitui verdadeiro desafio à descoberta da verdade, maximé quando episódios anteriores, comprovados por numerosas pessoas, notadamente pela Comissão Justiça e Paz de São Paulo, contrariam a explicação oficial. A desconfiança, diante do fato incomum, foi sempre uma das características dos homens. Um apóstolo de Cristo chegou a duvidar da ressurreição do Mestre, se não colocasse o dedo na ferida. O "suicídio" da nota oficial é fato notoriamente incomum. Por isso, a consciência nacional desejaria colocar o dedo na ferida.

SOLIDARIEDADE

ESP-1-11-75

Mensagens de solidariedade a classe jornalística continuam chegando diariamente ao Sindicato. Uma delas foi enviada pelo presidente da Federação Internacional dos Jornalistas — FIJ — com sede em Bruxelas: "A Federação Internacional dos Jornalistas recebeu com profunda consternação a notícia da morte do colega Wladimir Herzog, ocorrida no dia 25 nas dependências de órgãos de segurança do Brasil. Em nome de seus 80 mil membros do mundo inteiro, a FIJ deseja associar-se ao luto dos jornalistas brasileiros em memória do colega morto".

Mais adiante, Helmut Crous, presidente da FIJ, diz que a Federação expressou sua "inquietação ao Presidente Geisel, solicitando-lhe melhores esclarecimentos sobre outros jornalistas presos". A mensagem da FIJ conclui "reiterando inteira solidariedade ao Sindicato em sua luta pela liberdade de imprensa e dos jornalistas". Outras cartas e telegramas chegaram ao Sindicato, procedentes sobretudo de diretórios e centros acadêmicos de diversas capitais.

ESTUDANTES MANIFESTAM SEU PROTESTO:

ESP-31-10-75

Os alunos da Faculdade de Direito do Largo São Francisco e os de quase todos os cursos da Pontifícia Universidade Católica decidiram ontem paralisar as aulas, em protesto contra as prisões de jornalistas, estudantes e professores universitários e pela morte do jornalista Wladimir Herzog, ocorrida no último sábado. Na Faculdade de Medicina da Santa Casa e nas Faculdades Objetivo os estudantes também se manifestaram contra os últimos acontecimentos, convidando todos os alunos a participarem do culto ecumênico em homenagem ao jornalista, marcado para às 16 horas de hoje, na Catedral da Sé.

Na Universidade de São Paulo, USP, quase todas as faculdades continuaram com as aulas paralisadas (com a exceção de parte da Veterinária e de dois cursos de letras: Inglês e Alemão). Somente hoje, às 10 horas, durante assembleia geral, os estudantes da USP decidiram se será distribuída durante o culto ecumênico uma "carta aberta". Pretendem discutir se deverão ressaltar nela que a presença no culto é um ato político e não um ato religioso. No verso da carta poderá ser impresso um poema anônimo, intitulado "Canto Morto pela morte de Wladimir Herzog".

Durante a assembleia geral, a ser realizada na Faculdade

de Arquitetura e Urbanismo, os estudantes pretendem também discutir como deverão proceder para chegar até a Catedral e o local onde ficarão durante a realização do culto.

Hoje, os estudantes da USP afixarão cartazes em toda a Universidade, pontos de ônibus e traseira de ônibus com dizeres alusivos ao ato.

JB-31-10-75

A tarde, os estudantes prepararam cartazes para serem colocados em ônibus e outros locais dizendo: "Ato público de repúdio ao assassinato de Wladimir Herzog. Pela liberdade e fim das torturas aos presos políticos. Catedral da Sé — sexta-feira — dia 31 — 16h". A noite foi realizada na Faculdade de Ciências Sociais, um debate entre estudantes, professores, jornalistas e pessoal de teatro.

PROFESSORES SE MANIFESTAM

ESP-31-10-75

Comissão de Professores titulares da Universidade de São Paulo, integrada pelos Professores José Querino Ribeiro, Dalmo de Abreu Dalari, Juarez Rubens Brandão Lopes, Egon Schaden e Antonio Candido de Melo e Souza entregaram ontem, no Gabinete do Reitor Orlando Marques de Paiva, carta assinada por 535 docentes, endereçada ao exmo. Sr. Governador do Estado, Paulo Egydio Martins, com o seguinte teor:

"EXMO. GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, SR. PAULO EGYDIO MARTINS
São Paulo, 28 de outubro de 1975

Exmo. Sr. Governador:

A nota distribuída à imprensa pelo II Exército, comunicando a trágica morte do jornalista e docente desta Universidade, Wladimir Herzog, após ter-se apresentado para depoimento, causou, conforme noticiado, profunda comoção nos meios jornalísticos e manifestação de apreensão de parlamentares nos âmbitos estadual e federal.

Assim como os jornalistas e parlamentares, os professores da Universidade de São Paulo vêm manifestar seu profundo pesar e sua preocupação de que, possivelmente, a integridade física e psicológica dos cidadãos sob custódia dos órgãos de segurança não esteja sendo estritamente preservada.

Pedimos encarecidamente à Vossa Excelência, Governador deste Estado a que servimos, que interceda junto às autoridades competentes para que as dúvidas sejam esclarecidas a fim de que se restabeleça o clima de confiança importante para nossa função no magistério superior.

Respeitosamente,
Docentes da Universidade de São Paulo"

rabino: nenhum indício de suicídio

As cerimônias funebres do enterro de Wladimir Herzog realizaram-se por completo e de acordo com os ritos seguidos pelas correntes liberais da religião judaica, à qual os familiares de Herzog são filiados. Foram cerimônias normais, pois a Chevral Kadisha — Socieda-

de Sagrada — não encontrou indícios que comprovassem o suicídio do jornalista, o que implicaria a alteração dos procedimentos, inclusive o sepultamento em local diferente.

O rabino disse que nenhum judeu daria informações a respeito de eventuais marcas

no corpo de Herzog, ou qualquer outro detalhe observado durante a Tahara, "pois se trata de uma cerimônia sagrada, de profundo respeito. Todas as leis e tradições judaicas que se referem à morte valorizam e respeitam o falecido, ao mesmo tempo em que são dirigidas a apoiar e ajudar os que sobrevivem".

Nota: Informações absolutamente seguras confirmam o assassinato de Wladimir Herzog, após horas de tortura, com um tiro que entrou pelo queixo e saiu na parte posterior da cabeça.

preso manuel da conceição

Foi preso anteontem, em São Paulo, Manoel Conceição dos Santos (43 anos, casado, três filhos), ex-presidente do Sindi-

cato dos Trabalhadores Rurais do Maranhão. Em uma de suas últimas prisões, Manoel da Conceição foi libertado por in-

ESP-30-10-75

terferência direta do papa, que na ocasião escreveu carta pessoal ao presidente Médici.

nota: até 13/11 a ditadura não tinha reconhecido a prisão de Conceição. Teve-se por sua vida. Uma campanha internacional a seu favor está em curso.

PRESOS DIRIGENTES SINDICATIS

JB-31-10-75

Foram presos pelos órgãos de segurança, segundo informações colhidas nos meios sindicais:

Manuel Constantino e José Ferreira da Silva, presidente e vice-presidente, respectivamente, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica, Me-

canica e de Materiais Elétricos de São Caetano do Sul. Osvaldo Cacignato, funcionário do Departamento de Economia do mesmo Sindicato em São Bernardo, Diadema e Santo André. Moacir de Oliveira, secretário-geral do mesmo Sindicato em Santos.

MILHARES DE PESSOAS NA SÉ

esp-1-11-75

Ninguém toca impunemente no homem!

As palavras de D. Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, ecoaram fortes na Catedral da Sé. Oito mil pessoas acompanharam na igreja e fora dela o culto ecumênico em memória do jornalista Vladimir Herzog, morto há uma semana nas dependências do II Exército em que estava detido. Durante toda a cerimônia, o silêncio só era interrompido pelos cantos entoados em coro por todos os presentes.

Os milhares de pessoas que não conseguiram entrar na catedral completamente lotada, acompanhavam do lado de fora a cerimônia, obedecendo ao mesmo respeitoso silêncio que se observava dentro. Essas pessoas ouviram as mensagens do rabino Henry I. Sobel e do reverendo James Wright, e participaram da cerimônia cantando refrões entre as mensagens.

Ao meio-dia, os primeiros grupos chegaram à praça da Sé e alguns deles se concentraram nas escadarias. As 15 horas a afluência começou a aumentar rapidamente. O início do culto estava marcado para as 16 horas e, meia hora antes, as redações dos jornais e revistas de São Paulo se apresentavam completamente vazias. Mas não foram apenas os jornalistas que participaram da homenagem à memória do colega morto. Estudantes, professores, parlamentares e atores responderam ao convite para partilhar um sentimento que a cerimônia demonstrou ser comum.

Estou aqui como rabino, num templo católico, porque um homem morreu. Não apenas um judeu, mas um homem. E os direitos do homem devem ser respeitados, sejam eles de que religião, raça ou nacionalidade forem.

O rabino lembrou que Vladimir Herzog fugiu da perseguição nazista. "Ele ficou, estudou, formou-se e se integrou perfeitamente aqui, onde se dedicava à filosofia, artes, jornalismo e televisão. Para Vladimir, ser judeu significava ser brasileiro". Após defender o respeito aos direitos humanos, o rabino afirmou: "Viva o homem em que país viver, no Brasil, ou qualquer outra parte do mundo, deve ser respeitado como ser humano. Os rabinos sabem que sua missão não reside apenas dentro dos templos, mas também no contexto social e político, para defender esses direitos".

As milhares de pessoas presentes responderam em seguida ao canto entoado por um padre: **Nas minhas dores, ó Senhor, fica a meu lado! Mui-**

tas daquelas pessoas talvez nunca tivessem participado de uma cerimônia religiosa, muitas delas talvez nunca tivessem entrado naquela catedral. Mas todos cantavam, como um gigantesco e bem ensaiado coral. "Feliz aquele homem que não anda de acordo com o preceito dos perversos. Que dos ímpios não vai pelos caminhos — nem junto aos insolentes vem sentar-se". **Nas minhas dores, ó Senhor, fica a meu lado.**

Um jornalista foi chamado a ler o salmo: "Ardem em febre os meus rins, já não há nada de intato em minha carne; estou alquebrado, esmagado, não posso mais, grito com tamanha dor no coração".

E em seguida: "Amigos e companheiros fogem da minha chaga; os que me desejam ver morto armam-me ciladas; os que me procuram perder ameaçam-me de morte e ruminam traições o dia todo".

Cerca de oito mil pessoas comprimiam-se na Catedral da Sé e no lado de fora. Nenhum espaço disponível no templo deixou de ser aproveitado. Até mesmo os altares laterais foram ocupados, enquanto outros milhares de pessoas se aglomeravam do lado de fora, impossibilitados de entrar. Nos primeiros bancos ficaram os familiares de Vladimir e a diretoria do Sindicato dos Jornalistas. Ao lado dos celebrantes do culto ecumênico, dezenas de fotógrafos e cinegrafistas se movimentavam, gravando as imagens do momento em que a imprensa paulista parou para homenagear seu companheiro morto. E nessa homenagem contou com a solidariedade da Ordem dos Advogados do Brasil, da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo, do Sindicato dos Bancários, da Associação dos Produtores de Espetáculos Teatrais de São Paulo, da Associação Paulista dos Críticos de Artes, do Sindicato dos Artistas e Técnicos de Espetáculos de Diversões no Estado de São Paulo. Representantes dos centros acadêmicos de quase todas as faculdades de São Paulo podiam ser vistos ao lado do filósofo francês Michel Foucault.

Estamos diante de Deus, único dono da vida, senhor da História e esperança dos que n'Ele confiam. São 17 horas e o cardeal arcebispo de São Paulo inicia sua mensagem.

De fato, Deus é dono da vida. Ninguém toca impunemente no homem, que nasceu do coração de Deus, para ser fonte de amor em favor

dos demais homens.

Desde as primeiras páginas da Bíblia Sagrada até a última, Deus faz questão de comunicar constantemente aos homens que é maldito quem mancha suas mãos com o sangue de seu irmão.

Nem as feras do Apocalipse hão de cantar vitórias diante de um Deus que confiou aos homens sua própria obra de amor. A liberdade — repito — a liberdade humana nos foi confiada como tarefa fundamental, para preservarmos, todos juntos, a vida do nosso irmão, pela qual somos responsáveis tanto individual quanto coletivamente.

Jamais poderemos delegar poder algum que vá contra esta disposição de Deus e que vá contra nossa missão histórica.

Neste momento, o Deus da esperança nos conchama para a solidariedade e para a luta pacífica, mas persistente, crescente, corajosa, em favor de uma geração que terá como símbolos os filhos de Vladimir Herzog, sua esposa e sua mãe.

No final da mensagem, os jornalistas pegaram as poucas cópias do texto lido pelo cardeal, enquanto um agente policial tentava, sem sucesso, conseguir também uma cópia.

Por fim, Dr. Paulo recomendou que todos saíssem em silêncio, mas em pequenos grupos, formados por pessoas que se conhecessem. Essa preocupação com a segurança dos presentes já havia sido manifestada logo no início da cerimônia. Um dos concelebrantes comunicara que, pela manhã, os estudantes da USP, reunidos em assembleia, decidiram não divulgar nenhum documento, nenhum manifesto. E se algum aparecesse, não seria de responsabilidade dos estudantes da USP.

E todos obedeceram à recomendação do cardeal e do presidente do Sindicato dos Jornalistas. A saída foi calma, silenciosa e registrada pelas câmaras fotográficas e cinematográficas espalhadas pelas janelas dos prédios que circundam a catedral da Sé.

ENGARRAFAMENTO

Todas as principais vias de acesso ao centro da cidade foram fechadas ontem, entre 12 e 17 horas. A "Operação Bloqueio", que contou com a participação de 800 policiais armados, provocou congestionamento durante cinco horas e certamente impediu que um grande número de pessoas pudesse comparecer ao Culto Ecumênico celebrado na Catedral da Sé.

Não adiantava perguntar nada aos policiais, que diziam apenas estar cumprindo "ordens superiores".

REPRESSÃO

Apesar de não terem feito prisões e nem serem obrigados a intervir em qualquer tipo de manifestação, 500 policiais do DOPS, sob a direção pessoal de seu titular, Tácito Pinheiro Machado, fiscalizaram, à paisana, durante todo o dia a praça da Sé e as ruas vizinhas. A "Operação Gutemberg" mobilizou toda a equipe, que estava preparada para impedir qualquer perturbação da ordem. Os policiais, durante o Culto Ecumênico, das 16 às 18 horas, misturaram-se aos participantes, mas não abordaram ninguém, nem mesmo para pedir documentos. As instruções eram para que não fosse adotada nenhuma medida que pudesse provocar qualquer reação por parte das pessoas que se dirigiam ainda à Catedral.

no rio d. eugenio cancela missa

ESP-1-11-75

O cancelamento de uma cerimônia religiosa na igreja de Santa Luzia, por ordem do cardeal D. Eugenio Salles, não impediu que 300 jornalistas do Rio improvisassem ontem uma curta cerimônia em memória de Vladimir Herzog no auditório da Associação Brasileira de Imprensa. Liderados pelo presidente da entidade, Prudente de Moraes, neto, todos guardaram 10 minutos de silêncio e depois deixaram o recinto.

Intenso dispositivo policial foi montado, desde a manhã, diante da igreja onde um cartaz comunicava o cancelamento da cerimônia. Como o ato foi realizado, afinal, na ABI, todo o aparato da polícia, que incluía carros em circulação com as sirenas ligadas, foi desviado para a sede da entidade. Os jornalistas tentaram ainda promover o ato religioso no convento dos dominicanos mas desistiram quando foram informados de que a proibição determinada pelo cardeal Salles era extensiva a todas as igrejas.

MISSA EM BRASÍLIA

ESP-1-11-75

Em Brasília, 300 pessoas assistiram à missa celebrada por frei Bernardo; entre elas, vários deputados do MDB. Na cerimônia, fizeram-se orações pela família de Vlado e pediu-se respeito aos direitos humanos.

EM CAMPINAS

ESP-1-11-75

As canções "Sentinela" e "Pesádelo" foram entoadas pe-

lo coral da Universidade de Campinas durante a missa celebrada às 18 horas na igreja de Nossa Senhora de Fátima, em Campinas. Quando o ato se iniciou, todos os presentes leram em voz alta um trecho do salmo "Bendito seja Deus que nos liberta de toda a escravidão". Vários universitários também leram a Declaração Universal dos Direitos do Homem e uma das orações pediu "pelos que sofrem pela causa da liberdade, pelos que são ameaçados, pelos que são denunciados, pelos que são perseguidos, pelos que são presos porque clamam por justiça".

Rompendo a solenidade, os estudantes aplaudiram o padre Milton Santana quando este, ao final da cerimônia, disse que o futuro do País repousava nas mãos daqueles que ali estavam.

NO CONGRESSO

ESP-4-11-75

A informação de que o ato ecumênico na catedral de São Paulo se desenrolara em perfeita normalidade desanuviou as tensões registradas nestes últimos dias no Congresso Nacional.

As 17 e 15, o líder do governo na Câmara, deputado José Bonifácio, recebeu um telefonema informando que nenhuma anormalidade havia ocorrido em São Paulo.

O presidente nacional da Arena, deputado Francelino Pereira, também manteve contínuos contatos para acompanhar a situação. Ao cair da noite, ele comentou que não houve, propriamente, uma crise "mas tensões contidas que estão se exaurindo". "Tivemos — frisou — moderação após certa imoderação".

NA OAB - SP

ESP-1-11-75

Por sua vez, a Secção de São Paulo da OAB, ao final de uma reunião de quase 4 horas, divulgou à noite nota de solidariedade à família do jornalista Vladimir Herzog e ao Sindicato dos Jornalistas, anunciando envio de ofício ao presidente da República, pedindo ampla apuração das causas da morte de Vlado, e denunciando perante o STM a violação das prerrogativas dos advogados detidos.

luta dos presos

Os presos políticos de Itamaracá (Pernambuco) dirigiram uma carta em 6 de outubro passado ao diretor da prisão para anunciar o reinício da greve de fome, em protesto pelo não atendimento dos compromissos e das promessas feitas pela direção carcerária quando da greve anterior (ver cb nº6). Não só os dois prisioneiros cujo retorno era exigido pelos demais permaneceram afastados, mas também foram adotadas várias medidas punitivas contra os prisioneiros de Itamaracá, tais como retenção dos livros, dificuldades crescentes para as visitas (submetendo-as a exames vexaminosos e impedindo a visita de amigos), proibição de rádios de mais de uma faixa, redução do horário de trânsito no pavilhão, privação

A nota destaca sua "convicção de que o Estado de Direito é a única forma de organização social compatível com as conquistas da Humanidade e o meio exclusivo para se alcançar a tranquilidade e a segurança do País". Os advogados manifestam seu inconformismo "com o tratamento deprimente infligido a presos, conforme tem chegado ao conhecimento do Conselho

GEISEL EM SP - A "PROVOCAÇÃO" DOS RADICAIS -

ESP-31-10-75

A presença do general Geisel em São Paulo, sem que tenha havido qualquer indício — velado ou ostensivo — de protesto pelas cenas de violência registradas neste Estado, vem sendo interpretada pela classe política como um sintoma evidente de que ele não é considerado pelos mais revoltados como o responsável pelo acontecido.

Realmente, não obstante as denúncias dos órgãos de segurança, de que existe um plano de esquerda em marcha, destinado a subverter a ordem do País, nem mesmo as violências contra o ser humano — hoje conhecidas publicamente — ensejaram qualquer reação ou sinal de protestos.

O que causou grande surpresa foi a significativa visita que o comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Melo, fez aos jornalistas credenciados no Palácio dos Bandeirantes, ontem à tarde, em companhia dos comandantes da Marinha e Aeronáutica.

o general Ednardo fez aquilo que jamais fizera anteriormente e chegou-se aos jornalistas, em companhia dos outros dois comandantes militares. Sem fazer afirmações políticas, pôde-se concluir que demonstrou uma certa cordialidade. A sua saída, começaram a surgir as indagações: por que teria ele optado pela visita? Teria sido espontânea?

De forma geral, entre os políticos, entendeu-se que a presença do comandante do II Exército no Palácio dos Bandeirantes e, especialmente, na sala dos jornalistas, pode ser o primeiro indício de que a violência da repressão teve repercussão muito grande e alcançou a imagem de setores militares, o que poderia interessar ao grupo dos radicais, mas não interessaria ao governo.

Nesse episódio, os políticos de São Paulo, da mesma forma que os seus colegas de outros Estados, estão convencidos de que houve uma provocação bastante nitida dos radicais, com o objetivo de favorecer o afloramento de uma reação que justificaria novas medidas de exceção. Os atos de violência só não serão considerados uma provocação na medida em que as denúncias de um plano subversivo de esquerda se comprovarem. Por essa razão, existe entre os políticos uma grande expectativa em torno da procedência dessas denúncias.

Os políticos também estão entendendo que a presença do general Geisel em São Paulo, embora já estivesse programada desde meses atrás, serviu para prestigiar o governador Paulo Egydio Martins.

Nestes dias, em que Paulo Egydio se recolheu ao silêncio, o prestígio representado pela presença do presidente da República de certa forma alivia a tensão que envolvia o seu governo. Observe-se, sob esse aspecto, que o governo do Estado, embora nada tenha a ver com o aparelhamento de repressão aos comunistas e ao terrorismo, acabou sofrendo perante o restante do País o desgaste representado pela ocorrência das cenas de tragédia em seu território.

REUNIÃO FECHADA NO AEROPORTO

ESP-1-11-75

Antes de embarcar para Brasília, o presidente Geisel teve uma conversa de meia hora com o governador Paulo Egydio Martins e também com os comandantes militares em São Paulo: general Ednardo D'Ávila Melo, do II Exército, brigadeiro Roberto Carrão de Andrade, do 4.º Comando Aéreo, e vice-Almirante Roberto Mario Bonnerat, do 6.º Distrito Naval.

Ao embarcar no "One Eleven", Geisel tinha a fisionomia tranquila e nenhuma das autoridades presentes demonstrava qualquer sinal de apreensão. Durante todo o tempo em que permaneceu no aeroporto — onde o avião presidencial esperava com as turbinas ligadas — contudo, o presidente manteve contatos em intervalos de minutos com as autoridades presentes, perguntando sobre a cerimônia ecumênica que estava se realizando na Catedral da Sé, em memória do jornalista Vladimir Herzog, especialmente sobre o número de pessoas concentradas no local.

carta ao leitor

VEJA, 5 DE NOVEMBRO, 1975

Algum tempo talvez tenha de passar antes que se possa medir e analisar o exato significado da visita do presidente Ernesto Geisel a São Paulo. Em todo caso, desde já são evidentes a honradez, a integridade, o alto sentido de responsabilidade do presidente da República, tanto quanto a serenidade e as inextinguíveis esperanças da população de São Paulo e de toda a nação brasileira. Na impossibilidade de apresentar

um quadro menos genérico, VEJA declara o débito de uma contribuição mais explícita a essa serenidade e a essa fé, que confia poder saldar tão logo lhe seja possível.

A matéria da revista Veja (nº de 5 de nov.) sobre o assassinato do jornalista W. Herzog e sobre a vinda de Geisel a S. Paulo foi tão altamente censurada assim como todas as demais matérias de política nacional.

presos políticos de itamaracá recomeçam greve de fome

do refrigerador e dos fogões, suspensão do acesso a área de trabalho e banho de sol. No final da carta os presos políticos dizem que: "Vai caber à Direção da Penitenciária e de modo geral às demais autoridades conosco vinculadas, decidir sobre a conveniência de por paradeiro nesta situação, tão intolerável quanto inteiramente desnecessária. De nossa parte, em função disso, pomos em risco nossa saúde e mesmo nossas vidas na tentativa de preservá-las do massacrante processo de humilhação e lenta destruição a que nos vimos injustamente condenados".

Itamaracá, 06 de outubro de 1975 - Assinado por 19 presos.

CARTA DE APOIO

Os presos políticos do Estado do Rio de Janeiro enviaram carta de solidariedade aos presos de Itamaracá que termina considerando a greve de fome como o episódio de um mesmo e único drama: a luta dos presos políticos no Brasil pela sobrevivência física e política. -Rio/13/10/75

O COMEÇO DOS INTERNAMENTOS

Três presos políticos, condenados à prisão perpétua, foram transferidos para local ignorado, no 15.º dia de greve de fome dos presidiários da Penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá, segundo documento dos próprios detentos em greve, encaminhado à imprensa.

Segundo os familiares dos grevistas, "a situação é desesperadora". José Pedro da Silva, Edilson Romariz Machado e Francisco Peixoto de Carvalho foram hospitalizados nos últimos dias, enquanto Francisco Ferrelra, de 57 anos, que vinha defecando sangue há

alguns dias encontra-se internado na enfermaria da penitenciária.

Na carta enviada à esposa do governador pernambucano, as mães e mulheres dos prisioneiros afirmam que eles "põem em risco suas próprias vidas, para que lhes seja assegurado o direito de sobreviverem com o mínimo de dignidade possível a um ser humano". Elas afirmam que "não sabemos mais o que fazer ou a quem nos dirigir", acrescentando que, "na tentativa de evitar o sacrifício de vidas humanas, todas as portas nos estão sendo fechadas".

TODOS INTERNADOS

No dia 31/10, 25 dias depois de iniciada a greve de fome, todos os prisioneiros de Itamaracá estavam internados em diferentes hospitais do Recife, a maioria em estado de coma, o que praticamente impossibilitou a continuação do movimento. RECIFE - 11-75

anistia A CAMPANHA PELA ANISTIA

No Brasil a campanha nacional pela anistia geral vai se ampliando com a criação de um comite no Rio e com os trabalhos para formação de comites em Fortaleza, Salvador e Curitiba. Em Londrina (onde existe um comite, assim como em S. Paulo e Porto Alegre) foi lançado um jornal mensal - "Brasil Mulher" - que em seu primeiro número divulga matérias sobre a campanha pela anistia.

No exterior, foram criados novos comites pela anistia no Brasil na Suécia, Suíça, Bélgica e Holanda. O comite da França publicou o primeiro número de um boletim de informação sobre a campanha e sobre a situação dos prisioneiros políticos no Brasil

A CAMPANHA PELA ANISTIA NO RIO

JB-11-9-75

A Campanha Nacional pela Anistia aos Presos Políticos, que começou em São Paulo, em março, foi instalada ontem no Rio, em mesa redonda na sede da Associação Brasileira de Imprensa. O tema em discussão: "A Mulher e a Paz", como parte do Ano Internacional da Mulher".

O acadêmico Barbosa Lima Sobrinho, que fez parte da mesa junto com a escritora Rose Marie Muraro e a presidente do Movimento Feminino pela Anistia, Terezinha Zerbini, depois de ler um artigo do pensador católico Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde) lembrou a posição do duque de Caxias, patrono do Exército, pela anistia.

NA CORRESPONDENCIA PARA GEISELOS PROTESTOS

JB-3-11-75

Semanalmente, conforme acentuou a secretaria particular da Presidência, em relatório de fevereiro passado, "embora não constitua fato novo ou recente, registra-se a ocorrência de dezenas de mensagens oriundas do exterior e patrocinadas por organizações que se definem como de defesa dos direitos humanos. Solicitam informações sobre pessoas presas e dadas como desaparecidas, pedem a liberdade de presos políticos, manifestando pesar pelos supostos maus tratos e exigem a constituição de advogados de defesa e julgamento de acordo com a Carta da ONU".

censura Carta assinada por 60 intelectuais - "Os Intelectuais Respondem ao Governo" - e dirigida ao Ministro da Educação, denuncia o progressivo esmagamento da cultura brasileira nos últimos anos e a tentativa de "institucionalização e refinamento dos mecanismos coercitivos. - Rio/09/75

censurados f. imprensa e movimento

ESP-14-10-75

Em mensagem ao ministro Armário Falcão, a Associação Brasileira de Imprensa manifestou sua apreensão diante da ação da censura contra a "Tribuna de Imprensa" e o semanário "Movimento" e a prisão de jornalistas em São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro.

"Em ambos os casos - acentua a mensagem - os representantes da autoridade deixaram claro que tais medidas visavam a impedir a publicação de comentários desta natureza a certa decisão governa-

mental. Essa orientação nos causa tanto maiores apreensões quanto pode ensejar novas proibições semelhantes que importem em mais restrições à liberdade de imprensa no País".

A ABI se refere à alteração da linha editorial da "Tribuna de Imprensa", de segunda-feira, e do veto a todas as matérias do semanário "Movimento", que teve, assim, sustada sua edição desta semana.

A nota ainda destaca que a experiência da ABI mostra que "o poder publico tem mais a temer do silêncio forçado do que do debate livre e criador".

Revista deixa de circular

ESP 5-11-75

A comissão editorial da revista **Debate e Crítica** formada por Florestan Fernandes, Jayme Pinsky e José de Souza Martins, informou ontem a suspensão das atividades da publicação, por não concordar com a censura prévia que lhe foi imposta. **Debate e Crítica**, revista que abordava temas ligados à Sociologia, Política, Artes e Cultura em geral, começou a circular em julho-dezembro de 1973 e foi suspensa quando preparava o número 7. Era dirigida por Tamás Sznrecsányi.

igreja

Casaldáliga ameaçado de expulsão

Por informações seguras, tanto da Igreja como do Governo, sabemos que está em andamento o processo de expulsão do Brasil do nosso bispo, Dom Pedro Casaldáliga.

(...)

Essa perseguição a Dom Pedro e à Prelazia não é de hoje.

Faz anos que vem acontecendo. Sempre, por parte de autoridades locais, estaduais e federais; por parte de fazendeiros, militares, polícia, políticos e outros poderosos.

Todos nós estamos cientes disso.

E todos nós lembramos muito bem os momentos mais duros dessa perseguição:

- as calúnias, as ciladas, os riscos de morte;
- as invasões da casa e arquivo do bispo, e de tantas outras casas de toda a região;
- as prisões, maus tratos e torturas sofridas por tantas pessoas do povo, por padres e outros colaboradores de Dom Pedro;
- a prisão domiciliar do bispo e o inquérito a que ele foi submetido pela Polícia Federal com 16 horas de interrogatório;
- as dificuldades e pressões de todo tipo a que certas autoridades do Exército, da Segurança, do Ensino e da Saúde vêm colocando no trabalho da Prelazia, fechando ambulatórios, impedindo lecionar, proibindo o atendimento aos índios, e até ameaçando de prisão a quem participasse de reuniões, encontros e celebrações organizados pela Prelazia.

(...)

Ultimamente a campanha de difamação contra o nosso bispo agravou-se bastante, preparando já este processo de expulsão que está correndo.

A televisão Globo, em programas nacionais, por três vezes, nos meses de junho e julho deste ano, fez um ataque à pessoa de Dom Pedro, apresentando-o como bispo subversivo e comunista que incitaria o povo à luta armada através dos Sacramentos.

É importante notar que essa campanha pública da Televisão começou justamente na ocasião em que se realizava em Goiânia o Encontro Pastoral da Amazônia sobre Terra e Retirantes, como nosso bispo explicou em seu último documento de 27 de julho de 1975.

Todos lembramos como no dia 19 de agosto de 1973, durante aquela Missa celebrada à beira do Araguaia, em que tantos bispos nos acompanharam, as forças da repressão espalharam covardemente por São Félix um folheto calunioso contra a Igreja, querendo confundir o povo.

Agora, em julho e agosto, o delegado de Polícia de São Félix e outros oficiais vindos de Barra do Garças e Cuiabá procuraram com insistência fotografias de Dom Pedro. E alguns deles anunciaram que em breve ia estourar algo muito grave contra o bispo e os padres de São Félix.

Todos nós sabemos muito bem, como dizem esses bispos no seu documento, qual é o motivo da perseguição levantada contra Dom Pedro.

Ele, desde o início de sua missão pastoral neste Mato Grosso, colocou-se ao lado dos pobres e oprimidos. E mais particularmente dos posseiros, dos índios e dos peões.

(...)

Comunicado da Equipe Pastoral da Prelazia de São Félix, MT
20/9/75 - Transcrito do Boletim DIAL - Paris.

"NÃO OPRIMAS TEU IRMÃO" TRECHOS DO DOCUMENTO DOS BISPOS

Trechos do documento dos bispos elaborado em Itaici - SP - "Não Oprimas teu irmão". 27-30/10/
(transcrito do Boletim DIAL nº 256)

(...)

Assistimos a flagrantes faltas ao respeito da pessoa humana, imagem do Deus criador, caracterizadas pelas prisões arbitrárias que assumem em geral, a forma de verdadeiros sequestros; pelo recrudescimento das torturas, acompanhadas em alguns casos de mortes, algumas chegando ao conhecimento da opinião pública; pelas ameaças públicas e privadas, proferidas inclusive pelas autoridades. Mais grave ainda é o fato de que a maior parte destes atos, que contribuem na criação de um clima de insegurança, são perpetrados sob o pretexto de defender e de manter a paz e a tranquilidade públicas, e sob a alegação, da parte de seus autores, de que se baseiam em princípios cristãos.

(...)

Isso nos conduz a propor os seguintes gestos concretos:

- 1- Expressamos nossa intenção de situarmo-nos ao lado dos que sofrem e caminhar conjuntamente com todos os grupos e instituições que lutam a favor do respeito da pessoa humana em nosso país: as Igrejas, a Comissão Pontifícia Justiça e Paz, os Sindicatos, a Imprensa, as Universidades, a Ordem dos Advogados do Brasil, as Associações profissionais e estudantis, os Movimentos pela não-violência; e todos aqueles que, nos Poderes constituídos, nas Forças Armadas e na sociedade em geral, se sintam, por esta situação, ofendidos na sua consciência de homens.
- 2- Chamamos ao povo de Deus a encontrar-se 2 de novembro nas catedrais das dioceses a fim de participar na missa a ser celebrada pelos desaparecidos, pelos que sofrem nas prisões e pelo repouso das almas dos que morreram vítimas de todo tipo de violências. Este documento será lido em todas as missas de 2 a 9 de novembro, nas paróquias e dioceses.

(...)

estudantes ESP 1-10-75 **Policiais invadem faculdade**

Um saco plástico cheio de água lançado do terceiro andar do prédio anexo da Escola de Engenharia da UFMG, em Belo Horizonte, sobre um veículo que estava sendo rebocado por soldados do batalhão de trânsito acabou provocando a invasão dessa escola e a prisão de dois estudantes, um dos quais foi

espancado. Os demais alunos se declararam em greve até a assembleia que realizarão hoje de manhã quando apresentarão ao diretor da escola o pedido de providências para que eles tenham "garantias para estudar".

No momento em que o saco plástico bateu sobre a capota

do carro que estava sendo guinchado, passava o estudante Sebastião Roberto Dias, que riu ao ver a água respingar um dos militares, o subtenente Jesus, que, não gostando do comportamento do aluno passou a agredi-lo "com uma pequena chibata".

O estudante refugiou-se dentro do prédio da Escola de Engenharia, onde foi perseguido pelo militar e por cinco outros soldados que participaram do guinchamento do veículo. No interior do prédio o subtenente continuou a espancar o estudante, que tentava subir as escadas para os andares superiores.

A correria, os gritos e o ruído das pancadas atraíram a atenção de outros estudantes, que se aproximaram do colega que estava sendo espancado. O subtenente Jesus, ao vê-los, receosa de ser espancado por sua vez, sacou sua arma e depois de ordenar a Sebastião Roberto Dias que "parasse de correr senão seria baleado", aplicou-lhe uma gravata e usou-o como escudo para sair do prédio da escola.

Próximo à saída, outro estudante, Wilian Luiz da Silva, que protestou contra a prisão do colega, foi também detido e algemado. Ambos foram colo-

cados em duas rádio-patrolhas, de numero 79 e 81, que foram cercadas pelos demais estudantes, tentando ganhar tempo até que o diretor da escola, Helio Antonini, parlamentasse com os policiais. Mas os PMs jogaram as viaturas sobre os estudantes conduzindo os dois detidos para o DOPS.

Enquanto isso, o diretor Antonini, se recusava a receber os representantes do diretório acadêmico, alegando estar "em uma reunião importante". Foi então formada uma comissão por cinco alunos, o diretor da escola e três outros professores que procuraram o secretário de Segurança, coronel Vinício Alves, a quem expuseram os fatos.

O secretário mandou soltar os estudantes imediatamente e os convocou à secretaria onde narraram o que aconteceu. O subtenente Jesus afirmou que sua reação, ao sacar a arma, decorreu do medo que teve "de ser linchado pelos demais estudantes".

A tarde o coronel Venício Alves determinou a apuração de tudo o que aconteceu na Escola de Engenharia da UFMG, "principalmente dos possíveis excessos, cujos autores, se comprovados, serão punidos".

CARDEAL EUGENIO: RELAÇÕES COM GOVERNO MELHORAM

"Há uma crescente melhoria nas relações entre o governo e a Igreja, o que não significa que não existam problemas. A ordem geral do relacionamento é essa". A declaração é do cardeal dom Eugênio Sales, da arquidiocese do Rio de Janeiro, feita após audiência com o presidente Geisel, que durou 45 minutos.

Dom Eugênio Sales revelou que o general Geisel lhe pediu para que ele sempre o procure, toda vez que vier a Brasília. O cardeal disse também que periodicamente vem à capital para contatos com autoridades do governo.

Na audiência de ontem, dom Eugênio afirmou que "a con-

versa foi variada e os assuntos diversos, embora de interesse comum". Esclarecendo falar apenas em nome de sua diocese e não pela Igreja, o cardeal disse ter tratado com Geisel sobre o indulto de presos por causa do Ano Santo e sobre a diminuição de penas. Anunciou ainda que entregou a Geisel um documento da Comissão de Pastoral Penal com as solicitações, embora o presidente não tenha dado resposta definitiva. "Mas acho que a resposta sairá breve", comentou.

Dom Eugênio afirmou ter conversado também com o presidente sobre a melhoria das relações entre a Igreja e o governo.

ESTUDANTES DENUNCIAM REPRESSÃO A S.B.P.C.

A VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O

PROGRESSO DA CIÊNCIA

Após um período de grande dispersão, voltam a ser realizados Seminários, Encontros e outras manifestações representativas de diversos setores da população, procurando retomar as discussões sobre os rumos de nossa sociedade em crise.

Nesse sentido, nós os estudantes de todo o país, vemos a necessidade de discutir e nos posicionarmos diante da inegável situação crítica na qual se encontra a Universidade Brasileira.

Entendemos que esse posicionamento só é capaz de existir com o mais amplo debate dentro de um clima de respeito ao direito inalienável de manifestação e organização. Essa liberdade fundamental hoje se vê tolhida, usando-se os mais diversos e arbitrários instrumentos no desempenho dessa ignominiosa tarefa.

Para os estudantes, além de existência de uma legislação nitidamente repressiva como o Decreto 477 acrescentam-se outras medidas como a Portaria Nº 25 de 17/01/68 do MEC. Tal portaria determina, que num prazo de no mínimo 90 dias sejam submetidos à aprovação do ministro da Educação os seguintes itens: o tema, os nomes dos conferencistas e organizadores e a origem de subvenção financeira de qualquer reunião, seminário, simpósio na área de educação e cultura. Desta forma se configura mais um instrumento de cerceamento à livre organização e ao livre debate no Brasil.

Hoje estão se ultimando os preparativos para a realização do II Seminário Nacional de Engenharia (setembro - Duro Preto), o Encontro Nacional de Estudantes de Economia, e mais uma vez tenta-se impor as absurdas exigências da Portaria Nº 25. As Reitorias da UFMG e da UFOP estão exigindo o cumprimento daquela portaria como pré-requisito para qualquer apoio ao Seminário Nacional de Estudantes de Engenharia. Com isso, visam dificultar ou até proibir a realização, como aconteceu com o III Encontro Nacional dos Estudantes de Arquitetura, em Campinas/74.

Nesse sentido solicitamos um solidário posicionamento na XXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, contra todos esses atos de cerceamento à livre organização e manifestação, e de apoio à realização do Seminário Nacional dos Estudantes de Engenharia e do Encontro Nacional dos Estudantes de Economia.

GRÊMIO POLITECNICO DA USP

- DELEGAÇÃO DOS ESTUDANTES DE ENGENHARIA DA UFRJ
- D.A. DE ENGENHARIA DA U.F.B.A.
- D.A. DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS DA UFMG
- CENTRO DE ESTUDOS DE QUÍMICA DA UFMG
- CENTRO DE ESTUDOS DE FÍSICA DA UFMG
- D.A. DA ESCOLA DE ENGENHARIA DA UFMG
- DELEGAÇÃO DOS ESTUDANTES DE ENGENHARIA DE U.N.B.
- CENTRO ACADÊMICO ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA
- DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES DA UFSCar
- DIRETÓRIO ACADÊMICO ABRAÃO DE MORAIS - UNIVERSIDADE WACKENZIE
- CENTRO ACADÊMICO DE FÍSICA - UNICAMP
- ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA DA INSTITUTO DE FÍSICA - UFRJ
- CENTRO DE ESTUDOS MATEMÁTICOS E FÍSICOS - Fac.Fil.Ciê.n.e Let.de
- CENTRO DE ESTUDOS DE FÍSICA E MATEMÁTICA - USP - S.P. Rio Claro
- Delegação de estudantes presentes na SBPC, dos cursos de:
- CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNB
- CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
- CIÊNCIAS SOCIAIS DE ARARAQUARA - SP
- CIÊNCIAS SOCIAIS DA PUC - RIO
- ENGENHARIA DA PUC - RIO
- FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
- FÍSICA DA PUC-RIO
- FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
- FÍSICA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BAURUR-SP
- FÍSICA DO CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS
- CENTRO ACADÊMICO DA ENGENHARIA DA MAJÁ - SP
- D.A. DA ESCOLA DE MINAS DE OURO PRÉTO - UFOP-MG
- D.A. DA ESCOLA DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
- D.A. OTÁVIO CATANHEDE - ENGENHARIA - UFF - RJ
- CENTRO DE ESTUDOS DE ECONOMIA DA UFMG
- DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
- D.A. DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG
- D.A. DA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UFMG
- CENTRO DE ESTUDOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFMG
- CENTRO DE ESTUDOS DE PSICOLOGIA DA UFMG
- CENTRO DE ESTUDOS FILOSÓFICOS DA UFMG
- CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS-USP
- C.A. DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS-SP
- D.A. DOS INSTITUTOS UNIFICADOS DA UFRGS
- D.A. DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
- D.A. 2 DE ABRIL DA FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ-SP

Seminário de estudantes de engenharia denuncia repressão e prega mudança social

"Os currículos dos cursos de Engenharia de todo o Brasil, de uma maneira geral, têm um caráter mais ideológico do que técnico, com o objetivo de atender aos interesses de grandes empresas e do governo. Um dos exemplos disto é que o ensino de problemas de saneamento é relegado a um segundo plano nos cursos superiores de Engenharia, enquanto se dá grande ênfase às técnicas de construção de pontes, túneis e viadutos em grandes estradas e ferrovias".

Esta é uma das conclusões a que chegaram os quase 400 estudantes de Engenharia, de 18 escolas brasileiras, que estiveram reunidos em Belo Horizonte durante toda a semana passada, no seu II Seminário Nacional, para debater os problemas da área e discutir assuntos como o ensino de pós-graduação em Engenharia, a participação estudantil na vida universitária, o ensino pago e a própria estrutura da Universidade.

Segundo os alunos, a universidade brasileira — especialmente mas não exclusivamente na área da Engenharia — coloca o estudante completamente afastado da realidade em que vive, ministrando-lhe um ensino excessivamente tecnicista e deixando de lado a discussão em torno dos problemas sociais. "A grande maioria da população brasileira precisa de soluções para seus problemas de saneamento, mas a escola prefere formar o engenheiro que seja capaz de construir grandes pontes e túneis, obrigando-o a afastar-se da realidade e trabalhar apenas para auxiliar as empresas no seu objetivo que é o acúmulo de capital", afirmaram.

De uma maneira geral, os participantes do II SNEE concluíram ser urgente uma mudança de perspectivas para a universidade brasileira, que hoje "forma apenas os intelectuais de que a classe dominante precisa, alheando-se da realidade que a cerca. A mudança

da universidade deve levá-la a beneficiar camadas mais amplas da sociedade e não apenas uma minoria.

No final desta semana, será divulgada uma "carta aberta à população brasileira" contendo as conclusões do seminário realizado em Belo Horizonte, na qual os universitários pretendem denunciar de público "as diversas pressões que sofrem atualmente por parte das autoridades federais da área da Educação, que utilizam instrumentos como o AI-5 e o Decreto 477, além do Decreto 228, da Portaria n.º 25 (que regula a realização de encontros estudantis) e dos próprios regimentos internos das universidades, que muitas vezes são ainda mais rigorosos que o próprio 477".

De acordo com os universitários, não basta lutar apenas pela revogação do Ato Institucional n.º 5 ou do Decreto 477, mas sim pela mudança de perspectiva não só da universidade "mas de toda a sociedade brasi-

ESP-9-9-75

leira".

Outra forma que o governo adotou para desobrigar-se do setor educacional, de acordo com os universitários de engenharia, foi o grande incentivo dado à criação de escolas particulares até há algum tempo, "numa tentativa de eliminar tensões geradas pela existência de grande demanda de bancos universitários, ao passo que as vagas nas universidades oficiais eram reduzidas". Afirmam eles que o governo brasileiro, além do estímulo às escolas particulares, procurou também aumentar algumas vagas nas escolas federais, embora sem aumento de verbas, "para atender aos reclamos da classe média, que apoiou a Revolução de 1964, mas que pressionava para obter vagas nas universidades; com o aumento, o governo procurou evitar o foco de tensões sociais em que sempre se constituíram os excedentes dos cursos vestibulares, que hoje não mais existem".

MANIFESTAÇÃO EM BRASÍLIA: ESTUDANTES QUEREM CRIAR DIRETÓRIO UNIVERSITÁRIO

Cerca de 100 estudantes da Universidade de Brasília concentraram-se ontem em frente ao Ministério da Educação, para continuar seus contatos com dirigentes do MEC, protestando contra a oposição da Reitoria ao diretório universitário que querem criar. Depois, os estudantes dirigiram-se pela Esplanada dos Ministérios até a Câmara dos Deputados — onde a leitura de seu manifesto provocou um conflito entre os parlamentares — seguidos ostensivamente por diversas viaturas da Divisão de Operações da Polícia Federal, que não chegaram a entrar em ação.

Os professores Carlos Alberto Direito, chefe de gabinete

do ministro Ney Braga, e Edson Machado de Souza, diretor do Departamento de Assuntos Universitários, desceram para falar com os estudantes concordando em receber apenas cinco representantes no gabinete do ministro, para uma reunião. As autoridades do MEC impuseram ainda uma condição: os demais alunos, concentrados em frente ao Ministério, deveriam sair do local. Os estudantes fizeram uma eleição ali mesmo e decidiram aceitar a proposta do MEC.

Enquanto os cinco representantes discutiam por mais de uma hora com as autoridades, os demais alunos reuniram-se no gramado da Esplanada dos Ministérios, aguardando uma

resposta. A comissão tentava uma interferência do MEC junto à Unb para a criação do diretório universitário. Começaram então a circular lentamente na esplanada três viaturas do DOPS e uma perua Veraneio azul parou a poucos metros do grupo de alunos.

Um dos passageiros deste carro passou a filmar os estudantes sentados na grama. Os alunos fecharam mais a roda e alguns fizeram da camisa e dos livros proteção para o rosto.

A entrada dos fotografos na reunião entre os representantes e as autoridades foi proibida e, segundo o assessor de imprensa do ministro, o veto partiu dos próprios alunos. O

ESP-16-10-75

assessor informou também que o MEC procuraria a Universidade de Brasília para estudar o problema em conjunto.

Os representantes informaram depois a seus colegas que o MEC está disposto a negociar e que o único problema é ainda uma das características do diretório universitário pretendido pelos estudantes: a existência de uma assembléia para que o estudante seja o centro da decisão. No entender do MEC, essa assembléia é ilegal.

Na Câmara, o deputado Marcondes Gadelha leu um memorial dos estudantes, sob protestos da Arena e de um deputado do MDB que fora interrompido em seu discurso.

Dir. DAU ameaça alunos na Bahia

ESP-17-10-75

O diretor do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura, Edson Machado de Souza, enviado especialmente pelo ministro Ney Braga para tentar solucionar a greve que já paralisou 35 cursos da Universidade Federal da Bahia, afirmou, ontem, que "se a paralisação persistir por mais algum tempo, quase todos os alunos estarão automaticamente reprovados por falta".

Caso persista a paralisação, Edson Machado informou que, além da reprovação automática, "existem outras formas de penalidade previstas". E explicou que o incitamento à paralisação de atividades didáticas é punível com expulsão, ressaltando que "o decreto 477 ainda

não foi revogado". Após uma reunião com os diretores de unidade da UFBA e o reitor Augusto Mascarenhas, o diretor do DAU afirmou que "existe um consenso quase absoluto no Conselho Universitário de que estamos muito próximos do retorno às aulas". E garantiu que a situação, embora, no momento, seja crítica para alguns, "é perfeitamente contornável".

Os estudantes dos cursos da UFBA, que se encontram afastados das aulas, há quase um mês, em protesto contra a aplicação do jubramento e contra as precárias condições de ensino, marcaram para hoje, às 9 horas, uma assembléia geral, quando deverá ser decidida a realização de um encontro nacional na Bahia, além

da elaboração de uma carta aberta à Nação que deverá conter os motivos da paralisação das atividades. Enquanto isso, o diretor do DAU, Edson Machado de Souza, explicou que toda reunião universitária só pode ser realizada, desde que patrocinada por alguma universidade e devidamente autorizada pelo Ministério da Educação. Edson Machado de Souza, no entanto, explicou que, se a assembléia marcada para hoje for significativa, a carta será levada na devida consideração. "O Ministério não acatará uma carta em nome dos estudantes da UFBA, feita por uma pretensa assembléia e aprovada por uma minoria", ressaltou.

Para Edson Machado de Souza, os diretores da unida-

de da UFBA estão convencidos de que "a maioria de alunos de bom senso está sendo conduzida por uma minoria bastante ativa, que, visivelmente, não deseja encontrar nenhuma solução para o problema". Segundo o diretor do DAU, as reivindicações específicas dos alunos estão sendo encaminhadas pela reitoria para que sejam atendidas, principalmente as solicitações de equipamento e biblioteca. Mas reafirmou que, quanto ao jubramento, "já foi suficientemente divulgado que a Universidade está disposta a rever a questão, mas o Conselho Universitário não aceitará que sua autonomia seja arranhada. Por isso, não tomará nenhuma decisão sem que se faça um estudo aprofundado da questão".

GREVE GERAL NA UN. DA BAHIA: Minas: Polícia

REPRESSÃO OCUPA CAMPUS

invade diretórios

ESP-21-10-75

Guardas da segurança da Universidade Federal da Bahia — onde 33 cursos, com 11 mil alunos, estão paralisados — foram colocados armados, em várias unidades de seu campus, com ordens para não permitir a realização de reuniões e assembleias.

A partir de ontem, pelo menos nas escolas onde o policiamento se mostra ostensivo, os estudantes exigem a "retirada do aparato policial montado nas escolas" como uma condição mínima "para que possamos deliberar imediatamente sobre a continuidade ou não da paralisação".

Nessas escolas os policiais do Corpo de Guarda da própria universidade, até então ocupados apenas em garantir a segurança do patrimônio da UFBA, exercem agora vigilância, armados de revólveres e cassetetes.

Os alunos queixaram-se também da "proibição de divulgação de qualquer notícia vinculada ao nosso movimento", pois os jornais de Salvador, por determinação de Censura Federal, vêm limitando o noticiário sobre o assunto às notas oficiais divulgadas pela Reitoria.

ESP-23-10-75

Considerando "o forte cerco policial que impede todas as reuniões" e o atendimento de algumas de suas reivindicações, os estudantes da Universidade Federal da Bahia mostram-se, desde ontem, dispostos a aprovar uma proposta de volta às aulas a partir de amanhã. Por enquanto, porém, 33 cursos permanecem paralisados e policiais guardam todas as unidades da UFBA.

Até ontem à noite, nenhuma dos cursos havia concluído um documento formalizando a proposta. Entretanto, comentase que ela está praticamente aprovada pelos alunos de Arquitetura, Engenharia, Geociências, Ciências Humanas, Física e por outras unidades.

Nos documentos, que deverão estar todos prontos hoje, deve constar, além dos motivos que levariam os estudantes a retornar às aulas, o seu desagrado, como também o dos professores, por reiniciar as atividades didáticas com as escolas ainda cercadas de policiais.

Pela manhã, antes de se conhecer essa disposição na maioria dos cursos, houve momentos de tensão mais forte, principalmente durante o incidente que envolveu a Faculdade de Medicina, até então inteiramente distante do movimento de paralisação.

Sem explicação aparente, o Diretório Acadêmico de Medicina foi fechado, por ordem da Reitoria, na segunda-feira. Ontem pela manhã, quando os estudantes realizavam uma reunião, no anfiteatro do hospital-escola, para discutir a situação e tentar reabrir a entidade, o diretor do instituto avisou que em 15 minutos a reunião seria dissolvida por forças policiais.

Os alunos dispersaram-se e voltaram a se reunir em frente à Reitoria (que fica a poucos metros do hospital) para exigir do reitor uma explicação e a reabertura do Diretório. O reitor teria dito que poderia receber apenas a aluna Telma Maia, presidente do diretório, mas os alunos insistiram em comparecer ao seu gabinete, representados por uma

comissão de seis membros.

Durante as negociações, com os alunos reunidos em frente à Reitoria, correu a notícia, depois confirmada, de que Telma estaria sendo procurada pelos agentes policiais. Temendo uma intervenção policial, os estudantes dispersaram-se logo depois, marcando nova reunião para hoje, no hospital, durante a qual pretendem discutir a questão do fechamento do diretório. Informou-se, logo depois, que também o presidente do Diretório Central dos Estudantes, que cursa Medicina, estava sendo procurado.

Prisões

Dos muitos boatos e comentários que surgiram pela cidade, parecem estar confirmados apenas a prisão de dois estudantes, e o convite, para depoimento, de mais um aluno e de um professor. Três outras alunas estariam sendo procuradas, mas não se divulgaram seus nomes, nem as unidades onde estudam.

Dos estudantes presos, um estava distribuindo panfletos nas proximidades do Instituto de Geociências, onde estuda. Outro, aluno de Engenharia Civil teria dito piadas que ofenderam os policiais que mantinham guarda na entrada da escola.

Pela manhã, quando fotografavam cenas do aparato policial montado em volta das unidades da universidade o fotógrafo Agliberto Correia Lima, do Estado, e Romualdo Bahiense, de A Tarde, foram detidos por policiais e passaram mais de uma hora prestando esclarecimentos às autoridades no Quartel dos Afritos, onde funciona o Comando Geral da Polícia Militar da Bahia. Os dois foram soltos, sem nada sofrerem, depois de ouvirem demorada preleção.

ESP-24-10-75

Tres diretórios acadêmicos e a sede cultural do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, foram invadidos ontem por agentes da Polícia Federal, que arancaram os cartazes de propaganda do show de Luis Gonzaga Junior e jornais murais, invocando uma ordem circular do ministro Armando Falcão.

Os policiais que invadiram os diretórios das faculdades de Medicina, Arquitetura, e Filosofia e Ciências Humanas portavam um auto de apreensão, que os autorizava a arrombar portas e armários, o que, todavia, não ocorreu. Segundo os universitários mineiros, os policiais alegaram que o texto colocado por eles no cartaz anunciando o espetáculo de Luis Gonzaga Junior era contrário a segurança nacional. Era parte da letra da composição "Plano de Vão", já liberada pela censura.

JB-24/10/75

Belo Horizonte — Dois agentes da Polícia Federal percorreram os diretórios acadêmicos das faculdades da Capital mineira ontem arrancando o cartaz que anunciava o show musical **Plano de Vão**, de Luis Gonzaga Júnior. A apreensão também se fez em diversos estabelecimentos comerciais e bancários onde o cartaz estava exposto.

Além do anúncio do show, nas faculdades foi danificado um relatório dos jornais **Opinião e Movimento** que continham reportagens censuradas e que fora afixado no jornal-mural das escolas.

Alunos da USP recusam-se a acatar ministro

ESP-24-10-75

Por unanimidade, 600 alunos da USP, concentrados ontem à noite no Instituto de Ciências Sociais, aprovaram a "desobediência consciente" da circular expedida pelo ministro da Justiça, Armando Falcão, que determina aos governadores que proibam concentrações que possam alterar a tranquilidade pública. Durante a reunião, que durou duas horas e meia, foram aprovadas as decisões tomadas na assembleia matutina, na qual os estudantes propuseram a suspensão das aulas a partir do dia 29, caso não sejam libertados até essa data os colegas e professores detidos.

Da assembleia realizada de manhã participaram menos de 10 por cento dos alunos da

USP, que decidiram formar uma comissão encarregada de elaborar documentos de protestos e encaminhá-los a representantes da Igreja, do MDB e de diversas categorias profissionais.

Além da carta ao governo federal, exigindo a libertação dos detidos, outra será endereçada ao reitor, manifestando repúdio ao policiamento ostensivo dentro do campus universitário. Os estudantes receberam o apoio da líder do Movimento Feminino pela Anistia dos Presos Políticos, Terezinha Zerbini, e do professor Michel Foucault, que suspendeu desde ontem o curso que ministrava na USP e escreveu um manifesto.

Hoje, um grupo de universi-

tários deverá comparecer à reunião da Sociedade Interamericana de Imprensa, às 10 horas, quando será lida uma carta-denúncia encaminhada pelos alunos da Escola de Comunicações e Artes. Outro documento a ser elaborado oferecerá apoio aos estudantes da Universidade Federal da Bahia, que organizam um Encontro Nacional dos Estudantes, do qual os paulistas pretendem participar.

No final da assembleia, os universitários votaram uma manifestação de repúdio à recente nota do ministro Armando Falcão, que determina aos governadores estaduais a proibição de passeatas, comícios etc.

A "Semana" proibida

ESP-5-11-75

Um grupo de 50 estudantes de quatro universidades do Estado do Rio apresentou ontem aos líderes da Arena e do MDB na Assembleia Legislativa fluminense um relato da proibição das comemorações da Semana dos Direitos Humanos, cujo início estava programado para anteontem. Os estudantes fizeram um histórico dos preparativos para a realização da promoção, que foi impedida pela polícia. O líder do MDB, Cláudio Moacir prometeu que fará hoje um pronunciamento a respeito, enquanto o líder da Arena, Luis Fernando Linhares, ressalva que "não é só o MDB que condena atitudes como essas", referindo-se à invasão pela polícia do Instituto de Ciências Humanas e Filosóficas da UFF, em Niterói.

movimento sindical

Polícia impede greve em Minas

ESP-18-9
75

Durou menos de duas horas uma tentativa de greve esboçada segunda-feira por oito operários que trabalham na construção de um frigorífico da Frinasa (empresa carioca), no município de Nanuque, Nordeste de Minas. Alertado pelos dirigentes da firma, o delegado Valter Joviano de Aquino compareceu ao local com um jipe e uma Rural cheios de soldados e sufocou o movimento em poucos minutos, prendendo os dois operários apontados como líderes.

O movimento, segundo o delegado, tinha como objetivo obter melhoria salarial e foi liderado por Valdomiro Lopes e Bonifácio dos Santos Filho, que foram presos na segunda-feira e liberados ontem mesmo. Na delegacia de Nanuque, foi aberto inquérito policial para apurar as responsabilidades, que será encaminhado depois de concluído à 4.ª Auditoria Militar, em Juiz de Fora, porque o delegado entende que os dois operários devem ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Desemprego atinge os operários de Capivara

Com a conclusão das obras de concretagem e da barragem de terra da Usina de Capivara, deverá ocorrer uma nova dispensa em massa de trabalhadores, o que, certamente, agravará ainda mais o problema de desemprego na região da Alta Sorocabana. A Companhia Brasileira de Projetos e Obras, responsável pelos serviços, já dispensou, recentemente, cerca de 2.300 operários e pretende dispensar mais dois mil nos próximos 90 dias.

Quase todos os operários dispensados são de mão-de-obra desqualificada, de procedência rural, que, durante cinco anos, estiveram encarregados da construção da usina. Durante esse tempo, esses operários obtiveram uma relativa ascensão social, já que, além dos dois salários mínimos mensais, receberam da Centrais Elétricas de São Paulo — CESP — alojamento, assistência médica e hospitalar e até a possibilidade de frequentar clubes e cinemas.

Nos últimos tempos, a Hidrelétrica de Capivara dispensou, em média, 500 operários por mês e, segundo o Serviço de Obras Sociais — SOS — de 100 migrantes que transitam por Assis, apenas dez fixam residência e se transformam em bóias-frias. Geralmente, essa mão-de-obra ociosa se dirige para Itaipu, Pontal do Paranapanema, em busca de colocação na projetada hidrelétrica do município de Rosana.

Na verdade, o desemprego provocado pelo final das obras de concretagem e escavações na Usina de Capivara já se re-

Operários querem reabrir Patriarca

ESP-13-10-75

Trabalhadores e respectivo sindicato solicitaram ao presidente da República e ao juiz da 12.ª Vara Cível de São Paulo a reabertura da Cia. Industrial de Roupas Patriarca, cujo fechamento acaba de ocorrer em virtude de decretação de falência.

Tanto o Sindicato dos Alfaiates e Trabalhadores nas Indústrias de Confeção de Roupas de São Paulo quanto os empregados foram tomados de surpresa com a decretação da falência, porquanto a empresa "vinha operando normalmente, com abundância de serviço, inclusive exigindo o cumprimento de horas extras por parte dos trabalhadores, pagando normalmente os salários, bem como os aciantamentos".

Diretores do sindicato, junto com uma comissão de operários, estiveram em contato com o juiz titular da 12.ª Vara Cível, para tentar a reabertura

da fábrica, mas não o conseguiram, em virtude de impedimentos legais.

"O fechamento gerou grave problema social, pois muitos de seus 260 trabalhadores tem mais de 40 anos de idade e dificilmente encontrarão novo emprego", disse Reinaldo Pinto Rocha, presidente do órgão de classe. "Existem casos de operários que estavam em vias de alcançar aposentadoria, mas, com a cessação da relação de emprego, passarão por dificuldades".

Reunidos na sede de seu sindicato, os 260 trabalhadores não se interessaram pela abertura de processo trabalhista, mas, sim, pelo pedido de que a fábrica volte a funcionar. Os empregados da Patriarca dirigiram-se por ofício ao presidente da República, expondo os fatos e solicitando providências para o regresso ao trabalho.

ESP-2 DE OUTUBRO DE 1975

prefeita preferiram ir embora sem saldar suas dívidas nas casas comerciais. Enquanto isso, o prefeito ainda não encontrou uma solução para o destino das 350 casas, construídas pela CESP, que começaram a ser desocupadas.

Inicialmente, o prefeito mostrou-se disposto a alugar as Usina de Açúcar de Porecatu que, dessa maneira, poderia alojar os trabalhadores para o corte de cana. Mas isso ainda não foi decidido e, por enquanto, existe até a possibilidade de que essas casas venham a ser demolidas por falta de pessoas para habitá-las. Prova disso é que o distrito de Nantes, que, há cinco anos, tinha 6.442 habitantes, hoje está com uma população de apenas três mil pessoas.

Demissões no CMTC

ESP-18-9-75

A demissão de grande número de empregados da CMTC foi denunciada, ontem, na Câmara, pelo vereador Luiz Peixoto, acrescentando que, provavelmente, os atingidos são empregados de baixos vencimentos, embora sejam exatamente "os que mais trabalham". Na opinião do vereador, se for mesmo esse o critério das dispensas, a empresa estará cometendo grave injustiça e, ainda, prejudicando o seu próprio funcionamento.

Sindicato critica a Fepasa

ESP-3-10-75

O Sindicato dos Ferroviários da Zona Sorocabana julga precipitada a entrega de documento da Fepasa, ao Ministério do Trabalho, solicitando a transferência para o regime da CLT de todos seus 30 mil servidores. "Fomos colhidos de surpresa com essa atitude da ferrovia e esperamos que o ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, ouça os vários sindicatos de ferroviários antes de adotar uma posição definitiva", afirmou Osvaldo Salles, presidente daquele órgão de classe.

O dirigente sindical acrescenta que, há questão de duas semanas, a empresa enviou anteprojeto ao sindicato, dispondo sobre contrato individual de trabalho e contrato coletivo de trabalho, dentro do regime da CLT, de tal sorte que alguns antigos direitos seriam alterados, outros conservados e outros subtraídos.

"A Fepasa levou seis meses, por meio de seu departamento jurídico, para estudar e elaborar o aludido anteprojeto, que nos chegou às mãos há poucos dias — acrescentou. Por isso mesmo, não tivemos oportunidade de estudá-lo com a atenção que o problema requer".

SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO é criado

ESP-9-10-75

O presidente da República baixou decreto ontem criando o Sistema Nacional de Emprego — SINE, destinado a organizar e desenvolver informações e pesquisas sobre o mercado de trabalho, capaz de sustentar a política de emprego a níveis local, regional e nacional.

Entre as funções do SINE, que será coordenado e supervisionado pela Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, figuram a instalação de serviços e agências de colocação em todo o País e a identificação dos trabalhadores.

Caberá ainda ao SINE prestar informações e orientação aos operários quanto à escolha de empregos, bem como informar ao mercado consumidor de mão-de-obra sobre a disponibilidade de recursos humanos e fornecer subsídios aos sistemas educacional e de formação de mão-de-obra para elaboração de seus programas.

Não haverá abono de emergência

ESP-11-10-75

O aumento nos preços dos combustíveis não implicará na concessão de abono de emergência para compensar a queda do poder aquisitivo do trabalhador, porque sua influência no índice do custo de vida será muito pequena, segundo afirmou, ontem, em Congonhas, o ministro Arnaldo Prieto, do Trabalho. Ele explicou que a medida foi examinada em profundidade pelos ministros da área econômica e que os salários continuarão sendo corrigidos automaticamente, à medida em que subirem os índices do custo de vida.

Mais tarde, já em Brasília, o ministro sustentou que as medidas econômicas adotadas pelo governo visam assegurar o processo de desenvolvimento do País e sustentar a economia, para que não haja reflexos negativos na área social. "A inflação que se espera para esse ano não justifica nenhum alarme, pois ela será sem expressão, em razão do cuidado do governo em aumentar menos o óleo diesel" assegurou.

Prieto não acredita que a adoção do contrato de risco para a exploração de petróleo possa gerar aumento de mão-de-obra, "já que o trabalho no campo petrolífero, especialmente na pesquisa, é quase todo automatizado" e acrescentou: "uma maior procura poderá ocorrer, sim, em decorrência da indústria petroquímica, mas isto a longo prazo".

Também o ministro Nascimento e Silva afirmou que as medidas não terão qualquer relação direta na área da Previdência e Assistência Social.

Sindicatos devem colaborar

ESP-9-10-75

Ainda ontem, o presidente Geisel autorizou o Ministério do Trabalho a promover — diretamente ou mediante convênios com entidades sindicais — a execução de programas culturais, desportivos, educacionais, assistenciais, de lazer, de recreação e outros que visem ao bem-estar e à promoção social do trabalhador.

Na exposição de motivos que acompanha o decreto ontem assinado, o presidente Geisel considera importante que os sindicatos colaborem com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social e revela o interesse do governo na política de valorizar a participação das entidades sindicais.

Metalúrgicos de SP Sindicato quer indústria não obtêm acordo para 50%

ESP-18-10-75

Os metalúrgicos da Capital, Osasco e Guarulhos não se conciliaram com os 23 sindicatos patronais do setor, os quais congregam cerca de nove mil empresas; os três sindicatos dos 225 mil trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e do material elétrico daquelas cidades pleiteiam 50% de reajuste salarial e outras cláusulas. Como não houve conciliação, o delegado regional do Trabalho, Vinicius Ferraz Torres, ordenou ontem a remessa do processo para a Justiça do Trabalho.

Apenas a 17 de novembro é que expirará o acordo entre metalúrgicos e seus empresários, mas, conforme permite a política salarial do governo, os sindicatos operários já estão em plena campanha salarial. Mais uma vez foi instaurado dissídio coletivo entre as partes, fato que se repete há 10 anos, com negociações infrutíferas na área do Ministério do Trabalho.

Ao pleitear 50% de reajuste salarial, os metalúrgicos argumentam com a inflação nos últimos 11 meses e, também, com a necessidade de reposição parcial do poder aquisitivo da categoria nos últimos anos, de acordo com dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos.

Nos meses de outubro, novembro e dezembro ocorre a chamada "safra salarial paulista", isto é, o término de acordos ou decisões normativas sobre salários e demais condições de trabalho. Levantamento es-

tatístico realizado no Tribunal Regional do Trabalho revela que, todos os anos, 48% dos 302 dissídios coletivos instaurados no Estado de São Paulo situam-se dentro da "safra salarial".

Atualmente, estão em campanha salarial cerca de um milhão e quinhentos mil trabalhadores paulistas: metalúrgicos da Capital, Osasco e Guarulhos, gráficos de casas de obras, gráficos de jornais (vão assinar acordo de 37% de reajuste, no TRT, segunda-feira), têxteis, setores de alimentação, construção civil, hoteleiro, vestuário etc.

Em outubro confirmou-se o que ocorrera em setembro, com relação à taxa de reajuste salarial baixada pela Presidência da República: ocorreu uma elevação, ao passo que de março a agosto ela vinha baixando progressivamente. Os metalúrgicos prevêem que, nesse passo, em novembro ela estará em 40%, igualando o nível de janeiro deste ano.

Em Brasília, técnicos governamentais da área do Planejamento e do Ministério do Trabalho afirmaram que com a fixação do fator de reajustamento salarial em 1,37 relativo a este mês, o governo reafirmou sua política salarial, que compreende a elevação constante do salário real das diferentes categorias profissionais. Segundo afirmaram, o custo de vida não alcançou o índice 37% para o cálculo de majoração salarial representado pelo fator governamental.

METALURGICOS X FORD

ESP-2-10-75

Os sindicatos de metalúrgicos de São Paulo, São Caetano, São Bernardo e Taubaté estão unidos em um processo conjunto, na Delegacia Regional do Trabalho, tendo em vista o fato de que a Ford do Brasil aumentou o desconto de assistência médica de 18 para 48 cruzeiros mensais.

O delegado regional do Trabalho, Vinicius Ferraz Torres, já realizou mesas-redondas entre as partes, pois o problema atinge a aproximadamente 20 mil trabalhadores. A última contra-proposta da própria empresa ficou de ser examinada pelos sindicatos, em assembleias específicas dos empregados da empresa e consistia no aumento para 36 cruzeiros a partir de ontem; em janeiro, haveria outro acréscimo de 12 cruzeiros.

Sindicato contra demissões na SBS

ESP-22-10-75

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Santos, Antonio Brasil Neto, informou, ontem, que amanhã, quando as primeiras demissões na Companhia de Saneamento da Baixada Santista — SBS — forem consumadas, será possível entrar com os primeiros recursos contra a Sabesp, pedindo a reintegração dos funcionários atingidos pelo corte.

Segundo o presidente do Sindicato, nenhuma rescisão contratual de trabalho se formalizou: apenas 75 empregados da extinta SBS receberam cartas comunicando o desligamento, ainda não consumado. A formalização das primeiras demissões deverá levar em consideração os funcionários sob o regime da CLT e aqueles que, ao ingressarem na SBS, optaram pela permanência no funcionalismo público, já que vieram de antigas repartições públicas.

ESP-14-10-75

O delegado regional do Trabalho de Belo Horizonte, Onésimo Viana, afirmou ontem que espera para os próximos dias a liberação do salário desempregado dos 356 operários da Têxtil Brasileira — Tebrasa, de Cataguazes, fechada desde 10 de setembro do ano passado. Disse, ainda, que a quantia correspondente a cada um — cerca de 520 cruzeiros — será paga de uma só vez, e não em três parcelas, como de praxe.

Desde que a empresa encerrou as atividades — e os diretores deixaram a cidade — os seus trabalhadores enfrentam grandes problemas, em parte porque muitos estão em idade avançada e também porque a região não oferece oportunidade de emprego.

O presidente do Sindicato dos Mestres e Contramestres, Manbel Venturelli Margato, está tentando a entrega da indústria a seus empregados, com ajuda do Banco de Desenvolvimento do Estado, medida que alcançou êxito no caso da Fábrica de Tecidos Sarmento, em São João Nepomuceno. Depois das dificuldades iniciais, os operários conseguiram imprimir bom ritmo à administração e hoje a fábrica já dá lucros.

Acidentes NO PARANA

No primeiro semestre deste ano, registraram-se 44.830 acidentes do trabalho no Paraná, segundo levantamento realizado pela Coordenação Regional de Acidentes do Trabalho. Os gastos do INPS com o pagamento de auxílios decorrentes desses acidentes chegaram a quase 30 milhões de cruzeiros, excluindo o setor de seguro rural.

A agência de Curitiba registrou o maior número de acidentes: 15.198, com 84 mortes; Londrina, vem em seguida, com 5.182 casos e duas mortes; União da Vitória, 4.594 acidentes e 11 mortes; e Maringá, com 4.317 e seis mortes. Em todo o Estado, ocorreram 155 mortes e o auxílio doença foi o item que mais custou ao INPS: Cr\$ 16.157.353,52.

Antonio Brasil Neto demonstrou ainda esperança de que o governo do Estado reintegre os demitidos ou pelo menos suste as rescisões: "Acho que alguma providência será tomada para não agravar o problema já grave do desemprego na Baixada Santista, que se intensificou com as recentes demissões no porto", explicou. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Santos, uma solução seria a reintegração dos dispensados em outros órgãos governamentais ou de economia mista, eventualmente em expansão.

notícias diversas

FGTS

Chegar ao Fundo é Serviço que exige Tempo, sem Garantia

Visão, 15 de setembro de 1975

Pelo menos num ponto empregados e empregadores estão totalmente de acordo: o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço não tem funcionado como deveria — e pode, a médio prazo, criar tensões sociais hoje inexistentes. A Federação e o Centro das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro já enviaram memorial ao BNH pedindo providências para "reestabelecer o clima de confiança no sistema do FGTS"; e o Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, no ofício que encaminhou ao BNH, lembra que o trabalhador, "quando optou pelo Fundo, confiou na lei — e quando a lei não é cumprida alguém tem de responder pela falha". O Governo concorda. "O FGTS não está funcionando como devia", diz Luis Sandi, diretor da Assessoria de Planejamento e Coordenação do BNH.

Dois são os principais problemas apontados por empregados e empregadores: erros no cálculo de juros e correção monetária (que o empregado não pode conferir, já que não recebe os extratos de sua conta) e dificuldades para o saque.

De acordo com a lei, o banco deveria pagar o FGTS contra a apresentação da Autorização de Movimentação (AM), expedida pelo empregador. Na prática, há bancos que demoram uma semana, quinze dias e até dois meses para pagar. Há notícia de apenas um que paga imediatamente: o Banco do Brasil.

"Há má intenção, ou desorganização, dos bancos, que sempre demoram a pagar e, em alguns casos, não creditam juros e correção monetária", diz Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. "Uma prova disso é que, quando o FGTS é liberado por decisão judicial, os bancos pagam em dois ou três dias; quando não há interferência da Justiça, levam um mês." Em geral, os bancos alegam acúmulo de serviço para explicar os atrasos — uma explicação curiosa, dado que o Banco do Brasil, também bastante ocupado, paga na hora.

Eduardo Antônio Ellery Cavour, por exemplo, levou 32 dias para sacar seu depósito no Banco Itaú (agência do Setor Bancário Sul, em Brasília). Entretanto, entregaram-lhe quantia menor do que a que realmente possuía. A funcionária pediu-lhe que obti-

vesse nova autorização de saque na empresa em que trabalhara — embora a primeira autorização mencionasse expressamente "saque total". Para conseguir o restante de seu dinheiro, Eduardo Antônio Ellery Cavour teria de esperar mais trinta dias.

Já no começo do ano, Mário Leão Ludolf, presidente da Federação e Centro das Indústrias do Rio de Janeiro, protestava junto ao presidente do Conselho Curador do BNH, Osvaldo Iorio, contra as frequentes falhas no pagamento dos juros e correção monetária do FGTS ao empregado. Ludolf citava "a apreensão das empresas associadas a respeito do procedimento de alguns bancos em que são feitos os depósitos do FGTS, os quais, por ocasião da dispensa dos empregados, contam juros e correção monetária somente até um ou dois anos antes da data de dispensa". Segundo Ludolf,

POR UMA NOVA SISTEMÁTICA

"Está amadurecendo a idéia de reformular amplamente a sistemática do FGTS." A informação é do deputado Alceu Collares (MDB-Rio Grande do Sul), presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre política salarial. O atual critério, de fazer incidir o depósito no FGTS sobre a folha de pagamento, parece-me prejudicial às pequenas e médias empresas e altamente favorável às grandes e às multinacionais. Estas, tendo alcançado alto grau de sofisticação tecnológica, têm pessoal proporcionalmente menos oneroso. Collares pretende propor que o FGTS incida sobre o faturamento e não sobre a folha.

Os membros da CPI estão especialmente impressionados com os estudos e análises do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos de São Paulo (DIEESE), cuja equipe, chefiada pelo economista Walter Barrelli, fez sérias críticas ao Fundo.

No Senado, Nelson Carneiro (MDB-Rio) apresentou projeto que obriga o BNH a pagar ao optante o total de seus direitos, mesmo que a firma tenha deixado de depositar o dinheiro em sua conta. O senador Accioly Filho (Arena-PR), que deu parecer favorável ao projeto na Comissão de Legislação Social, afirma: "Não é o empregado que fiscaliza o recolhimento das importâncias devidas pelo empregador ao Fundo. (...) O responsável pela cobrança e pela fiscalização é o BNH".

Se aprovado o projeto Nelson Carneiro, o funcionário teria apenas de provar sua condição de optante e comprovar salário e tempo de casa. O BNH seria obrigado a pagar não só o dinheiro dos depósitos como também a correção monetária e os juros a que o empregado faria jus, se a empresa tivesse depositado regularmente as quantias corretas no Fundo.

Ainda no Senado, Marcos Freire (MDB-Pernambuco) tem protestado contra a liberação de recursos do FGTS para os trabalhadores atingidos pelas enchentes no Recife, argumentando que, "se o Poder Público tem o direito constitucional de cobrar contribuições de melhoria, a recíproca também é verdadeira, isto é, o Governo deveria ser obrigado a indenizar as vítimas de uma catástrofe, em vez de se limitar a oferecer-lhes, como dádiva, o direito de lançar mão do FGTS, modesto patrimônio de seu futuro".

o conceito do sistema está abalado "pelas medidas pouco simpáticas e prejudiciais aos interesses dos trabalhadores, agravadas pela forma incorreta do cálculo dos juros e correção monetária por parte dos bancos depositários, e, o que é pior, pela demora, que se vai transformando em lamentável rotina, da própria liberação do saldo das contas vinculadas na rescisão contratual, ocorrendo atrasos de mais de dois meses".

E foi exatamente para facilitar a tarefa dos bancos que o BNH determinou o cálculo anual dos juros e da correção monetária. A medida prejudica claramente os optantes, por dois motivos: quem sacar o fundo antes de 31 de dezembro (data dos cálculos) perderá juros e correção de todo o ano; e não ocorre a incidência de juros sobre juros, reduzindo-se assim a remuneração do depósito.

O optante José Ribamar, despedido da loja onde trabalhava, no Rio, foi surpreendido pelo Banco Itaú: o saldo de seu fundo, segundo o banco, era de cerca de um terço daquilo a que pensava ter direito. Recorreu ao Sindicato dos Empregados do Comércio e à Justiça do Trabalho; sua antiga empregadora comprovou estar em dia com os depósitos; e só três meses depois José Ribamar conseguiu receber a quantia integral.

O juiz Azulino de Andrade, titular da 25.ª Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho, no Rio, acusa: "Quando o FGTS foi criado, tivemos a ilusão de que iria cair o número de demandas na Justiça. Mas, ao contrário, esse índice tem crescido de 11% a 12% ao ano, nos últimos anos. Um grave aspecto do problema são os abusos que certos bancos cometem: sua irresponsabilidade de reter indevidamente recursos que pertencem aos empregados demitidos e que, na realidade, representam dinheiro alimentar. Certos bancos procrastinam o pagamento até por sessenta dias, originando a formação de filas. Existe o caso de um banco que, para efetuar pagamento, distribui senhas e só atende uma pessoa a cada meia hora, exatamente para retardar o pagamento. Isso não tem sentido: se um cheque é compensado em 24 horas, por que retardar tanto o pagamento do FGTS? Muitos bancos usam os mais diferentes expedientes para retardar o pagamento, como alegar diferença entre as assinaturas — mais tarde comprovadamente idênticas — ou apresentar a falsa alegação de que a empresa não recolhe. Na verdade, o que o banco faz é usar o dinheiro nos seus empreendimentos".

"Na minha Junta", diz o juiz Azulino de Andrade, "em 40% ou 50% das reclama-

ções está incluído o item Fundo de Garantia. E, por incrível que pareça, em 50% dos processos o FGTS não foi recolhido."

Na realidade, não há qualquer fiscalização do BNH com relação aos depósitos — o que leva a uma situação curiosa: o empregado não tem condições de fiscalizar a empresa, já que não recebe extratos de sua conta do Fundo de Garantia; mas, se a empresa não fizer os depósitos, o empregado não recebe. E, embora o INPS esteja encarregado de verificar as irregularidades, ainda não há nenhuma medida concreta para isso.

Até agora, o Governo tem utilizado um método bastante eficaz para obrigar as empresas a regularizarem sua situação: o BNH só oferece financiamentos a quem não estiver devendo ao Fundo de Garantia. Entretanto, isso só vale no momento em que a empresa precisar de financiamento; até lá, seus funcionários não recebem nada.

E o BNH deveria também vigiar o próprio Governo: segundo os últimos dados, 90% dos municípios brasileiros não têm recolhido suas cotas ao Fundo de Garantia. O antigo Estado do Rio nunca se preocupou em pagar, e a Guanabara recolhia irregularmente. O governador Faria Lima ordenou que o pagamento da dívida dos dois Estados fosse feito o mais rapidamente possível: sem isso, seria impossível conseguir empréstimos do BNH para obras como o metrô.

As falhas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ocorrem apenas no setor de atendimento aos empregados; financeiramente, sua instituição foi um sucesso. Em 31 de dezembro último, os depósitos do FGTS atingiram 32.897.480.091,63 cruzeiros — quase 4 bilhões de dólares. Hoje, as estimativas são de que o total dos recursos tenha atingido 35,5 bilhões de cruzeiros. Em oito anos de FGTS, 14,5 bilhões de cruzeiros foram creditados aos depositantes como juros e correção monetária; 14 bilhões foram sacados. E são recursos em bola de neve: o BNH os empresta e recebe correção monetária trimestral, com juros de, no mínimo, 6% (a grande maioria dos optantes recebe juros de 3% ao ano; e todos os optantes recebem correção monetária anual).

O sucesso financeiro do FGTS tem levado muita gente a afirmar que toda a sistemática do FGTS é um sucesso. Diz Mário Trindade, ex-presidente do BNH, hoje presidente da Federal — São Paulo Crédito Imobiliário: "O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço representa a liberação do trabalhador e tem sido também uma das bases do desenvolvimento do país". Trindade não acha que o empregado é obrigado a optar (embora 93% dos trabalhadores sejam optantes): "Hoje, ele mesmo faz questão de ser optante, porque já tomou conhecimento das vantagens do FGTS".

"E o FGTS", conclui Trindade, "é um grande volante estabilizador da economia. Pode ser utilizado como instrumento anti-recessivo. Se há desemprego numa região, podem-se injetar ali os créditos do Fundo para resolver o problema. Em 1969, cada 100 mil upcs mantinha 4 mil empregos durante um ano."



Arrecadação do BNH, em UPC

Período	Arrecadação bruta	Saques	Arrecadação líquida
1967 - a partir de abril	22.584	756	21.828
1968	39.116	6.987	32.129
1969	47.737	14.830	32.907
1970	56.014	22.093	33.921
1971	65.562	23.263	37.299
1972	76.691	33.307	43.384
1973	92.485	39.478	53.007
1974	111.224	47.304	63.920
1975 - até junho	63.409	30.224	33.185

Valor da UPC no 3.º Trimestre de 1975: Cr\$ 119,27

Migrantes ocupam terras no E. Santo

ESP-10-75

Cerca de 200 famílias de pescadores, peões e trabalhadores rurais invadiram uma área de 22 alqueires, em Anchieta, município situado no litoral Norte do Espírito Santo, a 80 quilômetros de Vitória, e agora surge a ameaça de conflitos com os proprietários, além do aparecimento de surtos epidêmicos, uma vez que não existem abrigos para as crianças, que são cerca de 60.

Foram os próprios proprietários das terras invadidas — famílias Carone, de Anchieta, e Asdrubal Soares, de Vitória — que apresentaram a denúncia e solicitaram a ajuda da Polícia Militar para desalojar os invasores. E essa expulsão deverá ocorrer: a delegacia do balneário de Guarapari já so-

licitou reforços policiais nesse sentido. Em seu comunicado a respeito da invasão, no qual solicita os reforços, o capitão da Polícia Militar, Willis Junquillo, acentua que "os donos das propriedades invadidas já começaram a se manifestar e os colonos não arredam pé. Se continuar esta situação, além das mortes que possivelmente surgirão no conflito, poderá haver uma epidemia de doença, que se estenderá até as localidades vizinhas".

Embora a denúncia dos proprietários afirme que os invasores agem "com orientação de terceiros", sabe-se que a recente instalação de uma usina de pelotização na região tem atraído migrantes de vários Estados. É provável que, como não conseguiram encontrar local para morar, os migrantes invadiram os terrenos.

BAHIA: PROPRIETÁRIOS ORGANIZAM REPRESSÃO CONTRA OCUPAÇÃO DE TERRAS

CARLOS NAVARRO E FERNANDO ESCARIZ
Enviados Especiais

ESP-3-10-75

Pouco mais de 48 horas depois de iniciada a invasão de terras, por cerca de cinco mil trabalhadores rurais e habitantes da localidade, o povoado de Eunapolis, situado a 700 quilômetros de Salvador, nas margens da rodovia BR-101, voltou à calma. Os invasores abandonaram rapidamente os terrenos ocupados, antes da chegada de um contingente da PM, que desde quarta-feira aguardava apenas uma decisão judicial para intervir.

A decisão era relativa à petição encaminhada à Justiça pelo advogado Rui Barbosa Romeu, defensor dos proprietários das terras invadidas, requerendo a sua reintegração de posse. Na noite de quarta-feira, menos de uma hora depois de receber a petição, o juiz Antonio Lima Farias, substituto da Comarca de Porto Seguro, concedeu a liminar. E, ontem pela manhã, um contingente de 15 soldados da PM, armados de fuzis, já se encontrava à porta da Delegacia de Polícia de Eunapolis, depois de uma longa viagem de caminhada desde Teixeira de Freitas, município distante mais de 100 quilômetros, onde se encontrava aguardando o resultado da petição.

As seis horas da manhã já havia chegado também à porta da delegacia o primeiro dos cinco caminhões de gado, carregados de trabalhadores das

fazendas de Ivan Almeida de Moura, Edmundo Borges de Souza, Valdivio Gonçalves da Costa e de mais dois proprietários rurais da área. E, aos poucos, foram chegando também soldados dos destacamentos dos municípios vizinhos: Itamaraju, Itapebi, Porto Seguro e Guaratinga. Somados aos cinco homens do destacamento policial de Eunapolis e aos empregados dos proprietários invadidos, havia um contingente de 100 homens que, disposto de seis caminhões e um trator, constituíam a força destinada a expulsar os cinco mil invasores.

O coronel Fonseca, comandante do 2.º Batalhão de Polícia, de Ilhéus, chefiou a operação, secundado por um tenente da PM, o delegado do distrito industrial de Itabela e pelo delegado local, coronel da PM reformado Aclidio Alves do Amorim. O objetivo: dar cobertura ao oficial de Justiça José Dantas de Souza, o popular "Zé Mamão", que acompanhado dos colegas Virgolino Marinho e Wilson da Purificação faria cumprir a decisão judicial de reintegração de posse a Ivan Almeida e Edmundo Borges.

Uma decepção, no entanto, aguardava os integrantes da força de cobertura: ao chegar aos primeiros terrenos invadidos, não havia um só invasor para resistir à ação conjunta da Justiça e da polícia. Estratégicamente, os invasores bateram em retirada ainda de madrugada, poucas horas depois que Ivan Almeida de Moura e seu cunhado, Edmundo Borges, chegaram de Porto Seguro, comunicando que o caso já estava nas mãos do juiz.

Posseiros ameaçados no Pará

ESP-19-9-75

tão sofrendo a ação de grileiros — que atinge a cerca de 20 mil pessoas residentes na zona rural de Tucumã, município de pouco mais de 30 mil habitantes, localizado a 372 quilômetros de São Luís. O deputado Manoel de Oliveira Gomes, da Arena, apresentou documentos que comprovam a grilagem no qual são acusados Natalino Patricio de Carvalho Cunha, Maria Amélia Carneiro, Tonico Vieira, Antonio Celso Gomes, Messias Ferreira e Oliveira Paula.

Os métodos utilizados são sempre violentos. A empresa Araraquaria, por exemplo, exigiu a retirada dos moradores dos povoados localizados nas terras que pretendeu como suas. Diante da reação dos agricultores, os empregados da empresa, armados de rifles e revólveres, obrigaram-nos a destruir suas próprias casas, expulsando-os da área. José Alves dos Santos, que liderou a reação dos agricultores, foi surrado e arrastado pelas ruas do povoado. Hoje, ele se encontra em São Luís, ameaçado de morte, caso retorne a Tuntum.

Dezenas de famílias de posseiros paraenses estão impedidas de plantar e ameaçadas de perder suas terras, pela ação de um grupo de empresários mineiros, que adquiriu 12 mil hectares na região de Santarém, para instalação de uma indústria agropecuária. A denúncia foi feita ontem em Brasília, pelo presidente do Sindicato Rural de Santarém, Geraldo Araujo, ao ministro Alysson Paulinelli, que encaminhou o assunto para o INCRA.

No Maranhão, a zona rural de Tuntum está sendo despojada em consequência da ação de grileiros que utilizam de violência apossam-se das terras e obrigam a retirada dos lavradores, para instalação de grandes fazendas de gado na área. O governador Osvaldo Nunes Freire já foi informado sobre a situação — em 51 povoados as populações es-

Agricultor cede terra e alega medo

JB-7-10-75

Salvador — Coação moral e ameaças de expulsão foram alguns dos recursos empregados por funcionários da antiga Superintendência do Vale do São Francisco — hoje, Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, Codevasf — para conseguir desapropriação de terras no Município de Barreiras, onde se executa um projeto de irrigação.

A denúncia consta de um

documento de 21 laudas, elaborado por estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais, em nome do Projeto Rondon, e divulgado ontem pela Federação de Trabalhadores da Agricultura — Fetag — que já o encaminhou ao Ministro do Interior. São 194 famílias em "situação desoladora."

Sobre o motivo que os fizeram aceitar as "indenizações a preços irrisórios" pagas pela Suvale, moradores de Barreiras responderam: "Disseram que o Exército ia lá tirar a gente"; "porque fui obrigado"; "por insistência e ameaça"; "ameaçado, vieram aqui três vezes"; porque meteram medo na gente."

Desemprego rural atinge 11,5 milhões

ESP-9-10-75

Nas áreas rurais do Brasil existem 11,5 milhões de trabalhadores sem terras e sem emprego, enquanto só no Ceará os trabalhadores nessas condições chegam a 409 mil. A afirmação é do presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura daquele Estado, João de Sales Pinheiro, para quem o Proterra está criando desempregados, pois, no lugar de distribuir terras para trabalhar, está transformando o homem do campo em empregador sem condições de empregar ninguém e, quando deveria dar pe-

quenas parcelas, está proporcionando verdadeiros "sítios de recreio", havendo elementos que abandonam terras cultivadas, com benfeitorias, por outras onde existem trabalhadores rurais há muitos anos.

Sales Pinheiro prestou depoimento ontem na CPI da Câmara que estuda a aplicação do Proterra — Programa de Redistribuição de Terras — e, ainda, fez entrega de um documento demonstrando sua inviabilidade. Ressaltou que, de uma área total de 500 mil hectares sujeitos à mobilização, pouco mais de 124 mil hectares

foram adquiridos pelo Incri, em quatro anos de atividades do Proterra. Apontou falhas, como a que envolveu o trabalhador Leivindo Candido da Silva: na condição de reendeiro, ele trabalhou uma área durante dez anos, fazendo nela diversas benfeitorias. Tudo foi avaliado em cerca de 19 mil cruzeiros, para efeito de desapropriação, mas quem recebeu foi o proprietário, porque estava inscrito no Proterra.

Salés Pinheiro disse que o trabalhador prejudicado não recebeu nada e depois explicou: "O doutor do Incri me deu o conselho para me conformar e comprar minhas benfeitorias, já que eu não tinha condição de questionar, por ser pobre". Na Fazenda Cangati, município de Carui, trabalhavam 20 famílias; apenas quatro foram escolhidas para comprar as terras que usavam, no total de 40% da propriedade. O restante foi

vendido a latifundiários, que agora estão fazendo pressão contra aquelas famílias.

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba, Alvaro Diniz, também prestou depoimento na CPI, afirmando que em seu Estado a aplicação do Proterra foi distorcida, pois excluiu o pequeno e o médio produtor. Disse ignorar a existência de algum projeto que atenda às disposições da lei que criou o Proterra. O que há é um crédito fundiário, por meio dos bancos do Brasil e do Nordeste, mas que se caracteriza pela ausência de complementariedade de crédito e por juros elevados, de 12%. Se o mutuário não saldar os juros no prazo fixado, terá que desembolsar, só no período de carência, o equivalente a 36% do valor do imóvel: além disso, os prazos são relativamente curtos e a assistência técnica insuficiente.

"Peão" foge e relata tortura

ESP-20-9-75

Trabalhos forçados, castigos corporais, confinamento em celas e outras arbitrariedades praticadas pelo administrador da Fazenda Marinês, em Umuarama, foram denunciadas ao delegado de polícia local por Ariosvaldo Lima dos Santos, o primeiro a conseguir escapar da propriedade. Todavia, as investigações policiais começam a ser retardadas porque o dono das terras, Abílio Lopes Junior, entrou com representação na Justiça, alegando invasão de domicílio.

Segundo o relato do trabalhador e os autos do inquerito aberto pelo delegado de Umuarama, Paulo Barreto, o regime de semi-escravidão vem sendo imposto na fazenda Marinês há vários anos. No começo, os peões eram arregimentados na própria região, mas agora eles estão sendo recrutados na Bahia, mediante promessa de salários em torno de 450 cruzeiros mensais.

Dos 21 operários baianos que chegaram na última leva, 16 já foram sequestrados; um deles ficou preso num cubículo durante várias noites, saindo apenas para pegar no trabalho, que começa às 6 horas da manhã e continua pelo dia todo com apenas meia hora para almoço. O autor das denúncias alega que ficou "meio surdo" em consequência de pancadas que recebeu.

Os instrumentos usados para castigar os peões vão desde chicotes feitos de rabo de tatu ou corda a pedaços de pau. Normalmente eles são amarrados a troncos na hora do "castigo". Na propriedade, existe também uma lagoa onde, segundo antigas denúncias, teriam sido atirados vários trabalhadores, depois de mortos.

Além de, muitas vezes, não receberem remuneração, os peões são impedidos de fugir pelos "vigilantes" da fazenda e por cães feroces. As acomodações dos empregados resumem-se a 54 beliches armados num galpão, feitos de tabua, sem colchão, "para evitar o aparecimento de pulgas". Na justificativa do proprietário.

No inquerito aberto pela delegacia de Umuarama, figuram como indiciados o administrador da fazenda, João Batista Rubeiro, o fiscal Alcioni e o proprietário Abílio Lopes Junior, por conivência. O gerente, Nilson Carvalho, aparece como recrutador de peões.

Além de vários empregados, entre eles Francisco José de Oliveira, que há oito anos ali trabalha e confirmou todas as denúncias, foram ouvidas várias testemunhas e todos os acusados, na presença dos promotores Benito Italo Pierrri e Paulo Edson de Macedo Pacheco. Até o momento, ninguém foi preso.

Depredado trem

ESP-17-9-75

Passageiros dos trens de subúrbio da Estrada de Ferro Santos a Jundiá, revoltados com os longos atrasos verificados no começo na noite de ontem, quebraram janelas e lampadas da composição U-106 e ameaçaram depredar outras, sendo impedidos pela presença

que grande numero de policiais nas estações de Mauá e São Caetano. Mas, até às 21 horas, a situação ainda não se acalmara completamente.

As depredações foram constatadas quando a composição chegou a Mauá e foram imediatamente comunicadas à Polícia Militar.

BANCARIOS DE S.P. GARANTEM ANTECIPAÇÃO E FAZEM REIVINDICAÇÕES

ESP-24-9-75

Os bancários paulistas firmaram acordo com os diretores de bancos, garantindo antecipação salarial de 30 por cento, sendo que em outubro será complementado o restante que faltar para o fator de reajuste a ser baixado pela Presidência da República, naquele mês. A antecipação de 30 por cento já é devida a partir de 1.º deste mês, com 32 cruzeiros por anuênio e mais 95 mil cruzeiros de seguro de vida, a ser pago em caso de assalto.

Por outro lado, a Federação dos Bancários do Estado de São Paulo, representando 24 sindicatos da categoria profissional, enviou ofício ao presidente da República, assinado por Jesus Bizzioli, presidente da entidade de classe, solicitando as seguintes providências:

"A — autorização para um reajustamento salarial compatível com as suas necessidades e as de suas famílias, de modo que o poder aquisitivo da

remuneração de seu trabalho seja restabelecido;

"B — contenção drástica do custo de vida, para que o reajustamento não venha a ser anulado progressivamente;

"C — restabelecimento da livre contratação entre as entidades representativas de empregados e empregadores, nos casos de convenções ou acordos coletivos de trabalho;

"D — restabelecimento da competência normativa da Justiça do Trabalho, no julgamento dos dissídios coletivos;

"E — restabelecimento da estabilidade no emprego, como medida de segurança social e de defesa do aperfeiçoamento das condições de trabalho;

"F — proibição da locação de mão-de-obra, em caráter permanente, através das chamadas empresas locadoras e fiscalização rigorosa dessa modalidade de contrato de trabalho, inclusive em relação ao cumprimento da lei 6.147;

"G — medidas de caráter normativo, no sentido de impedir-se a rotatividade da mão-de-obra".

COMPANHIA DOCAS DE SANTOS: OPERARIO É TORTURADO EM CÁRCERE PRIVADO

ESP-26-9-75

Com laudo médico e testemunhas que comprovam as sevícias aplicadas na polícia portuária a Walter Bráulio de Almeida, o advogado Humberto Cardoso Filho dará entrada de uma ação penal contra a Companhia Docas de Santos. Walter, funcionário da CDS há 16 anos, alega ter confessado furto de cobre e ferro no cais depois de ter sofrido espancamentos, queimaduras e torturas morais em cárcere privado impostos pela vigilância do porto.

O exame de corpo de delito de Walter Bráulio de Almeida foi feito seis dias após sua prisão e revelou queimadura de formato circular, medindo 8 milímetros de diâmetro no antebraço direito, terço inferior. A lesão é considerada leve, mas com ofensa à integridade física, sem causar incapacidade temporária ou permanente. Sobre o objeto que teria causado o ferimento, o laudo conclui que foi "um instrumento calórico e contundente".

A representação será feita inicialmente ao Ministério Público, ao qual caberá formalizar a ação pública. "Como as provas são fortes — acredita o advogado — poderá ser dispensado o inquerito policial preliminar, devendo a ação se desenvolver diretamente a partir da denúncia".

Além dos maus tratos, agra-

vados por terem sido praticados com fogo, a acusação levantará ainda a ilegalidade da prisão — a polícia portuária não está autorizada — e a detenção feita sem que houvesse flagrante — proibido inclusive às polícias civil e militar. "Mesmo que tenha sido por pouco tempo — diz o advogado — isso não tem importância; o Tribunal de Justiça considera irrelevante a duração do sequestro ou cárcere privado para a consumação do crime. No caso, a vítima ainda foi introduzida num veículo da guarda portuária contra a sua vontade e encaminhada à polícia civil".

Segundo Walter Bráulio dos Santos, no dia 20 de agosto, às 8 e 30, ao retornar ao trabalho depois de cinco dias de licença pelo INPS, foi convidado a comparecer a um setor da polícia portuária, sem saber que havia uma acusação contra ele. "Lá, fui agredido a tapas, socos, pontapés e recebi queimaduras de cigarro no pulso direito. Diante disso, confessei o roubo e fui levado para o 4.º Distrito Policial, por volta das 12 horas. Às 17 horas fui dispensado, mas continuo sofrendo ameaças". Walter não é ope-

tante do fundo de garantia e a confissão do furto poderá ser utilizada pela empresa como justa causa para demissão.

Embora este seja o primeiro caso a chegar à Justiça, há outras denúncias semelhantes contra a polícia portuária. Elas foram apresentadas da tribuna da Câmara, em Brasília, pelo deputado Marcelo Gato (MDB-SP) e posteriormente confirmadas por líderes sindicais ao

ministro Arnaldo Prieto, que prometeu tomar todas as providências cabíveis no âmbito do Trabalho. Também o ministro Armando Falcão, da Justiça, ao receber o deputado, prometeu realizar investigações. Alguns dos trabalhadores que se dizem vítimas da vigi-

lância do cais não levaram o caso adiante com medo de represálias, mas um chegou a divulgá-lo em entrevista a jornais, como Fernando Ferreira de Carvalho. Acusado de roubar 30 tambores de produtos químicos em abril, ele diz que ficou quase 20 horas preso no

porão da sede da polícia portuária, sem comer ou dormir. Depois de um mês, foi demitido pela Companhia Docas, que também move contra ele processo criminal. Ele aguarda o resultado do processo para apelar à Justiça Trabalhista.

ALAGADOS: A vida no lixo

Visão, 15 de setembro de 1975

Um fascinante exotismo dissimula a miséria de 90 mil seres humanos.

Para o turista que chega em busca de exotismo, para fotografar o pitoresco em cores e ver tudo de longe, protegido pela perspectiva da distância, o aglomerado dos Alagados, junto de Salvador, Bahia, é algo mais do que uma bela paisagem — mas, para os 90 mil seres humanos que vivem aglomerados, em condições sub-humanas, no bolsão de casebres localizados em torno da enseada dos Tainheiros, os Alagados constituem uma inútil paisagem e, mais do que isso, uma terrível realidade.

Formados pelo processo de sucessivas invasões de terras de aforamento, as palafitas sustentam uma realidade embaraçosa e chocante.

to e marinha, a partir dos últimos anos da década dos 40, os Alagados converteram-se na única alternativa prática encontrada por milhares de pessoas que chegavam à zona da Grande Salvador, atraídas pelas perspectivas de emprego e vida melhor na cidade grande. Nesta, a crise de habitação já era uma realidade e, para permanecer na região, os que chegavam iam erguendo palafitas sobre o fundo raso da enseada. Posteriormente, a solidariedade e o sentimento de fraternidade dos que ali se estabeleciam tomavam a forma prática do emprego do lixo doméstico e industrial como aterros entre as palafitas.

É um dia, quando a Bahia despertou para o problema dos Alagados, ele já era uma realidade a um só tempo embaraçosa e chocante.

Esse despertar, entretanto, foi tardio. Ainda hoje, para a maioria dos turistas que visitam a Bahia, o quadro típico de miséria e subdesenvolvimento dos Alagados continua sendo visto pelo seu aspecto alienante do pitoresco, folclórico, afastado da realidade. Extasiados, os visitantes não atentam no lixo e na poluição do ar e do mar em que vivem os habitantes das pitorescas palafitas, atacados pela poliverminose, subnutrição, subemprego e desemprego que abreviam tragicamente suas vidas.

O local

Para bem compreender o drama: dos Alagados, entretanto, é preciso conhecer o quadro em que se situam, na periferia de Salvador. Esta, que é uma das cidades brasileiras que mais crescem — de 400 mil habitantes, em 1960, passou a mais de 1 milhão, no início da década de 70 —, continua aumentando à razão de 4,9% ao ano. Os Alagados acompanham de perto essa taxa, com 4,6%.

Foi por não encontrarem lugar em Salvador, mas dispostos a permanecer perto desse centro de oportuni-

dade de trabalho, educação e lazer, que os habitantes primitivos dos Alagados, procedentes do interior, ali se estabeleceram. Os terrenos em terra firme eram rigidamente controlados pelos proprietários. Mas isso não acontecia com os chamados de marinha, onde surgiu a palafita, casebre erguido sobre estacas cravadas no fundo raso da enseada. Em poucos anos as palafitas multiplicaram-se, chegando ao atual número de milhares, constituindo distritos e subdistritos, num vasto conglomerado.

Condições

Levantamentos recentes indicam que as famílias com renda inferior a um salário mínimo, que ali vivem, correspondem a um terço das 15.632 cadastradas. A faixa entre um e dois salários mínimos compreende o segundo terço, situando-se as demais entre os grupos que obtêm de dois a mais de três salários mínimos. Na primeira faixa, segundo o Grupo de Estudos para os Alagados da Bahia (GEPAB), simplesmente não são registrados vínculos empregatícios. A população é distribuída de acordo com a renda das famílias. As de renda inferior, da camada mais baixa, vivem nas palafitas que vão sendo construídas cada vez mais longe de terra firme, interligadas a esta por "ruas" de tábuas pregadas sobre toros de madeira. No centro, como interdiárias entre o mar e a costa, estão as famílias cuja renda se poderia chamar, com generosidade — e levando em conta as condições locais —, de "média". E em terra firme, como integrantes destacadas do conjunto, as famílias em melhor situação. O deslocamento físico corresponde a um deslocamento social. Com a chegada constante de mão-de-obra desqualificada do campo, as palafitas avançam para o mar, a tal ponto que a ilha de Santa Luzia, que ficava no centro da enseada, é hoje uma península, ligada à costa pelo emaranhado de ruas de tábuas e casebres de madeira. No extremo oposto, o mar vai sendo continuamente aterrado com lixo.

Importância do lixo

O lixo, que procede de Salvador e proximidades, constitui matéria-prima do mais alto valor nos Alagados: não somente é usado permanentemente nas obras de aterro como ainda representa para muitas famílias a única fonte de subsistência, uma vez que contém restos de alimentos. A decomposição do lixo lançado às águas rasas da enseada, juntamente com detritos orgânicos humanos — esgoto é uma palavra desconhecida nos Alagados —, forma uma lama escura, fétida, cujas emanações são insuportáveis para os que chegam. Mas os moradores acabam por acostumar-se e, se essa lama escura é um caldo de cultura ideal para todo tipo de moléstia, tem ainda uma utilidade suplementar para os que vivem sobre ela: o gás metano que gera é utilizado como combustível gratuito pelos habitantes dos casebres.

Segundo levantamentos oficiais, 31% deles ganham a vida no próprio bairro com ocupações diversas, como

coleta dos restos de lixo para aproveitamento ou cata de mariscos, 22% no centro de Salvador e apenas 1% no Centro Industrial de Aratu.

Assim, a despeito de alguns serviços bastante modestos já postos a funcionar, o tipo de atividade predominante entre a população dos Alagados tende a manter-se, segundo as taxas apuradas pelo GEPAB em sua última pesquisa: 41,6% da população geral é constituída por biscateiros, autônomos e sem profissão definida; 35,5% por empregados no comércio e administração pública; e 22,8% por trabalhadores da indústria de construção civil. Do total de 20.930 pessoas que se declaravam empregadas à época da pesquisa, apenas 9.994 contribuíam para a previdência social.

Contaminação

A falta de saneamento básico afeta duramente a população dos Alagados, especialmente a que se situa na faixa compreendida entre dois e catorze anos, onde se registra a maior incidência de poliverminose. Toda a população — particularmente as crianças — vive exposta à contaminação permanente, devido à presença de lixo, água poluída e esgotos a descoberto, procedentes de moradias e mesmo de indústrias estabelecidas na costa. A Unidade de Emergência Municipal de Massaranduba, mantida pela Prefeitura e que funciona num prédio de dois andares, atesta que 70% dos atendimentos diários são decorrentes de afecções produzidas pela subnutrição, falta de saneamento e altíssima taxa de poluição geral.

Além da poliverminose, da gastroenterite e da sarna, os que vivem nas palafitas dos Alagados são assolados por todas as formas antigas de poluição e, mais recentemente, pela industrial, resultante da contaminação, por mercúrio, da enseada dos Tainheiros. Além de afetar a saúde física da população da área, a poluição também está contribuindo para agravar, com a criação de novos, os crônicos problemas sociais. A situação é pateticamente sintetizada por Antônia Lima, 54 anos, seis filhos, após receber uma advertência sobre a contaminação dos mariscos que cata: "É verdade que vou morrer se comer esses mariscos? Pode ser, mas sem eles vou morrer de fome".

Iniciativa

Praticamente abandonada ao seu próprio destino, a população dos Alagados, como ocorre naturalmente nesses casos, tenta organizar-se para suprir com sua iniciativa a carência de apoio governamental.

Criadas inicialmente para defender tentativas de expulsão e despejo os primeiros moradores da área, essas entidades desenvolvidas pela livre iniciativa, conhecidas como sociedades, distribuem-se por todos os setores dos Alagados e, além de cuidar da defesa e dos interesses da população junto às autoridades, desenvolvem uma série de atividades complementares, como assistência médico-odontológica, educacional e recreativa.

A direção de uma dessas sociedades, que representa os habitantes da Vila Ruy Barbosa, está tratando agora da construção do edifício de um ginásio. Mas são facilmente imagináveis os obstáculos que essas sociedades encontram para desempenhar seu papel. Cada uma delas tem um número médio de quinhentos associados, mas nem a metade dos sócios pode pagar a mensalidade de 5 cruzeiros.

Assim, um barraco da área das palafitas, visto de dentro, é muito diverso daqueles que os turistas fotografam de longe. Um deles, dos poucos que ainda restam perto da costa, numa área que ainda está sendo aterrada com lixo, serve de precário teto para um casal, três filhos e um cachorro chamado Evandique, muito apreciado por "tomar conta da casa". A mãe da família, Abigail Moreira dos Santos, 45 anos, nasceu em Nazaré das Farinhas, foi criada em Salvador e mal conseguiu aprender a ler. Dos onze filhos que teve, só "vingaram", como explica, três, que agora têm sete, seis e dois anos. Os outros oito morreram com poucos meses, acha que de mau-olhado, mas não tem certeza. Também já lhe afirmaram que pode ter sido "o ar dos Alagados, que não é muito bom". O marido de Abigail é "pataqueiro": dirige a carroça de um amigo. Quando tem sorte, segundo ela conta, há dias em que faz até 20 cruzeiros. Mas também, há dias em que não ganha nada. E, como trabalha "de meia", tem de dividir tudo o que ganha com o amigo dono da carroça.

Gentil, ela convida a entrar no barraco. São 4 metros de tábuas, precariamente suspensas sobre a água escura. Dentro há dois catre feitos com caixotes de cerveja e cobertos de esteira. Num canto, sacos plásticos são o guarda-roupa portátil. Um fogareiro, velhas caçarolas e duas cadeiras completam o equipamento doméstico. Estampas do Senhor do Bonfim e do Coração de Maria, além de um pequeno jarro com folhas de pião-roxo, "para espantar mau-olhado", funcionam como decoração.

Abigail gostaria de ajudar o marido a ganhar a vida. Mas não pode "lavar para fora", pois a água é salobra. Antes, mariscava. "Agora não tenho mais ânimo para entrar no mar. Além disso, ninguém mais está comprando os mariscos. Dizem que faz mal. Acho que faz mesmo. Toda vez que como, tenho dor de barriga."

Mesmo assim, Abigail confia num futuro melhor, quando os filhos crescerem. O menino mais velho já escolheu: vai ser mecânico. "Eles ganham bem, sabe?"

Sua vitalidade é a mesma do tomateiro carregado que cresce do fundo de uma lata, junto à porta de seu casebre, emprestando-lhe uma nota de colorido — esse mesmo colorido que disfarça para o observador distante a realidade incolor e sombria dos Alagados, motivo de telas e slides pitorescos dos que apreciam o exótico, o folclórico, a doce casca que envolve o amargo fruto dos Alagados.

política nacional

ESP

7 DE OUTUBRO DE 1975

Militares analisam os reflexos das decisões

Em função das alterações anunciadas pelo presidente da República na política econômica do País, os Estados-Maiores do Exército, Marinha e Aeronáutica e a "Comunidade de Informações", da qual também fazem parte as Forças Armadas, estão analisando os reflexos das decisões no campo institucional, a posição a ser tomada diante de cada situação que puder se configurar e as alternativas de procedimento que, sob a forma de sugestões, deverão ser levadas ao chefe do governo.

Informantes militares esclarecem que esta movimentação é absolutamente normal — sobretudo em nível de Estado-Maior, onde todas as possíveis linhas de ação são examinadas — e estimulada pelo presidente — um militar com os condicionamentos de oficial de Estado-Maior e profundo conhecedor de seu mecanismo operacional. Explicou-se que, "aos que não são do ramo", pode subsistir a impressão de que o presidente estaria sofrendo pressões neste ou naquele sentido. Nada mais falso. Nos debates que se processam na etapa que precede as decisões presidenciais, dificilmente se verifica unanimidade de pontos de vista, quase sempre se estabelecendo o contraditório. Por vezes, as decisões presidenciais confirmam as sugestões que lhe são levadas, enquanto em outras oportunidades isto não acontece.

ECONOMIA

Informações filtradas da área militar não deixam dúvida de que, não obstante as inevitáveis divergências de opinião quanto ao mérito dos chamados contratos de prestação de serviços com cláusula de risco, a decisão presidencial foi acatada sem qualquer problema, num estilo de comportamento estritamente profissional. Dois fatores contribuíram para tanto, segundo analistas militares: a liderança pessoal do general Ernesto Geisel, aliada à sua condição de profundo conhecedor dos problemas do petróleo, como ex-presidente da Petrobrás, e a perfeita identidade de pontos de vista com o ministro do Exército general Silvio Frota.

Vencida a etapa da concretização das novas medidas na política econômica, os militares com poder de influência nas decisões de governo voltam-se para a análise de suas possíveis implicações políticas, tendo como premissa a constatação de que não será abandonada a meta de transformar o Brasil em potência, no prazo de uma geração. Esta a meta-síntese a ser perseguida, em função da qual outros objetivos poderão vir a ser reformu-

lados e os obstáculos que se anteponham a sua concretização fulminados. Em consequência, segundo observadores militares, mais do que nunca avivou-se a constatação de que o fato econômico condiciona os setores social e político, e que tanto a estabilidade neste como a justiça naquele serão resultantes do êxito no plano econômico. Isto apesar da importância de os três fatores correrem paralelos.

SITUAÇÃO PREOCUPA

Num ponto os analistas militares concordam: a situação atual é mais grave do que a enfrentada pelo País em 1968, quando uma longa crise política seguiu-se a edição do AI-5. Isto porque, enquanto naquela oportunidade as dificuldades eram de ordem estritamente política, hoje lavra uma crise econômica para cuja superação se torna indispensável a tranquilidade no campo psicossocial objetivo que não poderá ser atingido sem a co-participação do MDB. É exatamente neste ponto, segundo tais analistas, que reside a delicadeza da questão. Não se pretende que o partido oposicionista se descharacterize como tal, assim como não se tolera que, em função de dificuldades econômicas que atingem o País como um todo, os oposicionistas sobreponham seus interesses nacionais, estes globais e permanentes. Sabe a área militar que dirigentes do MDB se têm mostrado sensíveis ao problema, inclusive por meio de declarações públicas. Aos que assim procedem não são poupados qualificativos como "responsáveis" e "patriotas". Isto não exclui, porém, a advertência de que comandar implica assumir responsabilidades pelos atos dos comandados. Em outras palavras repete-se a advertência de que o fato de o MDB possuir poder eleitoral e em função dele pretender firmar seu poder político, não lhe dará condições de merecer a confiança dos setores militares enquanto não houver garantia suficiente de que a minoria ativista que faz o jogo dos radicais de esquerda não será neutralizada pela direção do partido.

DESDOBRAMENTOS

Sendo esta a ótica militar do quadro político, os desdobramentos do raciocínio são lógicos, para os analistas em nível de Estado-Maior: 1 — Em diversas oportunidades, ao longo deste ano, o presidente da República reiterou a colocação feita a 30 de dezembro de 1974, em mensagem à nação, quando afirmou que não cogita de abrir mão dos instrumentos de exceção, manifestando a disposição de "acioná-los sempre, quando isso venha a impor-se para garantir a

marcha que já empreendemos para o desenvolvimento político, eficiente e sadio, de nosso País"; 2 — O consenso estabelecido de que a plenitude democrática será resultante da conjugação de segurança e desenvolvimento econômico e a quantificação, pelo presidente da República, "de um mínimo de segurança para um máximo de desenvolvimento" são conceitos que não se conflitam, ao contrário, se completam.

Fixados, desta forma, os parâmetros dentro dos quais deverá desenvolver-se a atuação do governo com relação à política e aos partidos, destaca-se, nos setores militares, a impressão de que o MDB deve ter a consciência bem nítida de que, pelas responsabilidades que lhe foram acrescidas após as eleições de 1974 e pela expectativa em torno de seu comportamento no momento histórico que o País está vivendo, o partido passou para o primeiro plano dos acontecimentos, por dispor de condições de influenciar o processo político e não apenas ser seu caudatário.

QUADRO PARTIDÁRIO

Solução eleitoral, ou solução política, nas eleições gerais de 1978, são limites extremos do elenco de opções com que se deparam os analistas governamentais, diante da tendência da consolidação da força eleitoral da oposição em decorrência do aumento do custo de vida gerado pela nova política econômica do País, na busca do aperfeiçoamento das instituições democráticas. Segundo entendimento predominante entre os chefes militares, um dado avulta com clareza: Arena e MDB têm um peso específico e este se traduz pela capacidade de agirem para que aquele objetivo seja atingido. Em outras palavras, são instrumentos para que um fim seja alcançado. Ao mesmo tempo em que se amplia a tendência anteriormente revelada de que uma Arena ineficiente ou um MDB contestador poderiam ocasionar a revisão do quadro partidário nacional, ganha corpo a tese, segundo a qual uma medida preventiva frequentemente se revela mais eficaz que uma medida corretiva.

A partir da constatação de que a denominada "distensão política" teve sua velocidade diminuída face ao pronunciamento presidencial de 1.º de agosto e de que o fenômeno se acentuou ainda mais com a reformulação da política econômica na semana passada, observadores militares entendem que as modificações deveriam, também, estender-se ao campo político. Seriam procuradas, segundo esses observadores, medidas preventivas para que não ocorresse um im-

passe institucional diante da perspectiva que se delinea de o MDB alcançar o poder em Estados-chave da Federação sem que o partido se credencie como merecedor da confiança do governo e de seu dispositivo militar. Não há, por enquanto, formulações objetivas sobre quais seriam as medidas propostas.

Observou-se, ainda, que o fato de o presidente da República haver reafirmado ao presidente da Arena, deputado Francolino Pereira, sua intenção de manter o calendário e as regras do jogo eleitoral inalteradas, não invalida as discussões no âmbito do próprio governo, tanto em seus escalões civis como militares, pois esta é uma praxe aceita por Geisel, como ficou demonstrado com relação aos contratos de risco. Debate-se o tema e o presidente decide no momento oportuno. Das avaliações que começam a ser feitas sobre as eleições municipais de 1976 e as gerais de 1978 — principalmente estas — e suas implicações no campo institucional, surgirá, segundo os analistas militares, a decisão sobre a conveniência de uma solução eleitoral, uma solução política, ou uma síntese de ambas, que poderá constituir-se em fascinante exercício para a imaginação criadora dos políticos, a partir de agora.

MDB interessado na vitória da ARENA

Visão, 27 de outubro de 1975

Nas preocupações da Arena e do MDB há um denominador comum em relação às implicações que podem decorrer das dificuldades econômico-financeiras que levaram o presidente da República a autorizar contratos de risco para a pesquisa e lavra de petróleo por empresas estrangeiras no território nacional. Se a Arena proclama que o país não está numa situação de crise — e muito menos de crise grave, como afirma o MDB — não consegue esconder que também ela vive em tensa expectativa, como se percebe em algumas passagens do debate, que aqui publicamos, entre os secretários-gerais das duas agremiações, deputados Nelson Marchezan e Thales Ramalho.

VISÃO — Resumiremos as posições se dissermos que a Arena considera que o país não está numa situação de crise, mas numa situação em que o Governo é obrigado a adotar medidas que previnam a sua eclosão, e

que a Arena apóia integralmente as decisões do presidente Geisel.

Marchezan — Corretíssimo. Não queremos a crise, desejamos evitá-la.

VISÃO — E o MDB considera que o país vive uma crise...

Thales — Não grave que o presidente da República passou 44 minutos na televisão, repetindo o que já havia dito em pronunciamentos anteriores. Tão grave é a crise econômica que o presidente se viu obrigado a abrir mão do monopólio estatal do petróleo.

Marchezan — O Governo não abriu mão do monopólio.

Thales — Verificou-se até um ato falho: S. Exa. disse que agradecia aos que defenderam aquela posição que "até ontem foi a minha".

VISÃO — Por que o Governo não dividiu com o Congresso a responsabilidade dessa decisão, se ele conta com a maioria parlamentar?

Thales — Bem, nós vivemos numa ditadura, o Poder Legislativo não pode decidir nada. E tanto não pode que não foi consultado a respeito de um problema de soberania nacional, como este.

Marchezan — Uma ditadura em que a oposição fala, grita...

Thales — Mas não decide.

Marchezan — Porque não tem a maioria do povo.

Thales — O último pleito foi uma demonstração do descontentamento nacional...

Marchezan — Não obstante isso, a Arena fez maioria, já que o MDB não conseguiu a queda da "ditadura".

Thales — O que eu quero dizer é o seguinte: na Câmara, o MDB fez 164 cadeiras e a Arena 204. Foi o máximo suportável — e você sabe disso tão bem quanto eu — de absorção pelo sistema dominante. Faça justiça ao presidente Geisel porque reconheço o ato de bravura e de coragem dele ao absorver, assim, com os maiores danos políticos dentro do sistema, os resultados dessas últimas eleições. Mas, se o MDB tivesse feito mais vinte cadeiras, nós não estaríamos aqui falando sobre essas coisas. Então, nós vivemos num regime em que a oposição não pode chegar a ser Governo, em que não pode haver transferência de poder, em que o próprio presidente da República é prisioneiro do sistema.

VISÃO — Aumenta a descrença, em face da situação econômica difícil, quanto à realização de eleições diretas para a sucessão nos Estados em 1978.

Thales — Acho impossível a mudança das regras do jogo, a não ser em termos de força. O MDB tem mais de um terço da Câmara e quase um terço do Senado, e não seria possível nenhuma modificação constitucional sem a nossa participação. Só por um ato de império do Governo tal coisa poderá ocorrer.

VISÃO — O senhor acredita, deputado Thales Ramalho, que a conjuntura favoreça efetivamente o MDB quanto às eleições de 1976 e 1978?

Thales — Em setembro de 1974, num almoço do Clube de Repórteres Políticos do Rio, eu afirmei que o MDB iria fazer catorze senadores. Ninguém levou essa declaração a sério. E nós chegamos a dezesseis senadores. Agora, eu digo que a situação que descontentava o povo se agravou e tende a agravar-se mais, o que me leva a afirmar que o MDB vencerá nos grandes, médios e pequenos municípios, principalmente no Centro-Sul do país. O que ajuda o MDB a ter tal certeza é o fato de que nós estamos com o povo, falamos a sua linguagem e interpretamos os seus sentimentos. O país está em crise e o Governo faz-se de surdo porque não pode ou não quer ouvir. A verdade é que as eleições de 1974

foram plebiscitárias e revelaram um descontentamento popular em termos nacionais. As eleições de 1976 — ouça o que estou dizendo, Marchezan — mostrarão o descontentamento localizado nos pequenos municípios do seu próprio Estado, que é um dos mais politizados.

Contudo, não acredito em ato de força em relação às eleições de 1976. Um ato de força pode acontecer amanhã mesmo, mas, dentro da lógica, da estratégia que vem sendo adotada pelo presidente Geisel, não acredito que até lá isso ocorra, pois creio que ele tenha ainda o comando da situação. Tanto quanto minha percepção possa alcançar, essas eleições serão um dado para a avaliação de uma reformulação geral do quadro político.

Marchezan — Acho que o MDB não devia alar-se, nós acreditamos nas eleições diretas e as defendemos, e o Governo não tem por que pensar em qualquer mudança quanto a isso. Elas vão ocorrer e nós pretendemos ganhá-las. O quadro eleitoral que se produziu em 1974 nunca mais se repetirá. Quer dizer, as eleições nunca mais serão tão favoráveis ao MDB quanto foram em 1974. A Arena atuará com toda a intensidade, procurando dialogar com o povo, e o povo seguramente apoiará os atos de responsabilidade praticados pelo Governo. E o Governo tem dialogado com o povo a respeito de dificuldades que ele não criou mas se empenha em resolver patrioticamente. Acredito na vitória da Arena por tudo quanto tem sido feito pela Revolução e por tudo o que nos propomos, realizar. Vamos dar tudo para vencer essas eleições, porque a vitória da Arena, neste momento, não só é benéfica à Arena mas ao país.

Thales — Temos o maior interesse na vitória da Arena, sem ironia.

Marchezan — Compreendo. O deputado é muito realista e sabe, no fundo mesmo, que queremos que tudo dê certo.

Thales — Estamos no mesmo barco.

Marchezan — Sim. Agora, se a nossa reta intenção, se a intenção cristalina do presidente da República, dos seus auxiliares, do nosso partido — se tudo isso não der certo, então Deus sabe o que haverá de acontecer neste país. É preciso que o MDB tenha compreensão para os momentos que vivemos, pois, se ele desempenha um papel importante, o mais importante é o da Arena, cuja vitória ajudará profundamente o processo de distensão. O MDB não pode, a cada passo, tirar proveito da situação, porque nós vamos denunciar inclusive isto. É preciso essa compreensão. Temos que emergir como uma grande nação. Romper estruturas e criar uma nova nação, sacudindo o seu esqueleto, e isso não se fará com pequeninas coisas. É preciso pensar grande e longe. A vitória da Arena contribuirá para a distensão.

VISÃO — Então o deputado Marchezan acredita que não haverá mudança nas regras nem no calendário das eleições e que os futuros governadores serão eleitos por votação direta, tal como afirmou o deputado Francelino Pereira na entrevista a VISÃO logo após assumir a presidência da Arena.

Marchezan — Absolutamente não.

VISÃO — E o deputado Thales Ramalho?

Thales — Considero. Preferiria que o status quo fosse mantido...

Marchezan — Ajude, deputado...

Thales — Sou, como secretário do partido e cumpridor do seu programa, pelo pluripartidarismo.

Marchezan — Também sou.

Thales — Mas prefiro que o MDB e a Arena sejam mantidos. Não acre-

dito, porém, que isso ocorra em 1978 exatamente porque o status quo é altamente favorável ao MDB. Vou fazer uma declaração da maior gravidade, mas de ordem pessoal, não como secretário-geral do MDB: acredito que antes disso, e por causa da crise econômica que se está desenvolvendo, com conseqüências sociais e políticas, cheguemos a um impasse tal em que haja necessidade de uma conciliação para salvar o país ou, então, de outra revolução.

Marchezan — Que não se realizará.

Thales — Depois das eleições de 1976, pela vitória esmagadora do MDB — não vejo como fugir a isto —, esse quadro não poderá permanecer o mesmo. Eu acho isso. Eu, Thales Ramalho.

VISÃO — Então o senhor acha que se chegaria a uma reformulação que propiciaria a união nacional?

Thales — Acho. A isso se chegaria pela manifestação popular.

Marchezan — A oposição perdeu uma grande oportunidade de dar uma ajuda ao processo de distensão. As dificuldades que o Governo enfrenta mereceriam dela um apoio imediato para que pudéssemos superá-las, pois superando as dificuldades econômicas estaríamos também, no processo político, recebendo extraordinário reforço. O MDB preferiu, no entanto, a denúncia e, sob certa forma, o manifesto que lançou tenta dimensionar as decisões do presidente num processo de simples pressão.

VISÃO — Ao iniciar-se o Governo Geisel, falou-se muito em conciliação nacional. Hoje, aqui, o deputado Thales Ramalho manifestou sua convicção de que um movimento de união se imporá mais adiante, por força do apoio maciço que, segundo crê, a oposição receberá nas eleições municipais do ano que vem. Que possibilidades haveria, hoje, de um esforço de entendimento?

Marchezan — O presidente Geisel tem servido a um ideal através de uma ação destinada a realizar uma democracia que, assinala-se, nunca houve no país. Ele tem desenvolvido ingentes esforços neste campo, embora muitas vezes incompreendido, na prática, pelo partido que teoricamente teria mais interesse do que o nosso no êxito do seu esforço. O Governo tem estendido a mão ao MDB. Fez modificações e deu passos para a democracia. O que é preciso é que o MDB também estenda a mão ao Governo, oferecendo-lhe ajuda patriótica. Neste caso típico do monopólio, que é do programa do MDB e do programa da Arena, estamos lutando por mantê-lo e vamos mantê-lo.

Thales — O Governo pode dar a mão à oposição naquilo que for convergente, no que o MDB esteja convencido de que atenda aos interesses nacionais — e o monopólio estatal do petróleo, que entendemos ferido, é um desses pontos essenciais. Mas o ponto básico da convergência, o primeiro para que possamos entender-nos de maneira capital, é o dos direitos humanos. Enquanto houver uma pessoa presa sem mandado, seqüestrada, violentada, não poderá haver entendimento. Posso falar isso como manifestação total do partido. Só haverá possibilidade de entendimento entre nós e qualquer Governo, e com quem for Governo, na base do reconhecimento de um Estado de Direito para o respeito à pessoa humana. Este é o único bem sem o qual não se compreende uma nação. Sem esse respeito não é possível a convivência, a civilização, não é possível nada.

Marchezan — Jamais concordaria com as restrições à liberdade. Cabe perguntar, porém, qual foi a nação que realizou seu desenvolvimento sem uma guerra fratricida ou rompeu estruturas sem banhar seu solo em sangue.

todo o esquema pode cair

ESP-30-10-75

É perfeitamente exato que a Arena não tem opção e se quer lhe conceder o direito de escolha.

Mas, na sucessão acelerada de episódios, todos convergindo para consolidar a previsão de insucesso eleitoral, não é apenas a Arena que se arrastada para o sem-fim do imprevisível, mas todo o esquema que se inviabiliza.

As declarações pretensamente enfáticas do deputado José Bonifácio, garantindo o cumprimento do calendário eleitoral, não valem coisa alguma quando desmentidas pela evidência dos fatos.

A menos que ocorra o milagre de uma reviravolta, que o governo, submetido à mão forte do presidente Ernesto Geisel, se deixe envolver pela realidade eleitoral e passe a jogar também na solução política, a Arena estará perdida com ela as últimas e remotas esperanças de normalidade política.

O bolo que vem inchando, que sobe na tensão crescente a que o País está sendo tangido, seja pelo bombardeio de denúncias alarmistas, sugerindo a articulação de um plano diabólico de agitação e terror, seja por medidas oficiais do mais inequívoco objetivo intranquilizador, somado à alta do custo de vida, à elevação dos preços dos derivados do petróleo e, agora, ao clima de insegurança e de intranquilidade que se esparrama de São Paulo para o País, forma a moldura perfeita para o quadro da nova derrota arenista. A oposição não precisa fazer força para vencer. A Arena perde por ela e pelo regime.

GEISEL: força à ARENA e repressão

ESP-23-10-75

O programa partidário, a ação das lideranças em nível nacional, regional e municipal, a divulgação das realizações dos governos da Revolução nos campos econômico e social, e a contrapropaganda das teses da oposição: são os instrumentos que o presidente Geisel aconselhou a Arena a utilizar para vencer as eleições municipais do próximo ano. Geisel fez estas considerações, ontem, durante reunião com os presidentes de diretórios regionais e membros da Executiva Nacional da Arena, com os quais conversou por 35 minutos e falou de improviso.

O general Geisel ressaltou ainda a importância da atuação política das mulheres, estudantes e trabalhadores e pediu fosse dado rápido andamento ao projeto do senador Petronio Portella que incentiva essa atividade. Repeleu as insinuações de que o MDB venceu as eleições de 1975 e de que vencerá as de 76, explicando que, globalmente, a Arena obteve mais votos do que a oposição.

Criticou os oposicionistas por explorarem a seu favor os problemas decorrentes da inflação e do custo de vida, acrescentando que, na realidade, os aumentos salariais estão sendo concedidos em bases superiores à do custo de vida. Atribuiu a si próprio a iniciativa da reforma do Judiciário e justificou os contratos de risco para exploração do petróleo dizendo que os tempos são diversos dos de 20 anos atrás.

Finalmente, há um último ponto que, de vez em quando, ressurge, que é sempre o das "aberturas". Falam muito em "distensão", falam em "aberturas". Na minha opinião, a primeira abertura que está faltando não é "abertura política".

Há muitos anos, o Brasil não tem tanta liberdade política como tem hoje. Os jornais escrevem o que querem, os políticos dizem o que querem, fazem os discursos que bem entendem. Todo mundo é livre no Brasil, só não é livre aquele que quer perturbar a ordem. Este vai para a cadeia, para o processo, pois o primeiro dever do governo é assegurar um clima que permita o trabalho, porque só pelo trabalho é que podemos progredir.

SÓ O CLIMA É IGUAL AO DE 1968

BRASÍLIA — Demonstrando apreensão — que de resto é partilhada por todo o meio político —, o senador Luiz Vianna Filho comentou que a situação do País, no momento, é bastante parecida com o final do governo Castello Branco, que terminou por se encaminhar para a edição do AI-5, no governo Costa e Silva. Guardadas as proporções, é fácil supor o mesmo clima, num período e no outro, mas as diferenças parecem fundamentais, em todo o resto. Porque naquela época estava o governo federal empenhado na tarefa de democratização, com um projeto de Constituição sendo votado pelo empenho pessoal do primeiro presidente revolucionário e com o apoio de toda a classe política. Mais ainda: na fase inicial do governo Costa e Silva, sob a égide da Constituição de 67, não havia exceção. O AI-2 caducara e o AI-5 não tinha chegado. Em certos meios revolucionários registrava-se o paroxismo contra a normalidade, mas, tanto quanto Castello Branco, seu sucessor também reagiu — cedendo apenas em dezembro de 68.

Agora, apesar de o clima ser o mesmo, as coisas são bem diferentes. Porque já vivemos a exceção pura, caracterizada pelo ato. Não há bandeira arbitrária a izar, pois ela já drapa aos sete ventos. E nem mesmo se dirá que os adeptos da anormalidade se insurgem contra a perspectiva de democratização, pois o presidente Geisel não está empenhado em reformar a Constituição, extinguindo o AI-5, e o anterior processo de distensão política estancou há muito. Há estagnação apenas.

Assim, "data venia" da inter-

pretação formulada pelo senador baiano, há que concluir: a situação é bem pior de que as anteriores. Destruidas que foram, desde 68, as estruturas institucionais democráticas, restam o processo eleitoral, a liberdade de expressão (ainda que não completa) e o debate parlamentar sem condicionamentos. Seriam esses os objetivos visados pelos que deitam agora gasolina ao fogo? Pretenderiam fazer o País retornar ao imobilismo do governo Médici, quando nem o debate, nem a liberdade de imprensa e nem o processo eleitoral existiam plenos? Ou estas suposições se devem ao continuado sentimento de insegurança vigente na classe política?

União em torno do presidente

Algo no ar existe, mas detectá-lo vem sendo difícil para os partidos. Seria o momento de uma ampla troca de informações e de especulações entre os líderes partidários, algo mais do que simples conversas de corredor, como vem acontecendo.

Porque uma previsão é certa: a continuarem as coisas como estão, será impossível sustentar por muito tempo o já estreito reduto de ação política existente. Nem eleições, nem imprensa e nem Congresso subsistirão em suas prerrogativas atuais. E isso, mesmo tendo como irrefutáveis as informações oficiais, que tudo explicam pelo fato de a subversão estar em marcha, sendo necessária, assim, em igual ou maior intensidade, a repres-

Apesar de um diagnóstico questionável, deu o senador

CSP-31-10-75
Luiz Vianna Filho a solução, em seus comentários de ontem: há que se promover, na classe política, imediata e férrea corrente de apoio ao presidente Geisel. Porque, apesar de não estar promovendo a constitucionalização, é de sua exa. que partem os estímulos e as disposições em prol do debate parlamentar, da liberdade para os meios de comunicação e do cumprimento do calendário eleitoral. Sem um entendimento amplo entre os partidos, as associações de classe e a opinião pública, de um modo geral, não será possível impedir as consequências do que vai ocorrendo. Mesmo sem o desejar, os responsáveis pela escalada repressiva determinarão, em pouco tempo, empecilhos fundamentais às três realidades existentes — eleições, liberdade de imprensa e debates parlamentares. Assim, pela união política em torno do presidente, haveria que sensibilizar aqueles setores para os efeitos do que talvez não estejam programando conscientemente. O problema, no entanto, é que o senador Luiz Vianna Filho não é presidente da Arena nem dispõe de funções maiores no Congresso. Funciona, no máximo, como clínico não consultado, mas capaz de definir em profundidade as causas da atual moléstia institucional.

DEPUTADOS CONTRA UNIÃO NACIONAL

CSP-5-11-75
Os deputados Tarcísio Delgado, Freitas Nobre, Fernando Gama e Oswaldo Lima, do MDB, condenaram ontem, da tribuna da Câmara, a proposta de união nacional em torno do presidente Geisel, enquanto o deputado Milton Steinbruch, também da oposição, lembrando a necessidade do "desarmamento dos espíritos" defendia a idéia. O deputado Tarcísio Delgado chegou a destacar que o MDB não poderia participar de qualquer união enquanto estiverem vigindo o Ato Institucional n.º 5, o decreto 477 e toda a legislação de exceção.

Já para o deputado Freitas Nobre (MDB-SP), um governo de união nacional conduziria, na prática, "ao partido único, uma vez que vivemos uma estrutura bipartidária e artificial". A oposição também desapareceria "porque não haveria mais ninguém fora do governo: todos seriam governo; uns porque já eram e outros porque passaram a ser".

Para ele, se a idéia vingasse no plano nacional, os Estados e municípios, imediatamente, passariam também a adotar a fórmula "e, aí, a fidelidade partidária iria ser cobrada aos que se dispusessem a criticar o governo, porque o MDB também seria governo.

MONTORO CONVIDA LIDERANÇAS DA ARENA PARA DIALOGO PERMANENTE

Brasília — O líder do MDB no Senado, Sr Franco Montoro, disse que os grandes problemas políticos da atualidade têm de ser colocados "em termos de interesse nacional, daí porque julgo indispensável um clima de permanente diálogo e entendimento entre as lideranças do Governo e da Oposição no Congresso Nacional".

Ao elogiar os esforços do líder governista Petronio Portella, para superar a crise política da semana passada, o Sr Franco Montoro defendeu uma linha de entendimento que não comprometa a dualidade de posições, continuando a Arena como Partido do Governo e o MDB como Partido da Oposição.

Democracia e segurança

Insiste o Senador Franco Montoro em que o MDB não pode abandonar a sua tese central, aquela que constitui o

próprio núcleo e a razão de ser do Partido e de seu nome: o restabelecimento de um regime de franquias democráticas no país.

— O MDB defende insistentemente a democracia, a Arena bate-se pela segurança. Por que não falamos juntos em democracia com segurança? A Oposição quer a democracia, mas quer igualmente a segurança. Interessa-nos, como à maioria da Nação, a estabilidade das instituições, a força do Estado para conter nos limites a ofensiva dos inimigos das liberdades — disse.

Sustenta o Senador paulista a necessidade de que as lideranças de ambos os Partidos procurem identificar os pontos de contato e de entendimento nas grandes linhas do pensamento doutrinário da maioria nacional "a fim de que seja possível inaugurar um novo e harmonioso tipo de relações para um clima de maior tranquilidade política."

J.B.
3-11
75

DINARTE QUER QUE O MDB IDENTIFIQUE OS COMUNISTAS

ESP-5-11-75

O senador Dinarte Mariz (Arena-RN) ratificou, ontem, os termos de recentes declarações publicadas na imprensa e identificou o secretário-geral do MDB, deputado Thales Ramalho, como o informante que lhe declarara haver infiltração comunista na oposição. "Cabe, agora — acrescentou — ao próprio MDB procurar saber quem são os comunistas que alimentam as crises internas do partido".

No longo discurso que ocupou mais de hora e meia da sessão de ontem, Dinarte recordou que tais acontecimentos ocorreram por ocasião da eleição dos dirigentes do MDB na última convenção nacional, época em que se registrou grande apreensão diante de posições inflexíveis de uma parcela do partido oposicionista. "Os acontecimentos — esclareceu o senador — vieram confirmar o acerto entre as duas facções desafiadas. Sem dúvida, a nota descortês e injusta, com que se procurou atingir a pessoa do presidente Ernesto Geisel, publicada com a assinatura do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, sobre os contratos de risco, reflete as concessões feitas ao grupo aludido pelo deputado Thales Ramalho".

Franco Montoro, sustentou que o texto assinado por Ulysses Guimarães fora aprovado, por unanimidade pela Comissão Executiva do partido, "sem nenhuma restrição".

Coluna do Castello Equívocos sem comédia

J.B-5-11-75

Brasília — Não se pode chamar de comédia de equívocos o episódio em que se viu envolvido o Senador Leite Chaves. Nada de cômico há nos fatos que ele procurou tornar nítidos ao solicitar ontem ao Presidente do Senado que republicasse a edição do Diário do Congresso para que de uma nova publicação, revista, surgisse a versão mais límpida do seu pensamento sobre as Forças Armadas. No entanto, há uma conotação de constrangimento na seqüência do episódio, em cujo clímax se sugeriu a cassação do mandato do representante do Paraná por ofensa ao Exército Nacional. A cassação não houve, mas a indicação de que ela se tornou possível ou chegou a ser examinada em função de um aparte ou de uma seqüência de apartes de um senador novato, ainda não afeito às sutilezas da oratória parlamentar e às nuances do comportamento político, revela com vigor a fragilidade da instituição parlamentar, salva desta vez, segundo se presume, graças à determinação do Presidente da República e à diligência de alguns de seus auxiliares.

Depois do caso de São Paulo, que o General Geisel atravessou com galhardia, a cassação seria uma seqüela grave e o fato de ter sido ela objeto de estudos indica que, como numa corrida de São Silvestre, as forças empenhadas na consolidação das instituições democráticas saltaram apenas uma fogueira. Outras ardem pela frente, numa monótona repetição, sob o Governo do General Geisel, do que sucedeu ao longo dos diversos Governos oriundos do movimento de marco de

1964. Por mais decidido e competente que seja o Presidente, sua ação subordina-se à ação de um sistema, com a qual é, em princípio, solidário, mas da qual nascem limitações aos seus projetos e frustrações dos seus objetivos. A situação dos quatro Presidentes tem sido mais ou menos parecida, variando o grau de adaptabilidade ao que lhes é imposto pela Revolução, da qual paradoxalmente detêm o comando juntamente com a Chefia do Governo.

Embora não tenha sido compelido a assinar qualquer Ato Institucional — o Ato n.º 5 torna óbvio qualquer novo documento desse tipo — sente-se hoje sem margem de erro que o Presidente Ernesto Geisel se vê numa situação parecida com a do Marechal Castelo Branco depois do Ato 2 e a do Marechal Costa e Silva depois do Ato 5.

As contradições do processo aprofundam-se e caminharão mais cedo ou mais tarde para um impasse, tanto mais quanto a crise mundial que atingiu o país furtou ao sistema um dos seus elementos de convicção, até mesmo de autoconvicção, ao quebrar a cadeia dos aumentos, não diremos milagrosos, dos 10% anuais do PNB. O General Ernesto Geisel, com sua intervenção no caso paulista e na sua ameaça de seqüela parlamentar, parece ainda confiar na possibilidade de uma conciliação entre a Revolução e as instituições, coisa que nada tem a ver com o derrame verborrágico de arenistas e emdebistas em torno de uma inviável e indesejável coligação partidária.

LIÇÕES ESQUECIDAS - ED. DO J.B. (TRECHOS)

J.B-5-11-75

As periódicas fases de declarações de um lado e de outro do nosso incipiente bipartidarismo nada acrescentam, exceto a penosa idéia de mistificação política. Já houve depois de 1968 entendimentos entre a Arena e o MDB. Sempre que for necessário, haverá acertos. É ociosa essa alteração simulada entre os que dizem querer um acordo e outros a rejeitar a hipótese absolutamente teórica. Na verdade, querer todos querem. Poder ninguém pode.

Nosso bipartidarismo é tão eclético que a Oposição está cheia de governistas sem oportunidade e ao lado do Governo alinham-se oposicionistas transviados. Daí porque sempre haverá grupos em condições de operar entendimentos conforme as necessidades do mercado político. Toda essa troca de palavras é um debate simulado sem sentido político e sem consequência prática.

O Deputado José Bonifácio mantém como líder do Governo uma postura que, como homem da Oposição antes de 64, é notabilizou e contribuiu para atingir a credibilidade do regime representativo e do Congresso, pela falta de seriedade. Como braço repre-

sentativo do Governo, o Sr Bonifácio costuma cobrar à imprensa as caracterizações de crise no país. Sua memória pode ser curta, mas todo o país se lembra de que em 68, como presidente da Câmara, ele atribuía à imaginação dos jornais a crise em gestação. Só no dia 13 de dezembro se convenceu. Pelo visto, não aprendeu nada.

SENADOR L. CHAVES
J.B-5-11

É o seguinte o aparte do Senador Leite Chaves, feito quando discursava na semana passada o Senador Petrólio Portela:

— O Exército Brasileiro é uma organização muito séria, deve ser intocável. Não se pode colocar uma corporação de tão altos desígnios em um movimento de repressão desses. Hitler quando desejava praticar os atos que estamos denunciando não se utilizava do Exército, mas sim as forças SS, que foram fardadas de preto para não comprometer suas corporações".

O Sr Herbert Levy, que nestes dias examinou problemas político-institucionais com o Ministro da Justiça, acha que a maioria do MDB tem muita afinidade com a maioria da Arena, reconhecendo que há minorias incômodas dispostas a radicalizar posições. Para o representante paulista, não se pode negar a existência de posições forçadas nos dois Partidos e nada mais conveniente do que promover uma revisão, transformando o compulsório em livre escolha.

economia

GEISEL: MEDIDAS EXTREMAS PARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

ESP1040

*Brasileiros, em diferentes oportunidades, particularmente por ocasião do lançamento do II PND, julguei necessário referir-me ao cenário de perplexidade e obstáculos em que se vem arrastando a economia mundial, desde fins de 1973 até hoje. (...)

A dificuldade principal reside, entretanto, no fato de que a situação mundial, incerta, reduz a própria margem de manobra do governo, uma vez que, se adotadas certas medidas mais drásticas e generalizadas, com vistas à reativação da economia, poderão vir a agravar-se as dificuldades do balanço de pagamentos, enquanto que, adotadas outras, poderá resultar um recrudescimento da inflação, a cobrar elevado ônus sobre o padrão de vida das classes mais pobres.

Os fatos novos sobrevindos na conjuntura internacional ressaltam a importância de definir-se, desde logo, uma orientação geral para este fim de 75 e para o ano de 76.

Por isso, o governo tem provido reuniões, procedido aos necessários debates e aqui estou, neste momento para dar conta disso a todos os brasileiros. (...)

O objetivo a alcançar, para 1976, será o de reduzir a um mínimo o déficit no balanço comercial, procurando manter eslevel o nível de reservas cambiais. Esse déficit mínimo, por sua vez, deve ser buscado por uma política imaginativa que evite, o quanto possível qualquer impacto negativo sobre o nosso ritmo de crescimento econômico. (...)

Para reduzir a um mínimo o déficit comercial em 76 procuraremos, em primeiro lugar, preservar o atual impulso às exportações, quer na área dos produtos básicos, quer na dos manufaturados, pela adequada combinação de incentivos fiscais, creditícios e cambiais, estes últimos dentro da política das pequenas desvalorizações que vêm sendo adotadas desde 1968. (...)

No campo financeiro, os bancos oficiais deverão expandir suas linhas de crédito aos exportadores, a juros favorecidos. No campo fiscal, determinei a elaboração urgente de estudos para que os exportadores que disponham de créditos acumulados de ICM junto aos respectivos Estados, possam ser efetivamente ressarcidos. E, por outro lado, serão renovados os incentivos fiscais que acabaram em 1975 como o da isenção do imposto de renda sobre os lucros auferidos na exportação.

No lado das importações, várias medidas serão adotadas.

Primeiro, a aprovação de or-

camento de importações para todos os Ministerios (inclusive as empresas governamentais), significando uma redução de 15% sobre o total de suas importações durante 1975, tanto em equipamentos e matérias-primas quanto em bens de consumo.

Isso permitirá flexibilidade acrescida no tocante às importações destinadas ao setor privado.

Segundo, estamos formalizando a orientação, firmada o ano passado, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico, de apoio decidido à produção interna de equipamentos. Decreto assinado hoje define que os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta darão preferência, nos seus programas, aos bens de capital de produção nacional, desde que similares aos produzidos no Exterior.

E ao mesmo tempo, a fim de que a redução nos limites de importação não signifique diminuição dos programas prioritários das empresas governamentais, a Agência Especial de Financiamento — Finame — será dotada de recursos adicionais, que poderão alcançar dez bilhões de cruzeiros, em 1976, através de linhas de crédito especiais a empresas, destinadas ao financiamento, a longo prazo, da compra de equipamentos de produção nacional. As condições internas de financiamento serão, pelo menos, equivalentes às existentes no Exterior.

Terceiro, também com o objetivo de conter as importações e de proteger a indústria nacional, assinei decreto-lei que altera as alíquotas aduaneiras em duas faixas: em primeiro lugar, aumentam-se de 100 pontos percentuais as incidências sobre uma lista de bens supérfluos; em segundo lugar, acrescem-se 30 pontos de porcentagem às tarifas sobre uma série de produtos intermediários, também com produção interna e com pequena participação no custo dos produtos finais. Na mesma linha, determinei ao Conselho de Comércio Exterior a prorrogação da Resolução n.º 98, que cuida da importação coordenada de produtos siderúrgicos. (...)

Na área do petróleo, é fácil de estimar que o recente aumento do preço internacional iria representar, se mantidos os níveis atuais de importação, um aumento de gastos diretamente, de cerca de 300 milhões de dólares anuais, e considerados os reflexos indiretos, de 400 milhões, aproximadamente.

Como é óbvio, tal elevação no dispêndio com o petróleo dificilmente se compatibilizaria com o objetivo enunciado para a balança comercial.

No propósito de, pelo me-

nos, manter o valor das importações de petróleo, em 1976, ao nível de 75, o governo está autorizando um aumento de 25% nos preços para a gasolina e de 10% para o óleo diesel e o óleo combustível (sem alteração no preço do gás liquefeito). Os recursos decorrentes desse aumento serão destinados a novos projetos na área de energia e ao Programa Nacional de Transportes Coletivos.

A idéia é causar efeito mínimo sobre os derivados que interessam, de perto, às atividades produtivas, evitando-se subsídios, e colocar o ônus maior sobre o transporte individual. (...)

Não seria realista esperar dessas novas opções que permitam, de uma forma ou outra, o concurso de empresas estrangeiras, a solução para o nosso problema de petróleo, no curto prazo. Contribuição significativa, se houver êxito, talvez se possa esperar para o início da próxima década.

Sem embargo, tal consideração não seria, por si só, suficiente para fundamentar uma decisão.

A análise metódica a que procedemos, inclusive debatendo o assunto com a Petrobrás, no âmbito do CDE e, hoje, de todo o Ministério, e levando em conta minha experiência pessoal como presidente da empresa, levou-nos à convicção de que o governo deve autorizar a Petrobrás, sem quebra do regime de monopólio, a realizar contratos de serviço, com cláusula de risco por conta da empresa executora, em áreas previamente selecionadas.

A medida será posta em prática com base na experiência dos contratos já celebrados pela Petrobrás no Exterior, garantindo-se o princípio essencial do monopólio e definindo-se condições, níveis e prazos rigorosos para os investimentos a serem realizados, sempre sob controle da Petrobrás. (...)

Ainda que os resultados demorem ou sejam pouco satisfatórios, o governo demonstra que não exclui, por simples impulsos emocionais ou receios pouco justificáveis, qualquer alternativa válida que, sendo como é, compatível com o monopólio, represente mais um caminho a ser tentado.

O natural desejo da Petrobrás, de tomar a si diretamente todo o problema, como a lei lhe faculta, defronta-se agora com a exigência de ações urgentes, tanto para hoje como para o amanhã, de vez que não há perspectivas alentadoras quanto à redução, nem à estabilização, dos preços do petróleo.

Como já disse, a curto prazo usaremos o recurso de limitar o consumo pela elevação dos

preços, principalmente da gasolina, evitando o mal maior que seria o racionamento direto. A médio prazo, contamos com o aumento de produção de petróleo, proporcionado pelos novos campos já descobertos na plataforma e pela ponderável contribuição que será obtida com a produção de álcool. Em prazo maior, depositamos nossa confiança não somente nos novos êxitos que a Petrobrás conseguirá, mas também na exploração industrial do xisto e, ainda, nos resultados positivos que poderão advir da nova modalidade operacional que o governo vem de autorizar — os contratos de serviço, de risco.

Por fim, cabe frisar que esses contratos não implicarão em reduzir ou violar o monopólio atribuído à Petrobrás, pois constituirão, de fato, uma modalidade de execução indireta, realizada no âmbito da empresa, sob a sua jurisdição e pleno controle. (...)

Devo, ainda, dirigir-me a todos os que, com boa-fé e convicção, inclusive em nome do governo — de dentro e de fora da empresa, na imprensa, no Legislativo — se têm pronunciado contra a realização dos contratos de serviço. Presto-lhes aqui minhas sinceras homenagens, pela continuada defesa de uma posição que também foi a minha. Essa minha sendo, realmente, há longo tempo, a orientação dos governos que se sucederam desde 1954, inclusive do atual. Não obstante, estou convicto agora, tendo em vista tudo o que venho de recapitular, de que é chegada a oportunidade da decisão que o meu governo, a respeito, adotou na certeza de que ela, nas circunstâncias atuais, é a que melhor corresponde aos interesses maiores do Brasil.

O CONTEXTO DO DISCURSO

VEJA 15-10

(...) Como em outras ocasiões, o debate travado dentro do governo foi mantido sob reservas e as decisões, precedidas de cautelas. Na terça-feira, uma reunião do ministro da Justiça, Armando Falcão, com os ministros militares forneceu uma análise segura da situação. E um boletim econômico editado em Londres chegou a informar que foram distribuídas, nos estabelecimentos militares, cópias de um documento explicando com minúcia o alcance de todas elas, sobretudo das referentes ao petróleo. (...)

É verdade que entre os políticos a dúvida persistiu até o último momento. Os governadores de Estado só foram avisados da decisão sobre os contratos de risco na tarde de quinta-feira, quando ainda havia arenistas se manifestando contra eles na Câmara e no Senado. Mas, com um comportamento de exemplar prudência, arenistas e emedebistas

deram, na sexta-feira, a medida de sua percepção da gravidade dos problemas enfrentados pelo governo. Os primeiros transformaram suas críticas em louvores; os segundos, que facilmente poderiam ter cedido à tentação de explorar eleitoralmente os dias difíceis anunciados pelo presidente, foram discretos nas críticas, tendo mantido o tom cauteloso anunciado pelo senador Roberto Saturnino Braga, do Rio de Janeiro: "Nós, políticos, devemos trabalhar com vistas a uma conciliação nacional, pois sem isso virá necessariamente o endurecimento político decorrente da crise econômica". (...)

O discurso do presidente Geisel foi também precedido de um intenso processo de debate dentro do próprio governo. Entre os ministros, houve posições discordantes quanto ao alcance e à natureza das medidas que constituiriam o

programa de emergência para reduzir o déficit do balanço de pagamentos em 1976. (...)

Ocorreu, então, uma nova convocação do CDE, na quarta-feira, 1.º de outubro, outra vez com a presença de Ueki. E a associação do debate legislativo com as reuniões de cúpula do governo se tornou inevitável. Na versão oficial divulgada por Esmeraldo, o CDE havia analisado os problemas relativos ao petróleo, a importações e ao capital estrangeiro. E o presidente decidiu que cada Ministério deveria elaborar um orçamento de importações para aliviar a balança comercial, reduzindo as compras externas do setor público, representando 46% do total realizado pelo país. Naquela quarta-feira, no entanto, o Conselho de Desenvolvimento Econômico havia discutido também dois documentos de análise de conjuntura preparados pelo ministro

da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, e pelo ministro-chefe da Secretaria de Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso. (...)

Esses estudos sugeriam medidas para amenizar o desequilíbrio na balança comercial, levantavam as possibilidades de captação de recursos externos e, na medida em que apontavam as dificuldades que o país enfrentaria em suas contas externas no próximo ano, configuravam uma tendência favorável à adoção de contratos de risco. As divergências de opiniões entre os ministros eram não só nesta questão mas igualmente na de escolha do melhor método para redução imediata do consumo de gasolina. Daí até o final da semana foi fixada, através de consultas informais, a decisão em favor dos contratos de risco, ao mesmo tempo que se abandonava a idéia de racionamento pela da elevação substancial nos preços.

brasileiro, mesmo que este fosse o desejo de algumas delas. O presidente da

Confederação Nacional da Indústria, Thomas Pompeu de Souza Brasil, logo após o discurso presidencial, dizia que o monopólio estava assegurado porque o pagamento às companhias seria feito em petróleo. Segundo os jornais da manhã seguinte, o ministro das Minas e Energia Shigeaki Ueki diria exatamente o contrário: os contratos assegurarão o monopólio porque todos os pagamentos serão apenas em dinheiro. (...)

Se o presidente admitiu ter mudado de idéia a respeito do assunto, não há contra-indicações para que os arenistas o acompanhem com dignidade, mesmo diante da evidência de que Geisel chegou a essa reconsideração depois de longas ponderações, e os parlamentares foram um tanto mais rápidos. Ainda assim, quem caiu no ridículo o fez por sua própria conta e risco. Como o pernambucano Aderbal Jurema, que no espaço de poucas horas assinou um manifesto preparado pelos deputados renovadores da Arena (que reúne no fim da semana 58 adesões), condenando os contratos de risco, e um telegrama de congratulações ao presidente pela seriedade da medida.

BALANÇO DE PAGAMENTOS (milhões de dólares)

	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975*
A — Balança comercial (I-II)	26	318	232	- 341	- 244	7	- 4 563	- 2 080
I. Exportações	1 881	2 311	2 739	2 904	3 991	6 199	7 968	4 944
II. Importações	1 855	1 993	2 507	3 245	4 235	6 192	12 531	7 024
B — Conta de serviços	- 534	- 599	- 794	- 966	- 1 245	- 1 695	- 2 313	- 1 677
C — Conta corrente (A+B)	- 508	- 281	- 562	- 1 307	- 1 489	- 1 688	- 6 876	- 3 757
D — Movimento de capital (líquido)	541	871	1 015	1 846	3 492	3 512	5 894	2 404
E — Erros e omissões	- 1	- 41	92	- 9	436	355	- 67	- 97
SALDO	32	549	545	530	2 439	2 179	- 1 049	- 1 450

Período janeiro/julho.
Obs.: Do item Movimento de capital já foram deduzidos os gastos para pagamento de parcelas (amortização) da dívida externa. O Saldo é representado pela soma dos itens Conta corrente e Erros e omissões, subtraindo-se desse montante Movimento de capital, ou seja, Saldo = (C + E) - D. (...)

Pontualmente às 8h30 de quinta-feira, fecharam-se as portas da sala de reuniões do Palácio do Planalto e, ao final de três horas e meia, os jornalistas puderam voltar para registrar a saída dos ministros. Imediatamente, era confirmada a posição assumida por Severo Gomes na reunião ministerial, pois, ao cumprimentá-lo, Geisel agradeceu "pela colaboração no debate". Informou-se também que o chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira se manifestara contrário à adoção de contratos de risco. À noite, o presidente definia a estratégia do governo sobretudo para 1976. Nela, transparece a preocupação de conciliar o desenvolvimento com um rigoroso controle do balanço de pagamentos, a contabilidade das transações econômicas e financeiras que o Brasil realiza com outros países, envolvendo entre outros itens a balança comercial e os investimentos e financiamentos estrangeiros. É lícito assim supor que a decisão foi adotada com vistas a ampliar o crédito externo em face de certas preocupações que começaram a se manifestar no exterior diante da evolução do endividamento externo do país e a progressiva perda de reservas cambiais (veja a tabela).

Segundo o semanário *Barron's*, de Nova York, o endividamento externo bruto brasileiro poderá chegar este ano a 21,5 bilhões de dólares. Naturalmente, a autorização dada à Petrobrás para celebrar contratos de risco não foi condicionada por esses tipos de pressão. Mas há indicações de que Simonsen e o presidente do Banco Central, Paulo H. Pereira Lira, realizaram, durante recente reunião do Fundo Monetário Internacional em Washington, conversações com os banqueiros internacionais, nas quais captaram o aumento do nível de exigências para concessão de empréstimos em moedas ao país, resultante em grande parte da situação conturbada em que ainda se encontra o mercado financeiro internacional. Portanto se impunham medidas mais arrojadas para manter sob controle o déficit no balanço de pagamentos. Principalmente diante de perspectiva dos gastos com o petróleo, cuja elevação de preço representaria, no ano que vem, um acréscimo de 10%, isto é, 300 milhões de dólares, se mantido o volume das importações deste ano, que totalizam 3 bilhões de dólares. Para agravar a situação, a geada comprometeu praticamente a safra do café de 1976, produto

CONTAS EXTERNAS (milhões de dólares)

	DÍVIDA BRUTA (A)	RESERVAS (B)	DÍVIDA LÍQUIDA (C)	EXPORTAÇÕES (D)	RELAÇÃO C/D
1968	3 780	257	3 523	1 881	1,87
1969	4 403	658	3 745	2 311	1,62
1970	5 295	1 187	4 108	2 739	1,50
1971	6 622	1 723	4 899	2 904	1,69
1972	9 521	4 183	5 338	3 991	1,34
1973	12 882	6 417	5 465	6 198	1,04
1974	17 166	5 267	11 899	9 968	1,49
1975*	21 500	3 200	18 300	9 500	1,92

* Estimativa de VEJA nº 363, de 20-8-75. Fonte: Banco Central do Brasil.

cuja previsão de exportação, este ano, é de 1,2 bilhão de dólares. (...)

Mas, ainda assim, o governo, para 1976, revela uma clara opção por menores taxas de crescimento da economia. E isto não apenas por problemas internacionais, conforme reconhece Simonsen. Na sexta-feira passada, em entrevista a VEJA em Brasília, ele afirmou: "Se se analisarem friamente as importações, mesmo eliminando a crise mundial do petróleo, vamos concluir que teria havido problemas de balanço de pagamentos. A estrutura industrial estava mais voltada para a ponta e pouco voltada para a base". Em outras palavras, Simonsen reconhece que o setor industrial estava excessivamente apoiado na produção de bens de consumo duráveis, colocando-se em segundo plano a produção interna de máquinas e equipamentos. (...)

Para o economista Rômulo de Almeida, um dos co-fundadores da Petrobrás, ao lado do falecido Jesus Soares Pereira, não se trata de discutir agora o caráter jurídico dos contratos. Ele se mantém em atitude contrária porque não vê como um contrato de risco possa "conciliar os interesses das empresas estrangeiras e da Petrobrás". De resto, como outros críticos, ele não acredita que os contratos possam resolver o problema do balanço de pagamentos. Sob este último aspecto, Simonsen está de acordo: "...de fato essa medida não terá efeito a curto prazo no balanço de pagamento. O que pode haver é uma entrada de investimentos diretos, que certamente melhorará a credibilidade externa do país". (...)

Se o governo não se pronunciasse, ar-

RESERVAS (milhões de dólares)

1971 (dezembro)	1.722,9
1973 (dezembro)	6.615,8
1974 (dezembro)	5.267,1
1975 (janeiro)	4.989,5
1975 (abril)	4.311,0
1975 (junho)	3.796,6

FONTE: BANCO CENTRAL

gumenta o ministro da Fazenda, ninguém viria propor os contratos de risco. Por isso, mesmo sem saber quanto haveria de ingressos como decorrência da mudança da política petrolífera, ele garante que o governo agiu na hora certa. "Se não adotássemos nenhuma providência, e o país começar a se endividar em excesso, perde-se a credibilidade externa, as reservas baixam em parafuso e teríamos que cortar as importações pela metade." Simonsen observa ainda que os banqueiros internacionais trabalham com indicadores bastante rígidos. E o Brasil, que precisa captar entre 4 e 5 bilhões de dólares anualmente, não pode se afastar deles. O raciocínio de Simonsen tem o apoio de seu antecessor no Ministério da Fazenda. Em Paris, Antônio Delfim Netto afirmou: "A decisão de realizar os contratos de risco pode abrir novas possibilidades de manutenção do ritmo de desenvolvimento econômico brasileiro e contribuir para aliviar a pressão sobre o balanço de pagamentos". Para ele, o Brasil já demonstrou capacidade de atingir objetivos sem comprometer sua soberania: "Nem mesmo a mais poderosa das multinacionais tem condições de afrontar o poder nacional

MDB repudia os contratos ESP/110

No que concerne ao petróleo, a prioridade da prospecção em território nacional era relegada a segundo plano, com os recursos da Petrobrás desviados para outras atividades e para pesquisas em outros países. (...)

No tema específico da energia e do petróleo, o MDB defendeu medidas de contenção do consumo de gasolina, como instrumento de emergência capaz de estacionar por um ou dois anos o nível do gasto interno deste combustível, até a chegada dos primeiros reforços vindos da produção de álcool e dos campos de petróleo recém-descobertos pela Petrobrás. Ao contrário do que foi dito, trata-se de medida sem maior complexidade, adotada em grande número de outros países com resultados bastante significativos, que sem os efeitos cruéis sofre o custo de vida, que certamente resultarão do elevado aumento de 25% decidido pelo governo. (...)

Cotejados os fatos e os argumentos, salta aos olhos a evidência de que, na origem da decisão governamental, há outras razões não declaradas.

A recente visita do ministro da Fazenda aos Estados Unidos e a alegação por ele feita na reunião do Ministério, da importância dos contratos de risco para a manutenção da credibilidade do Brasil no exterior; a inesperada vinda do embaixador Roberto Campos poucos dias antes; a rapidez injustificável e todo o clima de pressão de desinformação que cercou a mudança de rumo da Petrobrás, deixam entrever todo o jogo de forças que atuou no episódio.

A estranheza e a perplexidade, que decorrem do episódio, o MDB não pode deixar de manifestar, colocando contra os contratos de risco o seu repúdio frontal, com uma veemência que com toda a certeza é hoje de todo o povo brasileiro. (...)

Renovadores da ARENA também contrários

Antes mesmo de ser conhecido o texto do discurso presidencial, o "grupo renovador" da Arena — integrado por cerca de 50 parlamentares e cuja maior vitória foi a inclusão, no programa do partido, da defesa das eleições diretas para governador — divulgou uma nota, redigida pelos deputados Henrique Cordova, de Santa Catarina, e Ricardo Fiuza, de Pernambuco, na qual seus integrantes apresentavam sua posição diante dos debates em torno dos contratos de risco. Diz o texto:

"No entendimento de que o monopólio estatal do petróleo, nos termos do Artigo 169 da Constituição da República e nos da Lei nº 2.004, é a única forma de compatibilizar a sua exploração com os interesses nacionais, devemos — na condição de representantes do povo brasileiro —, na oportunidade em que, ociosamente, se reabre o debate sobre o tema, a pretexto de encontrar soluções para a crise de energia, definir posição com fundamento nas seguintes considerações:

1. Incorporou-se à consciência nacional, traduzida no programa da Aliança Renovadora Nacional, a idéia de que a exploração do petróleo, pelo Estado, corresponde plenamente aos interesses nacionais;
 2. A crise mundial de energia, no que deriva do petróleo, é eminentemente política e resultado da consciência adquirida pelas nações que o produzem da sua importância para o desenvolvimento;
 3. A Petrobrás, nesse sentido, foi pioneira e, por isso, evitou que o petróleo brasileiro se transformasse em pura reserva estratégica de outras nações;
 4. Todos os contratos que atribuem a empresas estrangeiras funções típicas da Petrobrás e que firmam o monopólio estatal comprometem a nossa soberania.
- Assim visto, somos pela manutenção do monopólio estatal do petróleo e, consequentemente, adversos a contratos que o prejudiquem, convencidos de que essa é a posição reclamada pelos deveres inerentes ao mandato que recebemos do povo brasileiro".

ARENA DEVE REBOCAR GEISEL

Na Câmara, a reunião da bancada da Arena, destinada principalmente a tomar decisões sobre problemas de petróleo e contratos de risco, durou pouco mais de uma hora, mas por falta de quorum nada ficou deliberado. Mesmo porque, como declarou o deputado João Climaco, do Piauí, o assunto seria esclarecido mais tarde pelo presidente Geisel "e a bancada restará duas posições: apoiar o governo ou romper com o governo". (...)

Sob aplausos, o deputado João Climaco defendeu que o partido deveria aguardar o pronunciamento do presidente da República, "que merece toda a nossa confiança". Segundo o parlamentar piauiense, "não vai adiantar nada ficar discutindo se o petróleo é nosso ou não é nosso. Vamos esperar o pronunciamento do chefe do governo e chefe da Arena. Nossa posição deve ser a posição do general Geisel, a não ser que a bancada não queira apoiar, tempo do com o governo. E quem vai romper?" Para João Climaco, o presidente e os ministros "sabem como decidir, pois é um assunto sério e de grande repercussão: não será a bancada que decidirá, mas o governo".

MARINHA PELO MONOPÓLIO ESTATAL DA PETROBRAS

Trechos do documento "Mar Territorial Proporcional" do Serviço de Documentação Geral da Marinha, distribuído em inglês no princípio do ano à todas embaixadas brasileiras no mundo. Está assinado pelo vice-almirante Paulo Irineu Roxo de Freitas: "o petróleo é nosso porque temos as 200 milhas" e "Já sem subterfúgios, as grandes companhias de petróleo e os países que as apóiam estão lutando pela obtenção de novas áreas de exploração que substituam aquelas que estão sendo estatizadas pelos países que há anos vêm sendo exauridos de seu petróleo. Essa luta se desenvolve em duas frentes simultaneamente: mar territorial e monopólio estatal. Ambos devem ser reduzidos ao mínimo para atender aos interes-

ses internacionais. É portanto necessário resistir contra qualquer proposta de redução da soberania integral (...) e contra a solerte investida que vem tentando abalar o monopólio estatal da Petrobrás."

MILITARES ELOGIAM CAMARGO CORREIA

O presidente da Camargo Correia, Sr Sebastião Camargo Correia, ratificou ontem sua posição de participação nos contratos de risco, confiando no complexo que dirige, formado por 500 engenheiros, 32 mil pessoas na folha de pagamento e equipamentos modernos que possui. (...)

ROBERTO CAMPOS E AS REAÇÕES DA CITY

VEJA — Como o senhor analisaria as reações internacionais à fala do presidente Geisel anunciando os contratos de risco e seus reflexos sobre a disponibilidade de créditos externos?

CAMPOS — As reações foram favoráveis. A medida demonstrou realismo e maturidade e revelou da parte do presidente Geisel honestidade intelectual e consciência de sua responsabilidade histórica. Nem no mundo industrializado nem no subdesenvolvido se entendia bem o caráter de "sacralidade" atribuído pelo Brasil ao petróleo, como se fosse um artigo teológico e não um bem econômico. Cada vez mais me convengo de que só há uma coisa pior que a profanação do sagrado. É a sacralização do profano.

Na City de Londres, umas das minhas maiores dificuldades tem sido explicar aos financiadores por que o Brasil, com menos da metade da renda nacional da Grã-Bretanha, menos de um terço da renda per capita e um terço do comércio exterior, serviços sociais rudimentares e nível tecnológico muito inferior, insistia em recusar capitais de risco para o petróleo, preferindo se endividar aceleradamente, enquanto a Grã-Bretanha recorreu a capitais das mais variadas fontes. O resultado é que,

(...) O Comandante do II Exército, General Ednardo D'Ávila Mello, elogiou ontem a iniciativa do empresário Sebastião Camargo, presidente da Construtora Camargo Correia, em concorrer com empresas internacionais na assinatura de contratos de risco com a Petrobrás, para realização de prospecção de petróleo no país. "Uma iniciativa deste tipo engrandece o empresariado nacional", afirmou.

O Brigadeiro Roberto Carrão de Andrade, Comandante do IV Comando Aéreo Regional, disse que a iniciativa do Sr Sebastião Camargo Correia servirá para "a criação de um know-how próprio no setor de prospecção de petróleo. Acho salutar, aos interesses nacionais, o interesse do empresariado brasileiro em participar dos contratos de risco, nos moldes propostos pelo Presidente Ernesto Geisel."

dentro da atual década, terá atingido auto-suficiência, enquanto o Brasil em vinte anos retrocedeu para um auto-abastecimento de apenas 18%. Desse modo, a Grã-Bretanha aumentou sua independência e nós aumentamos nossa dependência. Precisamos urgentemente atrair novos parceiros com capital, cérebros e equipamentos que não exijam desembolso de nosas próprias divisas e permitam variados enfoques empresariais.

COMISSÃO JÁ PREPARA CONTRATOS

(...) propostas já estão sendo examinadas pela comissão composta por Geonísio Barroso, Haroldo Ramos e Isnard Teixeira, os três especialistas escolhidos por Geisel para cuidar dos contratos. Ela trabalhou toda a semana no Rio cercada de muito sigilo, o que não evitou que fossem comentadas duas propostas americanas em exame (Mobil Oil e Occidental Petroleum). Pelo menos para a Amazônia, o litoral fluminense e a plataforma continental de Santos há interesse concreto. As discussões se encaminham agora para a forma de participação: as multinacionais preferem a remuneração em dólar e não em dinheiro.



Estatização, Desnacionalização e Nacionalismo

Saiu pela culatra o último petardo da campanha contra a suposta "estatização" da economia brasileira. O estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), divulgado há poucos dias, mostra, isso sim, que *tem diminuído* a participação do capital do Estado em vários setores básicos da economia, pelo menos até 1973, depois dessa participação haver atingido um pico em 1971. Caiu muito a presença do Estado na metalurgia (de 65,8% do patrimônio líquido para 50,3%), um pouco na indústria de mineração e na produção de material de transporte, e até mesmo na indústria química e petroquímica (de 73,3% para 70,5%). O estudo baseia-se nas 500 maiores empresas de transformação e mineração relacionadas na amostragem da Fundação Getúlio Vargas, mas só vai até 1973. Teria havido uma repentina e brutal invasão do Estado na economia exatamente no ano passado, explicando assim uma campanha que se caracteriza pela premência? A publicação "Quem é Quem na economia brasileira", divulgada na semana passada, mostra que houve um crescimento relativo na participação estatal, mas nunca capaz de justificar uma campanha com essas características. Entre as maiores empresas do país, por exemplo, a participação estatal passou de 73,3% do patrimônio líquido para 74,4%. Uma variação perfeitamente comparável aos avanços e recuos anteriores. Entre as 5.113 maiores, a participação estatal passou de 36,48 para 36,90%, do patrimônio líquido. — menos de meio por cento. Na verdade, nem mesmo uma invasão do Estado em áreas novas, como alega o estudo da FIESP parece ter acontecido de forma acentuada. Em amplos setores da economia brasileira a participação do Estado continua sendo nula. Quem é Quem não demonstra, também, um espraiamento da atuação do Estado, quando analisa o número de empresas estatais em cada setor, dentre as maiores 5.113. A pergunta, portanto, continua de pé: porque exatamente agora e com tanta premência, esta campanha contra uma suposta "estatização da economia brasileira"? E, principalmente, porque a campanha persiste, se o governo federal, em primeiro lugar, já aceitou e proclamou como seu o princípio da privatização da economia, e em segundo lugar, já consagrou essa política através de várias medidas concretas? Em março o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) proibiu empresas estatais de levantarem mais capital através da venda de novas ações, até o final do ano — isso num período de grande

premência de capital para investimentos em enormes projetos, por parte da Petrobrás, e da Companhia Vale do Rio Doce, as empresas mais atingidas. Ao mesmo tempo, o governo determinou que empresas estatais só podem formar novas subsidiárias com aprovação expressa da Presidência da República. Seguiram-se outras restrições a empresas estatais — mas a campanha só ganhou intensidade. E o próprio estudo da FIESP, muito mais um "manifesto" político do que um estudo acadêmico, surgiu quatro semanas após o ministro Reis Velloso, da secretaria do Planejamento, haver prometido, em conferência na Escola Superior de Guerra, que o Estado devolveria a grupos particulares empresas salvas da bancarrota por inépcia dos próprios empresários. E mais: "Os bancos (do Estado) deverão restituir à iniciativa privada, logo que exequível, o controle

de qualquer empresa privada que venha a ter às suas mãos por inadimplência dos mutuários", disse inclusive Reis Velloso, prometendo, portanto, a presença salvadora dos dinheiros públicos até mesmo para empresários que ainda venham a falir — o que poderia ser interpretado até como um convite ao aventureirismo empresarial.

Curiosamente, também, os empresários lançaram a campanha, num período em que um fenômeno relevante quanto à estrutura de controle dos meios de produção no Brasil (terras, máquinas, indústrias, etc) tem sido não o agigantamento da presença estatal, mas um certo espalhamento do capital estrangeiro, através, principalmente, de associações minoritárias. Conforme mostramos em Movimento nº 7, três a quatro empresas em média são formadas *por dia* no Brasil, ou associadas ao capital estrangei-

MOVIMENTO 15/09/75

ro, ou fundadas por esse capital, segundo o levantamento do guia Interinvest. O número de empresas de alguma forma associadas ao capital estrangeiro passou de 3.500, em 1971 para cerca de 5.200 no ano passado, segundo esse mesmo guia. (1) Não seria mais lógico que os empresários nacionais se mobilizassem, não contra o Estado, mas contra o capital estrangeiro?

A estabilidade do tripé

No famoso "tripé", da economia brasileira (capital estatal, privado nacional e privado estrangeiro) o crescimento sem choques dos três pés do tripé pode acontecer nos períodos de atividade econômica plena (mas nunca tão harmoniosamente como sugerem os adeptos do tripé).

Evidentemente a banquetta de três pés perde estabilidade nos períodos de contração da

As 200 maiores empresas (segundo o critério do patrimônio líquido)

	Estatais	Nacionais	Estrangeiras	Mistas
CONSUMO DURÁVEIS (automobilística, eletrodomésticos, vidros, etc)	—	—	12	—
CONSUMO NÃO DURÁVEIS (alimentação, têxtil, farmacêuticos, etc)	—	7	13	—
BENS DE CAPITAL (mecânica, mat. elétrico, ferroviário, etc)	1	6	10	1
INTERMEDIÁRIOS (siderúrgica, química, papel, cimento, etc)	6	13	11	7
INFRAESTRUTURA (eletricidade, comunicações, gás, etc)	51	—	1	—
SERVIÇOS (comércio, transportes, const. civil, etc)	5	10	5	—
C. CIVIL	1	11	1	—
MINERAÇÃO (extração e beneficiamento de minérios)	1	—	2	4
OUTROS (conglomerados, "holdings" e outros)	3	5	3	3

Na tabela acima estão classificadas simplificada-mente as 200 maiores empresas do país, segundo o patrimônio líquido. Pelo quadro é possível se estabelecer, com certa aproximação, a "divisão de tarefas" que foi se estabelecendo na economia brasileira entre empresas estatais, nacionais privadas e estrangeiras. As estatais se concentram sobretudo no setor de infraestrutura e marcam ainda sua presença no setor de bens intermediários. As nacionais já se destacam por um grande "branco": entre as duzentas maiores

não há nenhuma empresa nacional no setor de bens de consumo duráveis. O único setor em que as grandes empresas nacionais reinam sozinhas é o da construção civil. As estrangeiras, por sua vez, estão bem mais espalhadas. Dominam completamente o setor de bens de consumo duráveis, superam as nacionais nos bens de consumo não duráveis e nos bens de capital, estão fortemente representadas no setor de bens intermediários e ainda participam, sozinhas ou em associações com grupos nacionais e empresas estatais, do setor de mineração.

FONTE: Visão "QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA", 31/08/75

As empresas estrangeiras são as que faturam mais e têm mais lucros

Propriedade das 100 maiores empresas do País (por patrimônio líquido, faturamento e lucro líquido)

Classificação das empresas	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		FATURAMENTO		LUCRO LÍQUIDO	
	1972	1974	1972	1974	1972	1974
Estatais	46	48	21	25	23	22
Nacionais	21	20	41	30	37	33
Estrangeiras	28	28	36	39	38	39
Mistas (1)	5	4	2	6	2	6
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Visão - "Quem é quem na economia brasileira" - Agosto de 1975 (1) Mistas: empresas estatais ou nacionais privadas que contam com participação do capital estrangeiro acima de 30%. Observações: 1) Patrimônio líquido - ver observações na tabela anterior. 2) Faturamento - representa o total das vendas, menos IPI ou imposto único.

A classificação por patrimônio líquido privilegia a participação das empresas estatais na economia brasileira, já que nos setores onde atua o Estado é obrigado a realizar pesados investimentos. Quando o critério de classificação é outro - o do volume das vendas ou do lucro líquido - cai violentamente o número das empresas estatais e aparece com destaque a participação das grandes empresas estrangeiras.

atividade econômica, como é o caso agora. O que já sugere que deve existir uma relação de causa e efeito entre a crise econômica e a deflagração da campanha contra a estatização, (mesmo porque as duas se manifestaram ao mesmo tempo), ainda que os tiros estejam sendo dados em direções aparentemente incompreensíveis. (2)

No famoso manifesto do presidente da Associação Comercial de São Paulo, Boaventura Farina, lançado no apogeu da campanha, em julho passado, o governo foi acusado inclusive, de inconstitucionalidade no campo econômico, devida a "estatização" da economia. "O sistema de economia de mercado (está) estabelecido na Constituição..." dizia Boaventura Farina. E o Almirante Macedo Soares Guimarães, também na vanguarda da campanha, chegava ao ponto de dizer, em artigo publicado no Jornal do Brasil que "a estatização ou a desarticulação da empresa privada estará definitiva e irreversivelmente implantando no Brasil um regime político sem liberdade e sem justiça cujo antigo nome era comunismo e hoje chama-se capitalismo de Estado."

Parece haver, na campanha munição especial contra algumas grandes empresas estatais, como a Petrobrás, e a Companhia Vale do Rio Doce, e ainda a Companhia de Pesquisas de

Recursos Minerais (CPRM). O jornal O Estado de S. Paulo, por exemplo, no dia 21 de junho em artigo não assinado (atribuindo as informações à própria Presidência da República) associava a Vale à expressão "polvo minerador". Uma expressão curiosa, porque era exatamente assim que os nacionalistas dos anos 60 chamavam o grupo Brascan, (ao qual pertence a Light) o maior grupo estrangeiro no Brasil - "o polvo canadense", dizia-se na época.

A campanha foi lançada em dezembro de 1974, por um ex-ministro da fazenda, Eugenio Gudin, conhecido como antecipador de grandes proposições econômicas, e por tabela, políticas. Gudin lançou a palavra de ordem no discurso de recebimento do prêmio "Homem de Visão", falando da "abrangeção estatização da economia brasileira." Empresários como o próprio Henry Maksud, dono de Visão, aderiram logo, vindo em seguida as associações comerciais e das indústrias. Significativamente, os maiores empresários nacionais, como Paulo Villares, Claudio Bardella, os grupos Matarazzo e Votorantim (os dois maiores conglomerados econômico-financeiros brasileiros privados) mantiveram-se relativamente ausentes da linha de frente.

Os espaços vazios

Há poucas dúvidas de que um retraimento do capital estatal, num período de crise não favoreceria o capital privado do tripé do modelo, mas sim o capital estrangeiro. Alguns economistas, explicam a campanha, resumidamente, como pressão desses capitais estrangeiros para ocupar "espaços vazios" criados pela expansão da economia brasileira, especialmente no setor dos chamados "bens de capital" - produção de máquinas pesadas, petroquímica, fertilizantes. Metas prioritárias dentro de II PND, que usa a mesma expressão. O próprio Boaventura Farina, em seu manifesto falava nos "espaços vazios", assim como o estudo da semana passada da FIESP. O documento de trabalho do Council of the Americas, entidade representando multinacionais norte-americanas com subsidiárias no Brasil, preparado para a reunião de Brasília há quatro semanas atrás, mencionava os "bens de capital", perguntando: "Qual o papel previsto para os investidores estrangeiros na produção de bens de capital?"

As grandes empresas estrangeiras, antecipando a necessária retração no que tinha sido o filet-mignon da economia brasileira, a indústria de bens de consumo durável (automóveis, eletrodomésticos, etc), estariam se voltando agora para o novo filet-mignon: bens de capital e recursos naturais. Mas será que seria preciso uma campanha desse porte, e com tão forte coloração política, para garantir uma fatia do novo filet-mignon? Algumas novidades do governo do general Geisel parecem indicar que sim, como a criação de novas subsidiárias do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) com a finalidade explícita de ajudar o capital nacional a entrar e se reforçar no setor. A campanha, nesse caso, esta-

ria se focalizando no capital do Estado - mas apenas por tabela. Seu verdadeiro aivo seria esse esquema de apoio do Estado a empresários nacionais (as subsidiárias do BNDE compram ações de grupos nacionais, entrando assim com o capital para planos de expansão).

Esse dado, no entanto, não esgota o quebra-cabeças. Em primeiro lugar porque não há evidências, nem de antes da campanha, de relutância do estado na aprovação de projetos de grupos estrangeiros para a produção de bens de capital no país. Vários têm sido aprovados (inclusive o da Krupp, em Minas Gerais, recentemente), gozando dos tradicionais incentivos fiscais do governo. A Beker, multinacional norte-americana no setor de fertilizantes construiu uma grande fábrica no Paraná, grupos canadenses irão explorar níquel em Goiás, e outros grandes projetos de mineração com a participação do capital estrangeiro, como o da Serra dos Carajás, e o do Alumínio do Pará, só não caminham para frente por desinteresse momentâneo das próprias multinacionais, afetadas pela crise econômica. O único caso concreto de veto do governo - quando a Philips foi impedida de comprar a maior produtora nacional de refrigeradores, a Consul, permaneceu mesmo como exceção à regra. E uma exceção exatamente no setor dos eletrodomésticos, que aliás já teria deixado de ser o filet-mignon da economia.

Algumas indicações não econômicas

A campanha contra a "estatização" poderia ser uma campanha preventiva, no temor de alguma regulamentação por parte do governo, da atuação das multinacionais do país. Sabe-se que o destaque é a melhor defesa, e sabe-se que a

As empresas estrangeiras são as mais rentáveis

Rentabilidade das 100 maiores empresas brasileiras (segundo o patrimônio líquido)

	1970	1972	1974
Estatais	7,6%	10,1%	11,3%
Nacionais	10,4%	15,5%	18,4%
Estrangeiras	14,8%	19,4%	20,4%

Fonte: quadro constante a página 23 de Visão "Quem é quem na economia brasileira" - 31/08/75.

Observação: os índices de rentabilidade foram medidos pela relação entre lucro líquido e patrimônio líquido.

Ao longo dos últimos anos tem se mantido as diferenças entre os índices de rentabilidade das empresas estatais, nacionais privadas e estrangeiras. Em 1974 as estrangeiras mantiveram sua taxa de rentabilidade superior à das empresas privadas nacionais e muito acima das estatais.

rápida referência do general Geisel em março de 1974, à atuação das multinacionais, foi considerada, na época, como grande novidade. A constituição da CPI sobre as multinacionais, teria provocado, como reação, um reforço da campanha "contra a estatização" — como forma de neutralizar a própria CPI. Mas há evidências de que outras razões podem ter pesado bem mais no lançamento dessa cruzada contra o Estado: "pretendem (os militares) dar ao Brasil o lugar que ele merece, de acordo com o tamanho territorial e os recursos que tem... isso reforça o nacionalismo", dizia um dos documentos distribuídos no seminário de Salzburg, e que reaparece na papelada da reunião do Council of the Americas. "Existem algumas posições extremas no campo civil e no campo militar?", perguntavam os empresários norte-americanos em Brasília. Mas mais importante ainda: o próprio Eugênio Gudin, no famoso discurso de Homem de Visão, que lançou a campanha, refere-se claramente a um "hermetismo" do sistema: "tivemos nos últimos sete anos governos chefiados por militares patrióticos e dedicados, mas com pouca propensão ao diálogo e mais afeiçoados ao governo hermetico..."

A resposta óbvia à soma desses dois fatores — o "hermetismo" do sistema alegado por Gudin, e uma possível propensão nacionalista surgindo de dentro desse hermetismo, alegada pelos empresários estrangeiros — seria a "abertura política". Por algum tempo, de fato, falou-se mesmo num desejo de "abertura", formulado sempre genericamente, por parte das empresas multinacionais. E tanto Roberto Campos em Londres, como Delfim em Paris, fizeram surpreendentes discursos proclamando a necessidade do "liberalismo político", como decorrência necessária do liberalismo econômico. O próprio Gudin, no entanto, rejeitava, desde o início, essa solução: "Nosso problema político não pode ser equacionado em termos de volta à democracia", disse ele no mesmo discurso em que lançou a campanha contra a "estatização".

A outra solução é bem mais sofisticada. Mas ajuda a explicar a investida contra o poder econômico do Estado: na impossibilidade, devido aos riscos sociais, de uma abertura do sistema, porque não retirar do sistema seu poder sobre a economia, restringindo-o a um poder acessório dedicado apenas à segurança no campo social? Em outras palavras, retirar do Estado seu domínio físico sobre bens, meios de transporte e de produção, centros de comunicação e outras realidades físicas, de grande valia nos momentos de prova.

(1) Na relação das 5.113 maiores empresas por setor, que deveria mostrar esse espalhamento do capital estrangeiro porque abrangem maior número de empresas

verifica-se, paradoxalmente uma queda de 18,01% para 14,79% na participação do capital estrangeiro (no patrimônio líquido total). A relação, no entanto, parece desprezar associações minoritárias, além da inconveniência geral do Quem é Quem de desconheci (porque o balanço não é publicado), a maioria das companhias limitadas, forma preferida pelo capital estrangeiro em muitos setores (farmacêutico por exem-

plo) ou em estágio inicial de implantação. (2) Alguns economistas citam também o efeito da crise econômica na taxa de lucro das grandes empresas privadas sem que essa queda afetasse com a mesma intensidade as empresas estatais. O Estado assim, teria passado de sustentáculo da empresa privada (fornecendo insumos a custo subsidiado em termos de economia de mercado) para o papel inverso de aproveita-

dor da empresa privada. Quem e Quem mostra que pelo menos para o período 1970/1974 isso não aconteceu. Cresceu em 80% a taxa de lucro do capital privado, aumentou em 55% a do capital estrangeiro e a das empresas estatais. É possível, no entanto, como a crise ao nível doméstico só se manifestasse com contundência a partir de fins de 1974, que os lucros relativos dos três pés do tripe, se alterassem a favor do capital estatal.

Custo da alimentação desafia os controles

ESP-
28/9
75

Da Sucursal
do RIO

Falência quase total dos métodos adotados pelo governo para impor tabelamento aos produtos alimentícios essenciais, eis o que se conclui pela análise de dados apurados pela Fundação Getúlio Vargas, e que registram a evolução, ao longo deste ano dos índices de custo de vida e de preços por atacado.

Rompendo todas as restrições impostas, cinco produtos alimentícios tabelados estão entre os oito que mais influenciaram o custo de vida e a inflação no País, através de uma reaceleração de preços iniciada em junho e que ganhou força em agosto.

Escalada

Em meados deste mês, o governo federal, por intermédio das suas diversas áreas ligadas ao abastecimento, iniciou uma série de estudos com vistas à identificação dos principais fatores determinantes de um recrudescimento da inflação.

Ao mesmo tempo em que tais fatores eram identificados, indicando-se a sua origem em vários gêneros alimentícios, os técnicos da FGV ultimavam as novas bases de cálculo para o índice de preços por atacado.

Esta última providência compunha apenas uma parte do que seria um amplo programa de medidas, destinado a neutralizar um perigo que o governo vem temendo desde fins de junho: uma nova escalada do custo de vida.

Os produtos

Os estudos realizados remontaram aos índices desde janeiro de 1974, e resultaram numa grande divisão do longo período em quatro fases características do comportamento dos preços e da inflação. Neste caso, apenas os números são da Fundação Getúlio Vargas.

Na última semana, os últimos dados foram apurados, indicando cinco produtos alimentícios como os que mais tem influen-

ciado negativamente, dentro do grupo alimentação. São eles: café em pó, leite, carne, açúcar refinado e arroz.

A influência

A soma da influência acumulada desses produtos na pressão global exercida pela alimentação no custo de vida não foi, porém, calculada separadamente. O cálculo foi realizado em termos globais, acumulando-se com mais três outros produtos também considerados como altamente influenciadores. Esses três outros produtos são: batata inglesa, feijão e ovos, que não estão tabelados.

Considerando-se o período de janeiro a dezembro de 1974, em confronto com os primeiros oito meses deste ano, a soma dos oito produtos resulta numa influência da ordem de 24,82%, para o primeiro período (todo o ano passado) e de 15,34%, apenas para janeiro a agosto de 1975, significando que, em apenas oito meses, a influência daqueles produtos ultrapassou a metade do que foi registrado durante todo o ano passado.

No cômputo total do grupo alimentação, de janeiro a dezembro de 1974 aqueles produtos representaram 50,81%, enquanto que subiram a 15,34% apenas nos oito primeiros meses deste ano.

Isoladamente, o grupo alimentação manteve uma evolução em sentido contrário do que ocorreu em 1974. Enquanto no ano passado a influência da alimentação no índice de custo de vida começou com 58,8% em março, para decrescer para 45,16% em dezembro, este ano foi registrado 48,77% em janeiro e 57,29% em agosto.

Falência

Os cálculos que mais indicam a falência do tabelamento são relativos à variação que estiveram sujeitos os preços daqueles cinco produtos. O café em pó, por exemplo, variou de 68,74% no período de janeiro a agosto deste ano, enquanto em 1974 havia alcançado uma variação de 64,99%. O açúcar refinado atingiu 28,99% durante

todo o ano de 1974, contra 29,16% de janeiro a agosto deste ano.

Fases

Eis, de acordo com os cálculos elaborados, as quatro fases que caracterizam a evolução dos índices, desde janeiro de 1974:

Janeiro a maio de 1974 — A principal característica desta fase é a de intensa elevação dos índices, traduzindo a descompressão da inflação reprimida, sendo que o IPA atingiu seu ponto máximo em abril, com 5,74%, enquanto o ICV registrou seu pico em março, com 4,44%.

Junho a novembro de 1974 — Tanto o ICV como o IPA apresentam-se relativamente estáveis, oscilando, o primeiro, na faixa de 1,54% a 1,9%, enquanto o segundo em níveis inferiores, de 0,86% a 1,7%.

Dezembro de 1974 a abril de 1975 — Para o ICV observa-se, a exemplo de junho a novembro, comportamento (exceção de janeiro de 1975) estável, porém com uma taxa de incremento mensal mais elevada. Relativamente ao IPA, verifica-se evolução semelhante, no trimestre dezembro de 1974/fevereiro de 1975, situando-se os índices de março a abril a níveis significativamente inferiores aos do trimestre em questão.

Maio a agosto de 1975 — Analisando a evolução dos índices de custo de vida e preços por atacado neste período, verifica-se o recrudescimento da pressão inflacionária. Assim sendo, o ICV apresenta-se de forma crescente, atingindo cerca de 3,44% em agosto, enquanto o IPA alcança 2,85% no mesmo mês. Configura-se, assim, o retorno da tendência de elevação dos níveis de preços.

A parte final dos estudos do governo demonstra que tal movimento dos índices decorre, basicamente, da reaceleração dos preços dos gêneros alimentícios ocorrida a partir de junho e, de forma mais acentuada, em agosto, quando o grupo alimentação chegou a representar cerca de 57,30% do total do ICV.

PAULINELLI: 150 MARAJÁS ENTRAVAM EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

agricultura

ESP-20-10-75

Para analisar a situação atual da agricultura brasileira, Paulinelli fez um histórico do desenvolvimento do setor, lembrando que até 1968 o crescimento registrado foi apenas quantitativo, sem melhorias tecnológicas. Com isso, a tendência de exportar alimentos para os países desenvolvidos teve seu fluxo invertido, e quando o problema da fome no mundo tornou-se alarmante é que os países em desenvolvi-

mento despertaram para a necessidade de racionalizar ao máximo a produção, pois os desenvolvidos passavam novamente à condição de compradores.

A crise do petróleo, no entanto, mudou novamente o panorama: os desenvolvidos apertaram o cinto exatamente nas importações de alimentos e, até hoje, continuam transferindo sua liquidez pa-

ra os países exportadores de petróleo — "150 marajás que não têm condições de absorver a produção mundial" —, criando assim um entrave às exportações brasileiras.

"No entanto — continuou o ministro — não podemos deixar que a crise sufoque nossa agricultura, que será, mais cedo ou mais tarde, o ponto forte de nossa economia. Isto porque, atualmente,

dois terços do mundo não podem porque têm a barriga vazia, e o outro terço não pode com medo dos que têm fome. Daí a preocupação do governo de estimular o setor com subsídios de toda a espécie e com o aumento de nossa capacidade de estocagem. Nossa preocupação se estende também à comercialização, pois um processo especulativo pode colocar tudo por água abaixo".

PAULINELLI: AGROPECUÁRIA É A ÚNICA SOLUÇÃO PARA A CRISE

ESP-3-10-75

O ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, criticou ontem "a inconsequência de alguns que, ainda não sentindo a repercussão da morte de quatro milhões de almas em 1974, pela fome, permanecem fazendo jogadas e manipulações econômicas altamente perigosas, que continuarão a atingir a economia mundial e, consequentemente, a economia brasileira".

Para o ministro da Agricultura "é preciso realizar uma verdadeira mobilização nacional em favor da agropecuária. É

preciso que agora, mais do que nunca, se entenda aquela expressão de que o Brasil é um País agrícola e que esta agricultura não significa apenas aquele caboclo, ou Jeca Tatu, como quiserem chamá-lo, abandonado e sem condições de produção. Não, a nossa agricultura tem que ser interpretada nos dias de hoje como uma atividade racional, econômica e empresarial".

"Há de se reconhecer — ponderou o ministro — que este homem precisa ter a remuneração justa e adequada e que não podemos temer a palavra lucro, porque é ela que mobiliza o processo competitivo, a racionalização, a busca de custos reais mais baixos, e que a agricultura não é aquela atividade pária que apenas fornece alimentos às cidades. É uma agricultura que contribuirá com o alimento para a cidade, com o dólar na balança comercial e também com a economia interna do País. Nosso objetivo é transformá-la de uma agricultura de subsisten-

cia, extensiva, em uma agricultura de mercado, intensiva e racionalizada".

Este "é o único meio — concluiu Paulinelli — capaz de neutralizar de forma definitiva os efeitos negativos de uma crise que estamos sofrendo e de uma recessão de mercado que é fatal e que será ainda mais agravada pela inconstante elevação do preço do fator de produção petróleo, do qual dependem todas as grandes nações do mundo. Neutralizaremos esses efeitos por meio da agropecuária".

PAULINELLI: INCENTIVOS PARA MULTINACIONAIS NA AGROPECUÁRIA

ESP-15 DE OUTUBRO DE 1975

Em depoimento na CPI que investiga a influência do capital estrangeiro na economia nacional, o ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, declarou ontem que considera "altamente favorável" a utilização dos incentivos fiscais pelas grandes empresas multinacionais em projetos agropecuários.

Segundo o ministro da Agricultura, a participação do capi-

tal estrangeiro no setor produtivo é quase nula, "por se tratar de atividade de acentuada incerteza, e sujeita a muitos riscos". Contudo, lembrou que a presença de multinacionais na comercialização é muito grande, ressaltando "a preocupação constante do setor público de modificar o sistema prevalecente, criando condições que permitam às empresas nacionais, particulares ou

do Estado, atuarem efetivamente no processo de comercialização".

Ao questionar o ministro sobre a utilização de incentivos fiscais pelas multinacionais, o deputado Sebastião Rodrigues, do MDB do Paraná, declarou que essas empresas estão utilizando recursos que destinariam aos cofres da União com objetivos especulativos. "Elas compram grandes áreas, mu-

tas vezes superiores a um milhão de hectares, a preços reduzidos, fazendo alguns investimentos às custas do governo e, num futuro bem próximo, essas terras estarão supervalorizadas". Na opinião do deputado, o negócio somente seria vantajoso para o País se essas empresas investissem seus lucros, ao invés de remetê-los para o Exterior.

ABRA denuncia o fracasso do PROTERRA

ESP-22 DE OUTUBRO DE 1975

Ao depor ontem, perante a CPI do Congresso que avalia a execução do Proterra, o presidente da ABRA — Associação Brasileira de Reforma Agrária, José Gomes da Silva, afirmou que o programa "acabou sendo transformado em fonte de financiamento convencional, inclusive para grandes pecuaristas", embora no início tenha sido apresentado "como um programa de redistribuição de terras".

A falta de opção política em favor de esquemas de redistribuição de terras foi considerada por José Gomes da Silva como um dos principais entraves ao sistema de reforma agrária no País. Segundo ele, os programas, decretos, leis, reformas constitucionais e até os atos institucionais têm representado concessões eventuais, "jamais corporificando-se em decisões políticas destinadas a conduzir alterações do status quo".

Considerou também a impos-

sibilidade de fazer a reforma a partir de estruturas conservadoras, afirmando que foi por isso que o presidente Castelo Branco, "para não cair na fórmula do Ministério extraordinário da reforma agrária, optou por um instituto ligado diretamente à Presidência da República". Para ele, "isso ocorreu numa época em que parecia existir prioridade e decisão política em favor da reforma; quando o assunto perdeu oportunidade, foi muito simples arquivá-lo: bastou diluir a reforma na colonização e subordiná-la a um organismo de linha, o Ministério da Agricultura".

Lembrou ainda que em 11 anos de vigência do Estatuto da Terra não foi possível assentar 10 mil famílias em novas áreas de terra própria, enquanto os dados fornecidos pela FAO, organismo das Nações Unidas, afirmavam que o Brasil precisaria instalar, durante 10 anos, entre 300 e 400 mil famílias por ano.

INCRA revela que só deu em quatro anos 75 títulos a colonos no país inteiro

JB-24-10-75

Brasília — Em quatro anos de funcionamento do Proterra, o INCRA só conseguiu dar títulos a 75 pessoas em todo o Brasil, revelou ontem o presidente da autarquia, Sr José Lourenço da Silva, ao depor na CPI da Câmara dos Deputados que investiga o Programa de Redistribuição de Terras no Norte e Nordeste do país.

Disse que o número de colonos assentados mas sem títulos é, no entanto, muito maior (469 beneficiários do programa no Ceará e 425 em Pernambuco) e reconheceu que o montante de recursos financeiros reservados ao subprograma de redistribuição de terras, a cargo do INCRA, não atingiu 7% dos recursos do Proterra.

Conterra:
mais
outra
sigla
para
mistificar
inoperância
diante da
reforma
agrária

TRIBUNA DA IMPRENSA 30-9-75

balho escravo, o cárcere privado, a Justiça feita em causa própria, o desespero às leis etc., etc. De quando em quando, a imprensa brasileira noticia fatos de fugas de trabalhadores escravos, de paus-de-arara que foram negociados com os novos escravocratas de negros e brancos, na exploração do trabalho humano.

Lembrou o deputado que há alguns anos, a imprensa brasileira acolheu a notícia de que um trabalhador nordestino havia sido ferrado no rosto, com instrumento de ferrar boi, em brasa, como castigo imposto por um latifundiário. Outros males sociais, como a prostituição, a mendicância, a miséria social, o analfabetismo, a impunidade judicial são conseqüências desse status quo que desafia os tempos e os homens públicos do nosso país.

Diante desse quadro Jarbas Vasconcelos pergunta: Que tem feito os organismos do governo? Que resta do Inera e do Proterra? Por que se extinguiu o Geran, o Grupo Executivo da Sudene encarregado de estudar e levar adiante os planos de reforma agrária na área daquela autarquia? Nada, caro jornalista, nada. Pelo contrário, os malditos dirigentes desses pomposos órgãos públicos foram premiados na vida pública. E o caso do governador Moura Cavalcanti, responsável pelo fracasso dos planos de colonização da Amazônia e aplicador do Proterra, cujos resultados são implicitamente negados pelo governo atual do presidente Geisel, a ponto de se criar a Conterra para corrigir os erros da sigla anterior. Em compensação — continua dizendo o representante emdebista —, o sr. Moura Cavalcanti, um latifundiário deslumbrado, assusta e inquieta as ruas do Recife e as cidadezinhas pacatas do interior de Pernambuco, correndo em seus automóveis de alto luxo, com dois batedores de sirenes, estridulando até não poder mais. À sua frente, como se se tratasse da passagem de alguma Majestade Imperial, em vilegiatura. Esse alamburamento do sr. Moura Cavalcanti não encobre, todavia, os seus insucessos no Inera e na aplicação do Proterra.

— Caro jornalista. Ao justificar a criação da Conterra, os técnicos da Sudene — segundo o jornal O Estado de São Paulo, edição de 4 de junho, que, em editorial magnífico, aborda o problema — alegam que nem os antigos Iora e Inda nem o atual Inera conseguiram resolver o problema fundiário do Nordeste e acrescentam que sem uma reforma agrária efetiva "de nada adiantarão (palavras dos técnicos da Sudene) os planos e projetos que já foram destinados para a região, como o Proterra, o Polonordeste, programas de irrigação, de agroindústria e tantos outros, que reúnem grandes somas de dinheiro e no final quase nenhum resultado trazem para a agricultura ou para o trabalhador rural!". As expressões que acabamos de ler, diz o parlamentar, de condenação ao Proterra e do Polonordeste, são dos técnicos da Sudene, na justificação que antecede o projeto da Conterra.

— Se o governo federal, na verdade, quisesse solucionar o problema, não haveria necessidade de criar novas siglas no dicionário das protelações. Bastaria aplicar, de imediato, o decreto-lei n. 554, de 12 de abril de 1969, que lhe permite entrar na posse da terra desapropriada em 72 horas, ou o Ato Institucional n.º 9, que manda desapropriar terra com pagamento em títulos da dívida agrária resgatáveis em 20 anos.

Para Jarbas Vasconcelos, no Brasil, a reforma agrária não tem passado de simples ensino, para divertimento do público. Um divertimento que custa caro à economia e ao desenvolvimento da nação, que se vê pela falta em seus impulsos de expansão social. Portanto — afirma o deputado —, quando se anuncia que a reforma agrária, desta vez, vai ser feita através da Conterra, os nordestinos têm razão de sobre não para desconfiar, mas para protestar contra tão rebatidas manobras de embromação

O deputado Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) — disse que, a criação pela Sudene da Companhia Nordeste de Redistribuição de Terras, a Conterra, é mais outra sigla para mistificar a inoperância dos governos diante do problema da reforma agrária naquela região do país e se dá conta que na cidade de Garanhuns, em Pernambuco, o povo está sobressaltado e o comércio quase paralisado pela ação de um Sindicato da Morte, que assassina, com a regularidade de um cronômetro, uma pessoa, toda sexta-feira, no próprio centro do município.

— Ao contrário do que se esperava — enfatizou —, nenhum governo, nem antes nem depois de 1964, levou a sério, no plano nacional, a necessidade da reforma agrária, tão debatida por todos e tão protelada por tantos. Em 1974, o famigerado Inera, sucedâneo do Inda, que, por sua vez, já era um tributário do Ibra, que, por seu turno, era o herdeiro revolucionário da Supra, publicou o primeiro volume do cadastro rural do Brasil, onde se lia que quase 80 por cento da área pesquisada, excluindo terras urbanas e devolutas, eram formadas de latifúndios, menos de 10 por cento de minifúndios e o resto de empresas rurais diversas.

Outra informação bastante grave do recenseamento encetado pelo Inera e anotado por Jarbas Vasconcelos, é que 41.171 propriedades rurais se encontravam em mãos de estrangeiros, como pessoas físicas, ocupando uma área de cinco milhões, novecentos e noventa e dois mil e quatro hectares, sendo que as propriedades rurais de pessoas jurídicas ocupavam uma área de um milhão, cento e sessenta e nove mil, quinhentos e oitenta hectares.

Trinta por cento da área dos imóveis cadastrados eram constituídos de latifúndios improdutivos, considerados tecnicamente ociosos.

Em fase dessa grave realidade, os governos se divertem criando siglas — A Supra, o Inda, o Ibra, o Inera e, agora, a Conterra, além do Proterra e do Geran, de saudosa memória.

— Nenhum deles se empenha, com rigor — adverte Jarbas Vasconcelos —, na tarefa de acabar com o latifúndio e realmente proceder à distribuição de terras entre os agricultores sem terra, livrando o país da mancha negra de uma nação dominada pelos coronéis rurais, dos Sindicatos da Morte, da capangagem política, do voto de cabresto, dos currais eleitorais, que viciam o povo e tornam esportivos certos mandatos legislativos. Ao lado disso, há outros males, também decorrentes do regime fundiário brasileiro enfiados nas mãos de poucos. Há o tra-

CNA CRITICA AS MULTINACIONAIS

ESP-24-9-75

O maior problema da agricultura brasileira ainda é o estrangulamento na fase de comercialização — e a ação das empresas multinacionais no setor contribui grandemente para agravar a situação. Foi o que disse ontem o presidente da Confederação Nacional da Agricultura, senador Flavio Brito, que está em Salvador participando do VI Encontro Regional da Agropecuária. A ação das multinacionais — explicou — deve-se muito mais à própria fragilidade do agricultor brasileiro do que a qualquer outro erro político.

O Brasil — segundo Flavio Brito — já tem condições, principalmente nos últimos anos, de policiar mais efetivamente o comportamento das multinacionais. "Embora não tenhamos estrutura para dizer que não queremos estas empresas entre nós, podemos ditar a política de exportação dos nossos produtos. Já somos suficientemente maduros e emancipados para isso". O agricultor brasileiro — continuou — deve ser fortalecido com a criação de cooperativas, para poder fazer frente às multinacionais.

Outro fator, apontado como "um grande problema da nossa agricultura" pelo senador Flavio Brito, é a incapacidade de o mercado interno brasileiro pagar bons preços pelos produtos agrícolas. Para o presidente da Confederação Nacional da Agricultura, oferecer incentivos somente ao produtor não resolve nosso problema. Se não houver ampliação do mercado interno, a solução será sempre exportar. Mas enfrentando a concorrência dos países africanos e tendo que bai-

xar preços para vender ao Mercado Comum Europeu.

O senador apontou duas medidas para se conseguir a ampliação do mercado interno. Melhor distribuição de renda e uma reformulação completa da política salarial vigente para que o valor real do salário aumente o consumo numa faixa maior da população.

Nos últimos meses — revelou Flavio Brito — nada menos que 2,8 milhões de trabalhadores rurais perderam os empregos por causa das geadas de julho. Ele acompanhou o ministro do Trabalho em visitas às regiões mais atingidas e viu o titular do Ministério, Arnaldo Prieto, muito preocupado, principalmente com o desemprego dos bóias frias. E a situação tende a piorar — acrescentou o senador. A lavoura cafeeira do Sul do país está sendo progressivamente substituída pelo trigo e pela soja — culturas que exigem no máximo um terço da mão-de-obra que trabalha no café.

O presidente da Confederação Nacional da Agricultura disse que só pode apoiar a orientação do Instituto Brasileiro do Café, que pretende descentralizar a cafeicultura do Sul do país e levá-la para outros Estados. O governo — esclareceu — não proibiu São Paulo, Paraná e Mato Grosso de plantar café. Mas não pode continuar a enterrar dinheiro em regiões sujeitas a acidentes como as geadas, quando existem áreas tecnicamente melhores para o cultivo do café. Se não for assim — concluiu o senador Flavio Brito — alguém terá que pagar, sempre que houver geada. E esse alguém será sempre o consumidor.

FORMADA GRANDE EMPRESA PARA EXPLORAR AMAZONIA

ESP-27-9-75

O segundo maior empreendimento agropastoril e industrial da Amazonia pode surgir da associação de alguns dos mais poderosos grupos empresariais do país para explorar os recursos naturais existentes numa rica área ao Sul do Pará. A Companhia Agropastoril Rio Dourado, pertencente a grupos nacionais, estuda uma associação com o Frigorífico Atlas (alemão) e a Companhia Agropecuária Rio Cristalino (Volks-wagen) para a instalação de um grande frigorífico às margens do rio Araguaia, capaz de absorver toda a oferta das fazendas instaladas no Sul do Pará se associar a um grupo finlandês para formar uma empresa madeireira, que a princípio produziria dormentes e postes. E já requereu 26 pedidos de pesquisa mineral para verificar a viabilidade de exploração de cassiterita, prata, manganês, carvão e cobre.

Poderá surgir assim o mais complexo projeto de explora-

ção econômica da Amazonia se as associações em estudo pela Rio Dourado forem feitas. A Companhia Agropastoril do Rio Dourado, criada no fim do ano passado e com projeto já encaminhado à Sudam para receber recursos dos incentivos fiscais, pertence a quatro dos mais importantes grupos empresariais nacionais: Sul Americana, Atlântica Boa Vista, Peixoto de Castro (cada um com 30 por cento do controle acionário) e Bradesco (com 10 por cento).

Eles compraram 170 mil hectares de terras às margens do rio Fresco, um afluente do Xingu, ao Sul do Pará, numa das áreas mais ricas e disputadas do Estado. Aí o solo possui alta fertilidade natural, a floresta é rica em espécies madeireiras comercializáveis e o subsolo é um dos mais promissores do país: já foram encontrados indícios de muitos minérios, entre eles carvão, cobre, manganês, ferro, prata, platina e

cassiterita.

A Rio Dourado deverá desenvolver nessa área um conjunto de empreendimentos. O primeiro deles é pecuario, para formação de um rebanho de 70 mil cabeças numa área de 95 mil hectares, com um investimento de 198 milhões de cruzeiros. Até janeiro o grupo deverá encaminhar a Sudam o projeto para a instalação de um frigorífico com capacidade final para o abate de 700 animais, exigindo um rebanho de 1,2 milhão de cabeças.

Para esse projeto, a Rio Dourado se associará ao frigorífico alemão Atlas e à Volkswagen. Juntos, os três grupos possuem quase 500 mil hectares de terras na Amazonia. O frigorífico absorveria toda a oferta de animais do Sul do Pará, Norte de Mato Grosso e Goiás, produzindo carne enlatada ("corned beef") principalmente para

exportação. O escoamento da produção será feito por rodovia através de Belém. O frigorífico exigirá um investimento de 300 milhões de cruzeiros.

Até dezembro, a Rio Dourado espera apresentar também um projeto de reflorestamento e beneficiamento de madeira, em associação com uma empresa finlandesa, explorando os maciços florestais existentes no rio Fresco. E se as pesquisas, já solicitadas, derem bons resultados, a Rio Dourado constituirá uma empresa de mineração em associação com grupos estrangeiros, para explorar as riquezas minerais indicadas na área. Com todos esses projetos, surgirá o segundo maior empreendimento totalmente privado da Amazonia, logo após o do norte-americano Daniel Ludwig, que está sendo implantado no vale do rio Jari, ao Norte do Pará.

ARTIGOS BASICOS: CAEM PREÇOS NO EXTERIOR E SOBEM NO PAIS

ESP-22-10-75

A evolução dos preços dos produtos agrícolas no mercado interno (verificaram-se altas superiores a 100%) está coincidindo com a queda das cotações dos principais produtos de exportação no mercado internacional (o óleo de soja caiu 48,5%), conforme indica a análise do comportamento dos preços a nível de atacado, na semana de 13 a 17 de outubro, em relação aos praticados no mesmo período do ano passado.

No Rio, a farinha de mandioca (crua fina) subiu 182,4% e, em São Paulo, o feijão experimentou um incremento de 116%, enquanto o óleo de soja sofreu uma redução de 48,5% e a soja em grãos de 38,6%, na Bolsa de Chicago, no mesmo período. O aumento do arroz a nível de atacado foi contido pelo tabelamento, mas, comparando-se setembro de 1975 a setembro de 1974, verificam-se elevações de até 60,8% (caso do arroz amarelo do Sul).

Os vários tipos de feijão permanecem em alta, sendo que o tipo preto comum foi o que sofreu menores elevações (17,7% no Rio e 7,7% em São Paulo). O milho também sofreu altas, a maior das quais incidiu sobre o tipo amarelo mesclado (51-5%).

Em relação ao mesmo período do ano passado, foi esta a evolução dos preços dos produtos agrícolas na semana de 13 a 17 de outubro: em São Paulo: feijão preto comum, 7,7%; feijão jalo, 116%; feijão rosinha, 116,7%; feijão uberabinha, 29,5%. No Rio: feijão preto comum, 17,7%; e feijão mulatinho, 98,2%.

Os preços do milho tiveram este comportamento: em São Paulo: milho amarelo mesclado, 40,6%; milho amarelo híbrido, 39,7%. No Rio: amarelo

mesclado, 51,5%; híbrido, ... 49,7%. A farinha de mandioca (crua fina) subiu 182,4%, também no Rio.

O algodão paulista tipo 5 subiu 28,7% em São Paulo; o Goiás tipo 5, 26,5%; Nordeste tipos 3 e 4, 35%. O amendoim descascado e catado teve um incremento de 13,3%, mas o industrial sofreu queda de 21,1%. O amendoim descascado e catado, no Rio, subiu ... 30,6%.

O óleo de amendoim manteve-se estável em São Paulo, mas subiu 4,2% no Rio; o óleo de algodão subiu 3,3% em São Paulo e 2,4% no Rio; o óleo de milho, 44,1% em São Paulo e 16,3% no Rio; e óleo de soja, respectivamente 6,3% e 6,2%.

No mercado internacional, os óleos de algodão, milho e soja sofreram redução de preços, comparando-se as cotações vigentes entre 13 e 17 de outubro com as do mesmo período do ano passado. Em Nova York, o óleo de algodão caiu 34,2%; óleo de amendoim, ... 19,4%; óleo de milho, 29,1%; e óleo de soja, 39,8%. Na Bolsa de Chicago, o óleo de soja sofreu uma redução de 48,5%, a soja em grão de ... 38,6% e o farelo de soja de 19,8%.

A comparação das cotações médias de setembro com as vigentes na semana de 13 a 17 de outubro indica que se mantém a tendência de queda no mercado internacional. Em Nova York, o óleo de algodão caiu de 804 para 726 dólares por tonelada; o óleo de amendoim, de 1.086 dólares para 957; óleo de milho, de 765 para 759 dólares; óleo de soja, de 671 para 606 dólares. Em Chicago, o óleo de soja caiu de 525 para 468 dólares por tonelada; o farelo de soja de 155 para 154 dólares; e a soja em grãos de 209 para 196 dólares por tonelada.

NO CENTRO-SUL AGRICULTURA CRESCERÁ SÓ 3,1%

ESP-35-10-75

O setor agrícola da região Centro-Sul (responsável por aproximadamente 75% da produção nacional) experimentou um crescimento real, em valor de 3,1%, na safra 1974-75, conforme dados preliminares divulgados ontem pelo Instituto de Economia Agrícola da Secretaria da Agricultura de São Paulo. Em termos exclusivamente físicos, os dados do IEA indicam um incremento inferior a 2%.

O caráter preliminar do levantamento é ressaltado pelos especialistas do Instituto de Economia Agrícola, os quais afirmam que, além das dificuldades na obtenção de estatísticas de produção e preço, o valor anual da produção agrícola é sempre influenciado pelo nível de preço de produtos cuja comercialização ultrapassa o período em análise. E o caso do café, cuja safra está em grande parte em poder dos produtores (estima-se que apenas 20% da produção paulista foram comercializados), e que

pode conduzir a uma taxa real superior à obtida.

Entretanto, os fatores que podem influir negativamente aparentemente têm mais peso que o café: é o caso da taxa de inflação, cuja evolução determinará menor crescimento real do valor da produção (o deflator utilizado pelo IEA teve por base a taxa de 25%); e do trigo, que sofreu uma queda substancial ainda não totalmente dimensionada.

O valor bruto da produção é estimado em Cr\$ 99.444.026 mil, o qual, deflacionado, representa Cr\$ 79.555.221 mil, em cruzeiros de 1974. (O valor da produção da safra 1973-74 foi de Cr\$ 77.158.721 mil). Para esse valor, o Estado de São Paulo contribuiu com 24,5%; Paraná com 21,2%; Rio Grande do Sul, 19,6%; Minas Gerais, 16,4%; Santa Catarina, 6%; Goiás, 5,1%; Mato Grosso, 3,8%; Rio de Janeiro, 1,8%; e Espírito Santo, com 1,7%. Os produtos mais importantes na composição da renda global da agricultura na região são a soja, com 13,5%, carne bovina (12,5%), leite (11,6%), café (11,6%), arroz (10,9%) e milho (10,8%). Juntos, esses produtos representam 71% do valor da produção.

CRISE E DESEMPREGO NO SUL DO PAIS

VEJA, 8 DE OUTUBRO, 1975

Embora ressaltando que "nunca fomos acionistas da indústria da geada", o secretário paranaense Paulo Carneiro Ribeiro foi quem deu o depoimento mais dramático do encontro que reuniu, quinta-feira passada, em Porto Alegre, os secretários da Agricultura do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Bahia com o ministro da Agricultura Alysso Paulinelli e toda sua equipe. Sua má notícia: os levantamentos feitos em torno dos prejuízos das geadas "confirmam as primeiras informações de caráter extremamente preocupador" — a safra de café do próximo ano está totalmente perdida e as posteriores duramente afetadas; 58% da área plantada de trigo e cerca de 50% da safra de cana foram danificados; e a totalidade das pastagens, queimada pelo frio. O mais grave de tudo isso, segundo Ribeiro, são as consequências sociais. A erradicação dos cafezais afetará de forma drástica a estrutura do emprego rural, provocando a dispensa completa de 250.000 "bóias-frias", que já são na realidade uma espécie de marginais da economia agrícola, pois trabalham como avulsos onde há trabalho.

militares

FRITZ MANSO: bases da estratégia

ESP-19 DE OUTUBRO DE 1975

"Atendendo ao convite de Vossas Excelências, aqui estou, senhor presidente e senhores deputados da Comissão de Relações Exteriores, por determinação do ministro do Exército, e, na qualidade de chefe do Estado-Maior do Exército, para falar sobre o "Quadro Militar Contemporâneo", no "Painel de Assuntos Internacionais", promovido por esta Comissão.

SÍNTESE DA EVOLUÇÃO MILITAR DEPOIS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Dois fatos essenciais caracterizaram a evolução militar depois da Segunda Guerra Mundial: o nuclear e o ideológico.

Esses dois fatos haveriam de marcar o comportamento das duas maiores potências vencedoras. A União Soviética emergiu do Dia da Vitória suficientemente poderosa para expandir sua ideologia. Enquanto os Estados Unidos foram os únicos a possuir a arma nuclear, depositaram nela uma ilimitada confiança e, perdido o monopólio, acharam que tudo se resumia em possuir mais bombas atômicas que o rival.

A estratégia do aniquilamento, de que Hiroshima e Nagasaki haviam sido o coroamento, seguiu-se a estratégia da dissuasão que, em verdade, abriu caminho ao imobilismo estratégico e à surpresa da Guerra da Coreia, a que se seguiram tantos conflitos limitados.

O poder nuclear, provocando extraordinária reorganização dos meios e processos de combate, gerou o equilíbrio do terror que, eliminando ou adiando a grande guerra, trouxe todos os tipos de guerras menores: a guerra limitada, a guerra localizada, e, acima de tudo, a guerra permanente, a mini-guerra, a guerrilha.

Era sábia a ironia de Rudyard Kipling: "a arma não vale pelo seu tamanho, mas pela possibilidade de ser usada". Enquanto o infinitamente grande da energia nuclear impunha a perplexidade, a paralisia e a defensiva, o infinitamente pequeno da guerrilha assegurava a iniciativa de todas as partes a quem quisesse assumi-la, porque abdicar do emprego da força é transigir em circunstâncias que podem ser evitadas apenas pela violência, e dar o controle da situação a quem estiver disposto a empregá-la.

O crescimento do clube atômico; o fim da bipolaridade das duas superpotências, tendendo para aquilo que se convencionou chamar de pentagrama; o apogeu e a decadência da "retaliação málica" e da "resposta flexível", a política de "détente" e o surto de um novo isolacionismo americano; o uso do poder militar como parte de um processo de barganha política; a revolução tecnológica que vai tornando a guerra, cada vez mais, uma luta de

cerebros, contribuindo também para que o comércio de armas altamente sofisticadas e flexíveis seja um dos itens principais da pauta de exportações de vários países; e, como fundo de cena permanente, a violência levada a domicílio, pelo terrorismo e pela guerrilha — são os passos mais recentes da evolução do quadro militar mundial nestes trinta anos de depois de Segunda Guerra Mundial.

CONCEITUAÇÃO, TIPOS E FORMAS DE GUERRA

Feito esse rápido retrospecto da evolução do quadro militar a partir de 1945, cumpre-nos fazer uma reflexão sobre as características da guerra contemporânea.

Longe estamos daquela guerra tradicional, caracterizada por ser declarada, por ser externa e entre estados, por ser reconhecida por organismos internacionais, e por utilizar, em princípio, a plena capacidade de forças militares.

Há, diante do problema, duas posições: para os comunistas, o mundo está em guerra, a despeito da coexistência pacífica; para os democratas, o mundo passa por sucessivas crises, enfrentadas por meios diplomáticos, por ações preventivas, por medidas conjuntas de segurança e, até mesmo, por episódicas aplicações do poder militar. A quase totalidade dos democratas repugna aceitar a tese de alguns, de que já está em curso uma Terceira Grande Guerra Mundial, toda especial e particularmente lucrativa para os que admitem a teoria da guerra global e permanente.

A concepção comunista de guerra, de acordo com Lenine, e inspirada em Clausewitz, difere fundamentalmente da ocidental, porque, para Lenine, "a paz é a continuação da guerra por outros meios", "a guerra deve ser tratada com um todo", e "a paz e a guerra são apenas dois aspectos de uma mesma luta permanente e necessária".

Confirmando essa concepção de guerra permanente e universal, subversiva e psicológica, aqui está algumas afirmações de teóricos comunistas da coexistência pacífica. Disse Kruschév, em janeiro de 1961: "A política de coexistência pacífica, em relação ao seu conteúdo social, é uma forma de intensa luta ideológica do proletariado contra as forças agressivas do imperialismo".

Em conferência realizada na ESG, em 1961, o general Castelo Branco esboçou uma classificação dos tipos e formas de guerra, dizendo, preliminarmente, que "o tipo de guerra assenta predominantemente na política, no espaço geográfico envolvido e no vulto dos meios empregados", enquanto "as formas de guerra são caracterizadas, sobretudo, pela natureza dos meios empregados e,

decorrentemente, pela forma que as operações tomam".

Segundo o grande estadista e chefe militar, teríamos os seguintes tipos de guerra.

Tipos de guerra quanto ao vulto dos elementos empregados:

- Guerra total;
- Guerra limitada;
- Tipos de guerra quanto ao condicionamento político;
- Guerra declarada (clássica);

— Guerra não declarada, revolucionária ou insurrecional. Tipos de guerra quanto a condicionamento espacial-geográfico:

- Guerra global ou mundial;
- Guerra terrestre, aérea e marítima;
- Guerra limitada ou localizada?

Tipo	Guerra Contemporânea		Arma Decisiva
	Forma	Objetivo Fundamental	
Total	Nuclear	Conquista ou Território	Força Militar
	Convencional		
ou Limitada	Revolucionária	Conquista das Mentas	Agressão Psicológica

Os pensadores soviéticos admitem três tipos de guerras:

— Guerras de "libertação nacional";

— Guerras limitadas;

— Guerras ilimitadas ou generalizadas.

As primeiras são sempre consideradas justas e merecedoras de apoio material ou, no mínimo, de sólidos apoios moral, político e psicológico, constituindo aquilo que se convencionou chamar de "estratégia de ação indireta", na qual, sem correr grandes riscos e sem sofrer maiores ônus, eles conseguem infligir imenso desgaste aos seus reais oponentes.

ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA COLETIVA

Generalidades

Reunidos em torno de potências dominantes e por um imperativo de defesa associativa, os países de todas as partes do mundo, principalmente, no último quarto de século, estabeleceram uma série de alianças e tratados, dentre os quais se destacam:

— O Tratado do Atlântico Norte (OTAN);

— o Pacto de Varsóvia (PV);

— o Tratado do Centro

(CENTO);

— o Tratado do Sudeste Asiático (SEATO).

A estes, devem juntar-se, ainda que apresentem características um tanto diversas e nem sempre bem definidas:

— Liga Árabe;

— a Organização para a Libertação da Palestina;

— a Organização da Unidade Africana (OUA);

— os Pactos Regionais Franceses;

— o Anzus e o Anxuk;

— a Organização dos Estados Americanos (OEA-TIAR)

Formas de guerra quanto às características das armas empregadas:

— Guerra nuclear;

— Guerra não nuclear ou convencional;

Formas de guerra quanto ao emprego das armas nucleares, no quadro estratégico ou tático:

— Guerra total ou geral;

— Guerra limitada.

Formas de guerra quanto ao emprego de armas especiais:

— Guerra química;

— Guerra biológica;

— Guerra radiológica;

— Guerra psicológica;

— Guerras econômicas.

Esquematisando as idéias poderemos ter, então, este quadro dos principais tipos e formas de guerra contemporânea:

SEGURANÇA COLETIVA NA AMÉRICA

Dentro do sistema interamericano não existe, fundamentalmente, um sistema militar.

A carta da OEA, instrumento básico de nossa comunidade, consagra os princípios da solidariedade continental e da legítima defesa coletiva, contém alguns artigos que admitem implicações de caráter militar, prevê uma Comissão Consultiva de Defesa (CCD), integrada pelas mais altas autoridades militares dos Estados Americanos, para aconselhar, quando convocada, a respeito de problemas de colaboração militar — mas nunca chegou sequer a ser convocada.

O órgão que realmente vem tratando do planejamento militar e a Junta Inter-Americana de Defesa (JID). Nascida sob o signo da temporariedade, em consequência da Resolução XXXIX da 3.ª Reunião de Consulta, realizada, em 1942, sob a emoção do ataque japonês a Pearl Harbour, até hoje cumpre essa missão, embora não tenha sido institucionalizada quando da criação da Organização dos Estados Americanos, apenas se dispoñdo que a JID continuará atuando como órgão de preparação para a defesa coletiva contra a agressão, até que os governos americanos, por maioria de dois terços, resolvam dar por encerrados os seus trabalhos.

Assim, a JID, que funciona em Washington e tem representantes militares de todos os países-membros da OEA, vem sendo, há mais de trinta anos, a própria comunidade americana no plano militar, acrescida e reforçada pela ação de

outros tantos organismos, igualmente de fato, e não de direito, como o Colegio Interamericano de Defesa e as várias conferências militares, de chefes de exércitos, navais, aéreas, de informações e de comunicações.

Procurando valorizar o real papel da JID poderemos dizer que um organismo internacional em que podem ter representação todos os países integrante da OEA, destinado a efetuar o planejamento estratégico militar, de forma a sugerir recomendações aos governos americanos para a preparação da legítima defesa do continente americano contra a agressão, assegurando a cada um deles o direito de decidir sobre essas recomendações.

Cumpre notar, ainda, que o sistema norte-americano não dispõe de um pacto militar, de um comando conjunto e, muito menos, de uma força organizada, a maneira da OTAN, do Pacto de Varsóvia ou do ANZUK. O Tratado Internacional de Assistência Recíproca (TIAR), assinado em 1947, por todos os signatários do Ato de Chapultepec, à exceção de Equador e Nicarágua, depois abandonado por Cuba, não constitui, propriamente, um pacto militar, não está ajustado às atuais ameaças, nem determina qualquer forma de cooperação militar ou sistema de força armada sob comando coletivo, limitando-se a determinar a solução pacífica para as disputas entre os signatários e a estipular medidas para a defesa coletiva, em favor de qualquer membro sujeito a ataque externo.

Em julho de 1975, na Costa Rica, foi realizada a conferência de plenipotenciários para a reforma do TIAR, alterando-se a redação de vários artigos, sendo de destacar-se a condenação formal da guerra, a definição do termo "agressão" e a declaração de que, "para a manutenção da paz e da segurança no continente, deve-se garantir também a segurança econômica coletiva para o desenvolvimento dos Estados membros da OEA, mediante mecanismos adequados que serão estabelecidos num tratado especial".

É fora de dúvida que, apesar do respeitável trabalho realizado pela JID, a comunidade americana não dispõe de um planejamento real de nossa defesa comum. Não é culpa sua, mas o fato é que faltam as estruturas adequadas para empreendê-lo. A história aponta que o planejamento militar de uma coalizão só se afirma e prospera na necessidade e no perigo.

ASPECTOS DO QUADRO MILITAR BRASILEIRO

Limitar-me-ei a considerar somente o Exército e a, praticamente, citar alguns trechos da conferência do ministro do Exército, feita na EG, neste ano.

"A Revolução de março de 1964 vem representando para todos os setores da vida nacional intensa transformação de

mentalidade, de processos e de estruturas".

"Também o Exército vem sofrendo a grande transformação. Habitados de longa data, a adaptar as organizações militares de outros países às condições brasileiras, sem poder, no entanto, acompanhar a rápida evolução da tecnologia militar, o Exército Brasileiro compreendeu, afinal, que cumprira melhor as suas finalidades ao adotar soluções próprias — exequíveis, coerentes e graduais — para a satisfação de suas necessidades e ao iniciar o processo de criação de sua própria tecnologia".

"A nova dimensão do Brasil, geradora de outros antagonismos e incompreensões, claramente caracterizada pelo infundado temor a um inadmissível imperialismo brasileiro, e, agora mesmo, pela celeuma internacional provocada pela negociação de acordos na área da energia nuclear, motivou e estimulou a vocação profissional dos quadros do Exército, que vem perseguindo o objetivo de manter forças organizadas, instruídas e equipadas para pronto emprego, preparar reservas e planejar a mobilização, coerente com as peculiaridades dos possíveis ambientes operacionais, as limitações dos nossos recursos e as peculiaridades de nossa gente".

"Repito que tem sido intensa a atividade do Exército, no campo da segurança interna, como resposta ao desafio imposto pela guerra revolucionária".

Reafirmo que a nação muito deve à sua força terrestre na manutenção intransigente da ordem e da tranquilidade pública. Não têm preço as sabotagens que foram evitadas, as paralisações não consumadas de setores vitais de nossa economia, os atentados e sequestros impedidos, a baderna que não foi feita, o caos que não foi plantado — tudo porque o Exército cumpriu e cumpre, duramente, o seu dever".

"O Exército Brasileiro não está dimensionado coerentemente com as proporções nacionais, consideradas em sua extensão territorial, em seu continente humano, e em sua posição no mundo".

Na tentativa de oferecer uma super-síntese, e já agora, não mais citando o ministro Sylvio Frota, direi que nossa força terrestre compreende 182.000 homens, dispostos por 17 brigadas, de vários tipos — de Infantaria, de Infantaria Motorizada, de Infantaria Blindada, de Infantaria de Selva, de Cavalaria Mecanizada e de Cavalaria Blindada — além de 5 grupos. Exército em franco processo de reequipamento e de modernização, ao lado da Marinha e da Aeronáutica, também profundamente empenhadas em sua renovação, aptas a proporcionar aquele mínimo de segurança compatível com o máximo de desenvolvimento. Poder-se-ia dizer que são três as estratégias militares brasileiras: na ordem interna, a estratégia da presença; na or-

dem externa, a estratégia das alianças (ou das coalizões); e a estratégia de ação independente.

A estratégia da presença é aquela que impulsiona as forças armadas a estarem presentes, em qualquer parte do território nacional, para prevenir ou repelir ameaças à nossa segurança interna. Exige uma articulação de forças flexíveis e móveis, que permita a oportuna concentração de meios.

A estratégia das alianças impõe as tarefas de acompanhamento das doutrinas militares dos principais focos de poder do mundo ocidental, a instrução dos quadros, bem co-

mo a existência de efetivos mínimos, capacitados a, em curto prazo, a nos representarem nas coalizões a que nos leve a defesa de nossos interesses, no espaço considerado de nossa projeção.

A estratégia de ação independente impõe: guardar e manter a inviolabilidade da fronteira e da orla marítima; estar em condições de antecipar-nos, no tempo e no espaço, contra o provável invasor, quando isso for caracterizado pelo amparo legal da legítima defesa, e, em qualquer caso, defender aquelas fronteiras, repelindo o inimigo e assegurando a nossa integridade territorial.

SEGURANÇA NA AMÉRICA É TEMA DE 15 EXERCITOS ESP 19-10-75

MONTEVIDÉU — Militares de 15 países participaram da 11.ª Conferência dos Exércitos Americanos, que abrirá seus trabalhos amanhã, em Montevidéu, protegida por um rigoroso esquema de segurança. A reunião é sigilosa, mas boas fontes militares indicaram que o tema básico é a segurança do continente, o que inclui: o novo papel das Forças Armadas no desenvolvimento nacional; a união de esforços contra o comunismo e a guerrilha; um novo método para atacar "as reais causas da subversão". e

a formação democrática da juventude

O Brasil participará da reunião, com Estados Unidos, Argentina, Venezuela, Colômbia, Uruguai, Chile, Peru, Paraguai, Bolívia, Equador, Panamá, El Salvador, Honduras e Nicarágua. Os observadores notam a ausência do Exército do México, um dos três principais países latino-americanos. Segundo informam as agências de notícias, o Exército mexicano isolou-se dos demais, por causa de divergências em relação às tarefas imediatas das Forças Armadas.

FRITZ MANSO: perigo de desagregar

ESP - 25 - 10 - 75

ASPECTOS MILITARES A MISSÃO DO EXERCITO

Queremos focalizar as tendências que visam a abalar os alicerces das instituições armadas em alguns países ocidentais. A negação do papel das Forças Armadas como instituições nacionais permanentes, a investida contra o perigo militar, a clara contestação aos quadros e serviços de Estado-Maior, bem como a tentativa de ruptura dos padrões de disciplina e hierarquia são alguns aspectos inquietantes dessas tendências internacionais.

O que hoje é apenas perplexidade, começa a ser realidade em outras partes: as assembleias e sindicatos militares, as decisões coletivas e as promoções pelo voto dos companheiros, a extravagante rebeldia contra os uniformes, o desaprumo e o desasseio intencionais, o descumprimento das ordens, o alijamento das lideranças profissionais e, afinal, o evidente estado de espírito de fazer explodir, por dentro, as estruturas capazes de garantir a lei e a ordem nas nações democráticas, assim imobilizando-as em face da expansão do totalitarismo antidemocrático.

Se é certo que a explosão demográfica, a nova revolução industrial e o extraordinário desen-

volvimento das comunicações — que põem o mundo de agora na mochila do soldado por meio do rádio ou do televisor miniaturizado — se suas consequências em termos de extrema liberalização dos costumes e, ate mesmo, de clara rebeldia contra a autoridade e as instituições, teriam de influir sobre as Forças Armadas porque já influem sobre a sociedade como um todo, o fato é que a aceleração do processo deve-se a causas profundas, como a propositada sensação de inutilidade do soldado profissional.

A sustentação da solidez de nosso espírito militar, a consequência de nosso papel na sociedade, a convicção de que somos parcela indispensável da ascensão de países em plena construção, total consagração à profissão militar, o constante aperfeiçoamento profissional, revigoramento de nossas convicções democráticas, o exemplo de nossa simplicidade, de nossa austeridade e de nossa fidelidade ao povo, o respeito ao chefe, à disciplina e à hierarquia, o desenvolvimento de um espírito de renovação, igualmente atento aos valores imutáveis e ao que deve mudar, por inadequado ao nosso tempo, são alguns dos anticorpos que o nosso organismo deve sempre produzir para imunizar-se contra tudo aquilo

lo que possa vir a ser nocivo à preparação do Exército para o cumprimento de sua missão.

Outro ponto a considerar, com a maior atenção, é o cuidado que se deve ter no recrutamento e na formação do pessoal temporário, de sargento para cima, e na adequada dosagem de pessoal da ativa e da reserva, nas unidades operacionais, como é o caso do nosso Exército, que tem o oficial e o sargento temporário — e que não é de carreira.

Na crise portuguesa, muito há a debrutar a falhas do quadro de oficiais de Estado-Maior, que se tornou elitista e discriminatório, cheio de vícios e privilégios, cavando um imenso fosso entre os diplomados e os não diplomados.

Os oficiais de Estado-Maior somos aqueles que não podem sentir-se frustrados diante de questionáveis impossibilidades de realização, somos os que não se intranquilizam, os que não perdem a esperança e os que não se desesperam, porque formados para a análise fria e metódica dos fatos, para a superação dos antagonismos, das ameaças e dos perigos, para o jogo das alternativas, para o encontro racional dos caminhos, durante momentos possíveis.

E, posto que a guerra é essencialmente a arte de fazer, tem ainda o oficial de Estado-Maior a obsessão do realismo e da objetividade.

A tropa é a razão de ser do Exército, instrumento essencial de que depende o cumprimento da missão. Ainda quando não venha a ser empregada, atua por seu valor preventivo, potencial e catalítico. Quanto mais disciplinada e tranquila, quanto mais rápida e eficiente no cumprir qualquer tarefa, mais solidária com as grandes motivações nacionais, tanto mais respeitada e querida.

Como a tropa reflete o comando, o oficial de Estado-Maior não se distancia e não se encastela. Seu lugar é a planície, sua atitude é a solidariedade, a naturalidade, a cooperação e a simplicidade.

Alguns aspectos sociais, econômicos e políticos são importantes e merecem destaque.

ASPECTOS SOCIAIS

Para o movimento comunista, os setores sociais prioritários têm sido, em quase todos os países, o estudantil, o trabalhista, o religioso. A eles se junta, agora, o setor militar com uma inusitada importância.

Minhas reflexões sobre como imunizar-nos contra o vírus da desagregação militar aqui se situam nos aspectos de convivência e de cooperação com a comunidade. Aspecto de extraordinária importância é a busca incessante da coesão das Forças Armadas entre si e das forças auxiliares. As rivalidades entre as forças de terra, mar e ar encon-

tram-se, muitas vezes, na reza dos principais problemas institucionais.

O espírito de corpo é uma força estimuladora do espírito militar, mas seus excessos podem levar também a desagregação, pela harmonia e pelo respeito mútuo, sem excessos, sem liberalidades demagógicas que subvertem a disciplina e comprometem o exercício da autoridade.

ASPECTOS ECONÔMICOS

Situa o problema da desagregação das Forças Armadas em seus dois aspectos extremos: Forças Armadas mal pagas ou a possível excessão das Forças Armadas pagas a peso de ouro, constituindo uma casta de privilegiados. Não sei dizer qual dos dois excessos leva mais diretamente à destruição da força militar.

Se, de um lado, uma casta militar regulamentada paga, leva à segregação e ao ódio do povo, comprometendo, portanto, a integração, é preciso convir que o processo de miserabilização dos soldados profissionais torna a força vulnerável ao fermento de todas as frustrações, pronta a atender ao primeiro chamado dos aventureiros.

Os aliciadores do apoio militar às causas impuras estão sempre atentos às dificuldades financeiras do militar e sua família.

ASPECTOS POLÍTICOS

As Forças Armadas poderão ter uma função política, à maneira de

um poder moderador. Mas, admitindo-se que isso realmente possa suceder por contingências particulares do País, essa função política deve ser exercida de forma institucional, e não pessoal, pelas forças da união e da coesão. Qualquer veleidade de liderança pessoal, sobretudo, fora de hierarquia, é caminho certo para que se plante a baderna e o caos, porque a ambição gera novas ambições em todos os níveis hierárquicos.

CONCLUSÕES

Considerando que o exemplo da desagregação militar portuguesa, que estarrece o mundo, é fato novo para a Conferência de Exércitos Americanos, porque é posterior à última, realizada em Caracas, deixo, à reflexão dos eminentes chefes aqui presentes, a minha certeza de que o movimento comunista internacional tudo fará por repetir o sucesso que ali conseguiu.

Cumpre-nos, de nossa parte, analisar nossas próprias deficiências, distorções, carências e omissões, para que o instrumento de maior valimento para defesa da democracia e da liberdade não se transforme na arma de sua própria eliminação.

A conquista da confiança do povo é fundamental para todos os exércitos que só podem alcançá-la pela capacidade com que cumprem suas missões, ajudando a construir a paz para o progresso.

política externa

ESP-23-9-75

NOVA YORK — É a seguinte a íntegra do discurso pronunciado pelo chanceler Azeredo da Silveira, abrindo os debates da XXX sessão ordinária da Assembleia Geral da ONU.

No decorrer da VII sessão especial tive a oportunidade de expor a posição do Brasil no tocante ao estado presente e às perspectivas futuras das relações econômicas internacionais. Enquanto prevalece uma estrutura normativa razoavelmente eficaz nas relações econômicas entre países industrializados um virtual *laissez-faire* ainda predomina nas relações entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Para essa assimetria, contribuiu primordialmente o fato de que, até recentemente, as recessões originavam-se no centro do sistema econômico mundial, isto é, nos países industrializados, propagando-se em direção à periferia, isto é, aos países em desenvolvimento.

SILVEIRA PROPÕE ACORDO COMERCIAL NA ONU

Nesta ótica, entendia-se que as crises, podiam ser debeladas mediante uma regulamentação anticíclica no âmbito nacional dos países mais desenvolvidos, complementada por acordos comerciais e monetários entre esses países. Ainda segundo esse raciocínio, haveria uma solidariedade objetiva de interesses entre o centro e a periferia. Esta, sendo a primeira a ressentir-se das repercussões da crise, se beneficiaria, por outro lado, da retomada da expansão das trocas entre as nações industrializadas.

A crise atual do sistema econômico mundial discrepou grandemente desse modelo. Desta vez, a periferia, em vez de sofrer passivamente os efeitos da crise, também originou pressões de natureza recessiva. Desvendou-se com clareza o potencial desestabilizador da divisão internacional de trabalho vigente e os riscos da atual estrutura das relações econômi-

cas norte-sul. Hoje, já é impossível deixar de reconhecer a necessidade de que se estendam as relações entre países industrializados e países em desenvolvimento a estrutura normativa limitada até agora ao segmento industrializado do mundo.

Foi à luz destas reflexões que a delegação do Brasil propôs na VII sessão especial a negociação de um acordo geral sobre comércio entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, que proporcionasse uma matriz político-jurídica para negociações específicas. Um tal acordo geral não se apresentaria como um substitutivo dos acordos gerais vigentes nem visaria ao afastamento dos foros e mecanismos existentes. Procuraria, sim, preencher as lacunas por eles deixadas e corrigir as distorções resultantes de uma visão centrada nos países desenvolvidos.

Um acordo geral do tipo do que propomos seria a antítese disso. Estaria estruturado com o objetivo de eficiência operacional e atacaria os problemas de comércio internacional de forma direta e no seu cerne. Para os países em desenvolvimento, trata-se de reconhecer-lhes o direito ao acesso aos mercados dos países desenvolvidos para os seus produtos de exportação não só primários como também, e de forma crescente, para os seus produtos manufaturados. Trata-se, também, de reconhecer-lhes o direito de acesso ao mercado de bens que realmente sejam indispensáveis ao processo de desenvolvimento, sejam eles materiais ou culturais. Para os países desenvolvidos, trata-se de reconhecer-lhes, reciprocamente, o direito a garantias de suprimento de matérias-primas, dentro de condições equânimes de preço, em contrapartida às concessões oferecidas aos países em desenvolvimento.

Silveira articula proposta

NOVA YORK — Com o almoço que oferecerá amanhã aos chefes das delegações africanas, o chanceler Azeredo da Silveira encerrará o trabalho que empreendeu junto às nações do Terceiro Mundo, visando a ganhar simpatia para a proposta que apresentou na ONU. Ontem, Silveira já reuniu num almoço os latino-americanos, e num jantar, os árabes.

Ninguém na delegação brasileira, nem mesmo os assessores mais diretos do chanceler, se deixa iludir quanto às possibilidades dessa campanha de

proselitismo dar resultados imediatos. Nem se espera que a proposta possa ser "digerida" ainda no curso da atual sessão da Assembleia Geral da ONU, a qual se encerrará no fim do ano.

A proposta brasileira foi apresentada num momento em que os países do Terceiro Mundo já tinham preparado uma linha de ação conjunta em torno de reivindicações mais imediatas, as quais, em grande parte, o governo norte-americano se dispôs a atender. E isto é que deverá merecer a maior atenção nesta sessão da Assembleia Geral.

ESP-24-10-75

A proposta de Silveira, porém, permanecerá como meta para o futuro, pois somente ela, no entender de diplomatas brasileiros, oferece uma solução ideal para o problema das relações econômicas internacionais, solução calçada, numa realidade que a cada dia se torna mais clara. Seu fim é a realização de uma outra conferência mundial, como as que no passado deram origem ao GATT e ao FMI, desta vez para regular as relações econômicas Norte-Sul, entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.

BRASIL VENDE CARNE À NIGÉRIA

ESP-17-10-75

Representantes do Ministério da Agricultura da Nigéria acertaram ontem, em Brasília, a compra de 500 toneladas de carne, que serão embarcadas nos próximos três meses, por via aérea, para suprir as necessidades de abastecimento daquele país. Em princípio, os representantes nigerianos acertaram também o envio regular de duas mil toneladas mensais, por via marítima, fato que representa, segundo técnicos do Ministério da Agricultura, a abertura do mercado africano ao Brasil.

SILVEIRA PREGA

REFORMA ESP-27-9-75

O almoço que o Conselho Nacional de Comércio Exterior dos Estados Unidos ofereceu hoje a Silveira foi considerado excelente pela delegação brasileira. O chanceler brasileiro pôde manter contatos com 75 expressivos empresários norte-americanos ligados ao comércio exterior e aproveitou para reiterar a necessidade de uma reforma na atual ordem econômica internacional.

Silveira tentou assim convencer um importante setor da opinião pública dos Estados Unidos acerca das vantagens potencialmente apresentadas pela proposta que ofereceu à ONU. No sentido de se estabelecer um acordo geral de comércio, de caráter normativo, obrigatório, entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.

O chanceler brasileiro usou também de grande franqueza ao se referir à política dos Estados Unidos na América Latina. Os Estados Unidos, a seu ver, têm sido incapazes de levar a cabo, consistentemente, uma política de grande fôlego para aproximação com a América Latina — área colocada ainda em plano secundário entre as prioridades da política externa norte-americana.

Diplomacia Empresarial

JB-22-9-75

Em pronunciamento esclarecedor no Senado, reunidas as Comissões de Relações Exteriores e de Minas e Energia, o Chanceler Azeredo da Silveira colocou o acordo nuclear Brasil-Alemanha e empreendimentos bilaterais na América Latina dentro do contexto de uma diplomacia que, condenando os alinhamentos automáticos, procura realizar-se onde houver convergência de interesses.

Esta definição de política externa tem sido cumprida pelo Brasil com a máxima coerência. Sustada pelos Estados Unidos a proposta do "novo diálogo" em relação à América Latina, temos buscado concertar aqui projetos de interesse mútuo, e apoiamos a criação do Sistema Econômico Latino-Americano, que poderá, quando efetivado, compensar perdas ocasionadas por leis protecionistas estrangeiras de comércio.

O relacionamento em aplicação pelo Brasil caracteriza, por seu caráter pragmático, uma diplomacia empresarial. E, no que toca à América Latina, essa política já ultrapassou, há muito tempo, a fase de declaração de intenções. O Chanceler lembrou, em sua exposição no Senado, um acordo em andamento entre a Petrobrás e a Pemex para produção de equipamentos petrolíferos.

São vários, com efeito, os projetos que o nosso país propôs nos termos de uma solidariedade continental. Para ilustrar, há a exploração conjunta de carvão com a Colômbia, uma *joint-*

venture para explorar o cobre do Chile, a exploração conjunta de gás natural na Bolívia, o projeto da hidrelétrica de Itaipu com o Paraguai, além de represas a serem construídas em convênio com o Uruguai e a Argentina, em rios condominiais.

Estes projetos, alguns dos quais já em implantação, concorrerão para integrar economicamente os países da América Latina, pelos efeitos a serem introduzidos na expansão dos mercados nacionais. Com a Argentina, em especial, temos um intercâmbio comercial forte e em expectativa de crescimento, a julgar pela política de reaproximação baseada em projetos bilaterais e multilaterais na área da Bacia do Prata.

Empresas binacionais a surgir poderão, por seu porte, contrabalançar a incipiência de capitais locais e concorrer até mesmo com as multinacionais. Não é demais lembrar que o Brasil, em certos setores de consultoria técnica — no ramo da engenharia, por exemplo — está já agora em condições de oferecer *know-how*.

O mesmo espírito — o de livrar o país, no futuro, da dependência externa relativamente a certas tecnologias — presidiu a associação para implantar aqui centrais nucleares destinadas à produção de eletricidade. O Chanceler acredita que o acordo com a Alemanha Ocidental abriu possibilidades a outras cooperações essenciais ao desenvolvimento. As propostas de desenvolvimento regional na América do Sul inscrevem-se no conjunto do programa de cooperação.

BASES PROGRAMÁTICAS DA POLÍTICA EXTERNA
1-SILVEIRA NA CAMARA: A ÓTICA BRASILEIRA

ESP-9 DE OUTUBRO DE 1975

No quadro externo atual, ressalta indiscutível a supremacia de duas potências de irradiação universal, engajadas numa disputa de influência global. Independentemente das graduações de poder político ou econômico de que cada uma disponha, o fato irrefutável é que ambas dispõem, individualmente, de suficiente poder militar para provocar uma hecatombe mundial. Esse poder lhes dá, de seu ponto de vista, o direito de considerar o problema das relações entre ambas como de absoluta prioridade com relação a todos os demais problemas internacionais que afetem a qualquer número de países, sob a alegação de que o desastre que resultasse de uma insuperável divergência entre elas seria universal, e a todos arrasaria.

Dentro dessa ótica, apenas as duas potências líderes seriam protagonistas da História Universal Contemporânea, ficando a evolução dos demais dependente dos rumos de suas relações.

Esse raciocínio simplista alimentou a guerra fria, favoreceu a repartição do mundo em blocos, estimulou os alinhamentos automáticos e criou o não-alinhamento militante.

A evolução dessas tendências é dinâmica e, com o tempo, o problema das relações Leste-Oeste foi se desprendendo de sua característica maniqueísta fundamental, apresentando-se, hoje, de forma infinitamente mais complexa.

Uma marcante transformação ocorreu na própria caracterização do mundo ocidental, com o qual se identificava o lado oeste do conflito. Enquanto, originalmente, ele era concebido como a totalidade do mundo não-comunista, hoje ele é identificado, pelo menos no pensamento oficial norte-americano, com as "democracias industriais",

o que parece abarcar um número reduzido e selecionado de países do Hemisfério Norte. Tal concepção relega a uma espécie de limbo político mundial os países que não se enquadram nas categorias implicitamente reconhecidas: "democracias industriais", países comunistas, países não-alinhados.

Até certo ponto, ela reflete também, a superimposição do conflito Norte-Sul sobre o conflito Leste-Oeste. Com efeito, as "democracias industriais" não são senão o subconjunto formado pelo encontro daqueles dois conjuntos, o que equivale a negar a amplitude que o universo econômico ocidental realmente tem.

Durante certo tempo, não foi de bom tom falar-se num conflito Norte-Sul, o que poderia dar a impressão de que o universo ocidental estaria dividido. Na verdade, ele estava e a "rationale" que justificava não revelar a divisão era causa e estímulo dessa mesma separação. Na medida em que se sustentava que o importante era fortalecer o centro e não tergiversar nas alianças que o garantiam, se estava solapando as bases mesmas da solidariedade, pois não podiam os países da periferia conformar-se com uma posição subalterna e indefinidamente dependente.

Em anos recentes, mais e mais um número crescente de países passou a dar aos problemas diretamente nacionais a primazia sobre os problemas de interesse indireto e entre os problemas de interesse direto avultou, em primeiro lugar, o do desenvolvimento econômico e social de seus povos. Não deixa de ser curioso notar como, no momento em que a ênfase das divergências mundiais parece deslocar-se do plano ideológico para o plano dos interesses econômicos, os países que se consideravam o

centro passaram a aplicar ao universo econômico os mesmos raciocínios que aplicavam ao político-ideológico, ou seja: não haverá estabilidade ou progresso econômico universal se não houver recuperação econômica no centro; por conseguinte, os interesses dos países em desenvolvimento, residem primordialmente em permitir ou ajudar ao centro a recuperar-se economicamente.

O Brasil se recusa a ver o mundo por essas óticas distorcidas que justificam os privilégios de umas quantas poucas nações em detrimento dos legítimos interesses das demais. Consideramos que a aceitação da realidade internacional tal como ela se apresenta, e o reconhecimento da necessidade de harmonizar os interesses norte-sul, constituem condição essencial para que se inicie um processo de revisão nas atuais tendências internacionais e se fortaleça o universo ocidental em que vivemos.

No que respeita ao conflito Leste-Oeste, recusamo-nos a considerar que os interesses nacionais necessariamente sejam contingentes aos de outros países. Por essa razão, procuramos, por um lado, desmistificar o argumento que invoca os alinhamentos automáticos em nome da preponderância dos interesses das nações líderes, e, por outro lado, identificar claramente e defender os interesses nacionais diante de cada problema concreto.

Essa orientação corresponde, ademais, nitidamente, aos interesses mais vastos da grande comunidade das nações. O bipolarismo nada mais era do que a exacerbação ao máximo das antigas tendências de organização internacional com base em sistemas de preponderância e de clientelismo, chamando-se essa preponderância

por quaisquer dos nomes que caracterizavam a suzerania política ou econômica e aquele clientelismo por qualquer das designações indicativas de dependência ou vassalagem de toda ordem.

Curioso é notar que nunca ninguém se perturbou com o fato de haver contradição expressa entre a ordem vigente e o arcabouço de princípios professado, defendido e consagrado nos diversos arranjos internacionais bilaterais ou multilaterais.

Esse corpo de doutrina estabelece com pequenas variações, sobretudo de ênfase, nos princípios, quase sempre os mesmos, que as relações entre Estados devem fundar-se em conceitos tais como a igualdade jurídica das nações, o direito à autodeterminação, a não intervenção nos assuntos internos de outros Estados, o direito à paz, à segurança, ao progresso econômico e social e à Justiça. Tem sido o inapagável ideal dos homens mais esclarecidos de todos os continentes que esses princípios sejam, efetivamente, aplicados e universalmente praticados.

Na prática, estamos longe, ainda, de ver sobre eles estruturada a ordem internacional. Não sumiram as ambições hegemônicas; o direito à autodeterminação tem sido conquistado em oposição à ordem internacional vigente e não ajudado por ela; a intervenção em assuntos internos de outros Estados é ainda prática corrente, que dificulta o entendimento e a fraternidade mesmo no plano regional; a paz se vê prometida ou defendida com a força que ameaça a segurança; o progresso econômico encaixa na impossibilidade da cooperação harmoniosa e o desenvolvimento social e a justiça sofrem ser relegados a prioridades

esquecidas.

E, no entanto, não é o Apocalipse o que vejo.

Sempre tive clara a noção de que é nos momentos de crise que surgem as grandes soluções. Somente a crise revela a inutilidade dos arranjos paliativos e a inadiável necessidade de medidas profundas.

Atravessa o mundo, hoje, um desses momentos para ampla revisão. É natural que, como primeira reação, os países reflutam caracteristicamente para as barreiras dos seus preconceitos políticos, econômicos ou de qualquer ordem. É natural, ainda, que as atitudes reivindicatórias de cada parte com isso se acirrem e levem a uma confrontação verbal por vezes frenética. É natural, também, que os primeiros gestos de negociação sejam minimalistas e pareçam irrisórios.

O importante é entender que essa coreografia da negociação global talvez seja inevitável e manter-se atento às oportunidades que se forem abrindo para a dissipação dos temores irracionais e a disseminação de juízos mais realistas que avaliem o longo e amplo processo de recomodação de ordem internacional em termos menos imediatistas e parciais.

Pensamos estar dando uma contribuição nesse sentido.

No plano global Leste-Oeste, o Brasil, sem e nenhum momento perder de vista sua profunda identidade com os valores cristãos da civilização ocidental, admite e mesmo deseja que o mundo ocidental, reconhecido na sua inteira significação geográfica e cultural, se desenvolva na riqueza de sua variedade para que possa realizar sua aspiração dominante de criação de uma ordem internacional fundada em valores humanísticos. Não acreditamos na superioridade das ordens baseadas na subordinação ou na imposição de valores estranhos. Por essa mesma razão, vemos rica é a tendência universal para a valorização do que é nacional, do que é típico, do que é próprio de cada comunidade, em qualquer longitude.

Nossa contribuição nesse sentido,

damo-la realizando uma política externa ecumênica, certos de que os contatos são mais úteis do que o isolamento e a ignorância, e procurando impedir que as relações de amizade bilateral e de fraternidade multilateral com outros países sirvam a propósitos contrários aos esforços de entendimento e de aproximação universal aos quais nos consagramos. Damo-la, também, no foro multilateral institucional adequado, pela nossa constante colaboração nos esforços de modernização da Carta e das atividades das Nações Unidas.

Da mesma forma, no plano do conflito Norte-Sul, nossa contribuição é sobretudo realista, pragmática e positiva. Não podemos ignorar que o conflito existe. Seria negar as mais claras e contundentes evidências. Não podemos aceitar a tese dos países desenvolvidos de que o desequilíbrio que gera o conflito originou-se nas fontes do sistema das economias de mercado e que é dever das economias periféricas ajudar o centro a recuperar-se para que o fluxo de investimentos essencial ao progresso das nações economicamente mais débeis volte a se estabelecer. Não podemos, finalmente, contentarmo-nos com vitórias verbais que não sejam, elas próprias, instrumento eficaz para a instauração da nova ordem econômica internacional.

A esse respeito, não perdemos de vista a gênese do movimento de confrontação entre os países menos desenvolvidos e os mais desenvolvidos que, em 1974 atingiu o clímax durante a XXIX Assembléia Geral da ONU. Não resulta ela, como parecem avaliar erroneamente certos estadistas esclarecidos nos próprios países desenvolvidos, de uma maior incapacidade dos países em desenvolvimento de julgar o quadro econômico global e suas próprias necessidades, ou de uma vocação inelutável de sua parte para o irracional e o emocional. A verdade é que os dirigentes econômicos na maioria dos países em desenvolvimento revelam um requintado conhecimento das leis que regem a vida econômica internacional e das instituições e pessoas que as aplicam nos países desenvolvidos. É até frequente que aqueles

dirigentes se tenham formado nos países desenvolvidos, ou sob a influência das doutrinas econômicas neles professadas. Em qualquer hipótese, a experiência corrente é que tais dirigentes, já atuando como políticos, tenham quotidianamente encontrado em exercício a contradição corrente que governa as ações dos líderes políticos e econômicos dos governos de países desenvolvidos que ou propugnam soluções que, se aplicadas, redundariam em maior autonomia dos países em desenvolvimento e, como tal, contrariariam a continuidade ou a construção de clientelismos econômicos e políticos, ou advogam relações que, com novas roupagens, significariam a perpetuação do colonialismo.

Os exemplos são abundantes e sua discussão hoje faz parte do dia-a-dia do homem comum.

O espírito de confrontação surgiu da exasperação com essas contradições, de um certo cansaço com o embaçamento conceitual dos países desenvolvidos e, também, da aparente falta de alternativas.

Temos assistido a um relativo esfriamento de ânimos e a esperança parece surgir de que se tenha criado um clima mais propício ao atendimento. Por essa razão, sempre atento às oportunidades para maximizar os frutos da negociação, o Brasil apresentou, durante a VII Assembléia Especial das Nações Unidas, convocada especialmente para "considerar novos conceitos e opções com o objetivo de efetivamente promover a solução dos problemas econômicos mundiais, em particular aqueles dos países em desenvolvimento, e assistir na evolução de um sistema de relações econômicas mundiais baseado na igualdade e nos interesses comuns de todos os países", uma proposta de negociação de um Acordo Geral de Comércio Norte-Sul.

Temos ampla consciência de quanto a nossa proposta é insuficiente para atender às necessidades dos países em desenvolvimento e de quanto ela é ambiciosa para aplacar os temores protecionistas dos desenvolvidos.

Não propomos refazer a ordem econômica internacional, discipli-

nar os mecanismos financeiros, orientar os fluxos de investimentos, harmonizar programas de impacto global, pensar, enfim, na humanidade de como um todo e na construção de um futuro viável e, se possível, próspero como uma tarefa solidária da humanidade. Para tal idealismo ainda não estão maduros os povos. Tomamos um aspecto apenas do vasto panorama de inequidades econômicas para tentar resolver, o do comércio internacional e, dentro dele, alguns problemas muito concretos que soem ser os que maior desequilíbrio provocam nas relações de intercâmbio: acesso e preços para certas categorias de produtos e em certas condições. Acesso, por parte dos países em desenvolvimento, aos mercados dos países desenvolvidos, para seus produtos de exportação: produtos primários e manufaturados, em proporções crescentes e compatíveis com as necessidades de desenvolvimento. Acesso, ainda, por parte dos países em desenvolvimento, em condições adequadas, aos bens de equipamento e a tecnologia necessária ao desenvolvimento. Por parte dos países desenvolvidos, tratar-se-ia, igualmente, de garantir-lhes, em condições negociadas de reciprocidade, acesso a matérias-primas essenciais, e preços justos para esses produtos.

A proposta brasileira está baseada na constatação de que existem interesses nos dois sentidos e, no presente, melhores condições de negociação, porquanto as vantagens que se podem oferecer às duas partes, se não são equivalentes, são compatíveis. A esse respeito, não se pode perder de vista que a equivalência de concessões seria inequitativa, devido ao fato de que as partes de apresentam para a negociação em condições de total desequilíbrio.

A proposta brasileira foi propositalmente oferecida de forma a que seu aproveitamento pudesse ser conduzido na maneira mais flexível possível. Não se liga ela à idéia de criação de novo mecanismo institucional, nem interfere com a exclusão dos presentes. A rigor, uma vez que se chegasse ao acordo geral, os mecanismos atuais poderiam ser chamados a aplicar as novas regras, o que pode ser feito com um mínimo de adaptações.

2 - SILVEIRA NO ROYAL INSTITUTE: AS ÁREAS PRIORITÁRIAS

ESP - 22 DE OUTUBRO DE 1975

Esta é a íntegra do discurso pronunciado pelo chanceler Azeredo da Silveira no Royal Institute of International Affairs:

2 - O novo sistema político internacional e o papel de uma nação emergente.

Tem-se dito, com frequência, que estamos entrando em uma nova era nas relações internacionais. Esta evolução tem sido caracterizada como o fim do "período de pós-guerra", expressão com que efemericamente, se quer assinalar o fim da "guerra fria". Um dos aspectos principais dessa nova fase reside no fato de que o novo sistema que ora emerge do anterior, não se caracteriza mais por uma rígida bipolaridade de poder. Em seu lugar, se está criando um sistema complexo, dividido em vários subsistemas que operam em diferentes níveis. Para limitarmos aos mais importantes: existe, hoje, um subsistema econômico que difere do político, e este, por sua vez, é distinto do estratégico, e assim por diante. O fato digno de nota

é que as nações agem de forma diversa, em cada um desses subsistemas. A forma em que articulam suas alianças e "entes" com outras nações também varia de um nível para outro. Dessa forma, nações que estão unidas por valores similares no nível político-ideológico encontram-se separadas por força de seu distinto status econômico ou até, como o demonstrou o conflito sino-soviético, pelos seus diferentes interesses estratégicos e militares. O conflito Norte-Sul, demais do conflito Leste-Oeste, tornou-se assunto de conversa quotidiana. Outros analistas assinalam um suposto antagonismo entre as nações produtoras e consumidoras de petróleo. Naturalmente, todos esses conflitos e contradições não existem num vazio. Estão em constante ação, tanto recíproca, quanto sobre o sistema como um todo.

Tem-se perguntado se o Brasil se considera parte do Terceiro Mundo. . . . O Terceiro Mundo, segundo o vejo, e como creio ser visto pela

maioria dos brasileiros que se interessam pelas relações internacionais, diz respeito a um grande grupo de Estados, que compreende a vasta maioria da humanidade, cuja situação, tanto em termos econômicos, quanto no que se refere à capacidade de exercer ação independente no campo internacional, é ainda limitada pela atual estrutura do poder.

Se é difícil dizer o que são as nações do Terceiro Mundo, dada a variedade de situações específicas que as caracterizam, fácil se torna determinar o que não são, e, portanto, ao que aspiram ser. Pois não são superpotências com a capacidade de destruir o mundo ou com direito auto-proclamado de decidir sobre o futuro de toda a humanidade. Tampouco são potências de "classe média" satisfeitas com seus status atual e com sua posição relativa no sistema internacional. Caracteriza-as a aspiração comum ao progresso e bem-estar de suas populações, e a esperança por maior participação nas decisões que afetam a humanidade como um todo. Nesse

sentido, portanto, de comparar das aspirações por uma maior influência nas decisões internacionais e de participar da oposição a qualquer tentativa de cristalização da atual distribuição do poder e da riqueza, o Brasil é parte do Terceiro Mundo.

3 - As áreas prioritárias da política externa brasileira

O fato de que escolhemos um enfoque ecumênico para a nossa política externa, de que nos dispomos, assim, a manter relações diplomáticas com todos os países que estão, igualmente, inclinados a basear suas relações externas nos princípios da não-intervenção e de respeito mútuo, não implica que nossa política externa deva ser desprovida de sentido de prioridades. Estas, obviamente, existem e foram definidas, pela primeira vez, pelo próprio presidente da República. Designou ele as reais prioridades de nossa política externa como sendo nossos "vizinhos de aquém e de além-mar": A América Latina e a África. E, realmente, entre as nações do Terceiro Mundo, aquelas loca-

lizadas nas duas regiões que acabo de mencionar são as que têm mais características em comum conosco. No caso da América Latina, além da origem ibérica comum, sempre mesclada aos componentes africanos e indígenas, estamos vinculados a nossos vizinhos pelos laços sólidos da Geografia e da História. Temos, também, em comum, nossa proximidade de uma das super potências. Essa mesma proximidade determina que as relações entre a América Latina e os Estados Unidos da América sejam de uma natureza especial e que constituam um importante componente do processo político da região. Historicamente, o caráter especial dessas relações gerou expectativas, assim como frustrações. O Brasil está profundamente comprometido com a solidariedade das nações latino-americanas. E nestas incluiu as novas nações de língua inglesa da Caribe, cuja contribuição para a nossa região, especialmente nos organismos multilaterais, tem sido considerável.

O presidente Geisel referiu-se às nações africanas como sendo "nossos vizinhos d'além-mar". E, de fato, tal é nosso sentimento em relação às jovens nações daquele continente. A contribuição africana à

cultura brasileira foi notável. Etnicamente, sua participação na formação da atual população brasileira é óbvia. Ainda mais importante foi a contribuição que recebemos da África no que concerne aos valores espirituais. Muito natural, portanto, que nos esforcemos por desenvolver as mais calorosas e íntimas relações com os países africanos. Naturalmente, um lugar especial nessas relações está reservado às nações de língua portuguesa, cuja vida como entidades independentes agora se inicia. Nossa disposição de cooperar com elas, na base do respeito mútuo e benefício recíproco, é total, como o é também a franqueza e sinceridade de nossas intenções.

4 — Relações com o mundo desenvolvido: CEE, Grã-Bretanha.

A prioridade que concedemos às nações em desenvolvimento, particularmente às da África e América Latina, não significa de forma alguma, minuzimar a importância de nossas relações com os países do primeiro e segundo mundos: as nações industrializadas do Leste e do Oeste. Entre elas, naturalmente, são de especial importância as relações que mantemos com as nações da Comunidade Económica Europeia,

que tomadas em conjunto, são hoje o principal supridor de nossas importações e nosso principal cliente. Com essas nações, o Brasil se esforça por desenvolver uma relação baseada no princípio do benefício mútuo, suscetível de criar as condições para uma verdadeira interdependência horizontal, distinta de vertical, que prevalece hoje na maior parte do mundo e se caracteriza pelo modelo de dominação, remanescente dos sistemas coloniais.

Já aludi à importância que nosso comércio com a Europa tem no conjunto de nossas relações económicas internacionais. Só podemos esperar que essa importância não seja prejudicada pela tendência à criação de áreas fechadas, nas quais o intercâmbio comercial entre certas regiões é insulado e floresce à custa do resto do mundo. Podemos ver muito bem que a convenção de Lomé, recentemente assinada entre a CEE e um grupo de países em desenvolvimento da África, Caribe e do Pacífico, tem importantes cláusulas inovadoras, que, se estendidas à totalidade das relações entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento, teriam um efeito muito positivo, similar àquele buscado pela suges-

tão brasileira de um acordo comercial entre o Norte e o Sul. Na prática, a aplicação dessas cláusulas de uma maneira discriminatória ameaça aumentar a compartimentação do comércio mundial, consolidando esferas de influência, em prejuízo de todos e, particularmente, dos países em desenvolvimento que não participam da convenção. Temos confiança em que a decisão histórica tomada pelo povo britânico de integrar seu destino à da Europa terá um impacto revigorante sobre as relações da Comunidade com o mundo em desenvolvimento e contribuirá para a liberalização de suas atitudes, especialmente em matérias relativas ao comércio e outros fluxos económicos.

Politicamente, o Brasil vê com prazer o fortalecimento da tendência à unidade europeia. Como nação emergente, fundamentalmente oposta à cristalização do poder mundial nas mãos de um limitado número de países, o Brasil favorece a criação ou consolidação de novos centros de poder. De fato, o fortalecimento da unidade europeia é tão importante para a preservação dos valores do mundo ocidental como o é a criação de relações positivas entre o Norte e o Sul.

Washington desaprova Itamaraty

ESP-24-10-75

WASHINGTON — Os Estados Unidos enviaram notas ao Brasil, México, Chile e Guiana manifestando sua desaprovação a esses países latino-americanos que, na semana passada, votaram, numa comissão das Nações Unidas, a favor do projeto de resolução que considera o sionismo "uma forma de racismo e de discriminação racial". A informação foi divulgada por porta-voz do Departamento de Estado. Setenta países votaram a favor da resolução.

Em Brasília, enquanto o presidente da República reiterava ontem a adesão brasileira aos propósitos e princípios que regem a Organização das Nações Unidas, no dia em que a entidade completava 30 anos, o Itamaraty tentava conter a repercussão desfavorável do voto contra o sionismo, reafirmando que a política brasileira em relação ao conflito árabe-israelense não tinha sofrido nenhuma alteração, estando, portanto, válidos os postulados básicos da posição do Brasil: reconhecimento da existência de Israel e necessidade de uma solução pacífica e negociada para a situação.

Afirmando que o Brasil reconheceu a ONU como principal centro harmonizador dos interesses de Estados soberanos e iguais, o presidente Geisel definiu, como o meio mais eficaz para concretizar o ideal de

justiça contido na Carta da ONU, a cooperação entre Estados em busca do bem-estar comum. Por outro lado, a moção árabe na ONU, aprovada com a ajuda brasileira, vem sendo aponjada, em círculos diplomáticos de Brasília, como uma medida parcial que visa a interesses particulares das nações árabes, abraçados pelo Brasil por razões económicas, numa tentativa de capitalizar a simpatia árabe para os problemas enfrentados pela economia brasileira, afetada pelo problema do petróleo.

ITAMARATY CONSIDERA INTROMISSÃO

Fontes do Itamaraty consideraram ontem "uma intromissão nos assuntos internos do Brasil e uma interferência na expressão de soberania brasileira" a iniciativa do governo norte-americano de enviar ao Brasil uma nota oficial, manifestando sua desaprovação ao voto brasileiro nas Nações Unidas, a favor da moção árabe definindo o sionismo como uma forma de racismo e discriminação racial.

Não só o assunto e, especialmente, os termos da nota causaram estranheza nos meios diplomáticos brasileiros, como também foi considerado insólito o fato da nota ter sido divulgada unilateralmente por um porta-voz do Departamento do Estado, em Washington, uma vez que é praxe diplomática internacional divulgar correspondência oficial entre dois países somente de comum acordo e o Itamaraty não foi consultado sobre a conveniência de tornar pública a nota.

3- NOVO MODELO DE COOPERAÇÃO

ESP-19-10-75

LONDRES — O estabelecimento de novo modelo de cooperação entre o Brasil e cada um dos três países a serem visitados a partir de amanhã pelo chanceler Azeredo da Silveira — Inglaterra, França e Itália — deverá ser o ponto alto da viagem. Ao menos no plano oficial. Porque, à margem do programa acertado em nível de governo, atribui-se também grande importância aos contatos que se espera venham a ser mantidos, nesta Capital, entre Silveira e representantes das grandes empresas petrolíferas possivelmente interessadas em se informar a respeito dos contratos de serviço, com cláusulas de risco, agora autorizados pelo governo brasileiro.

Esse "novo modelo" é o que vigora nas relações Brasil-Alemanha e que deu origem ao acordo de cooperação nuclear assinado em meados do ano. Trata-se, como o próprio Silveira explicou, de estabelecer com esses três países um mecanismo permanente e eficaz de consulta, que permita uma cooperação mais estreita, justa e para todos vantajosa. É assim que se faz com a RFA.

Foi assim, lembra o ministro, que o Brasil e a RFA, ao

firmarem o acordo de cooperação nuclear, introduziram um elemento novo no quadro das relações entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Pela primeira vez se instituiu "um programa amplo de cooperação num setor vanguardado, fixando não apenas radicais condições novas de comércio, mas, sobretudo, prevenindo a transferência completa de tecnologia avançada".

É nessa transferência de tecnologia que Silveira está particularmente interessado. Ele entende que se deve continuar incentivando a participação de capital estrangeiro na economia nacional, mas com transferência real de tecnologia. "Não podemos continuar como compradores passivos", assinala.

Os acordos a serem assinados com a Inglaterra — aqui, com a denominação de "memorandum de entendimento" —, a França e a Itália deverão prever a criação de comissões mistas, mas de molde diferente das tradicionais. As tradicionais têm organização e metodologia de trabalho mais rígidas e são de caráter predominantemente económico. Tratam essencialmente das relações comerciais. Só última-

mente é que algumas delas têm diversificado um pouco sua atuação, para se ocuparem também de cooperação técnica e científica. Mas o grande problema delas é que só funcionam quando se reúnem, uma vez por ano ou uma vez em cada dois anos.

O novo tipo de comissão, como esse que o Brasil estatuiu com a República Federal da Alemanha e que vai agora criar com os ingleses, os franceses e os italianos, é muito mais dinâmico. A comissão funciona como órgão coordenador de um ilimitado programa de cooperação. Seu objetivo não é o de promover vendas, mas sim o de encontrar e definir áreas precisas onde a cooperação possa frutificar e então proporcionar a aproximação e o entendimento entre as entidades ou empresas que dela participam diretamente. Foi assim que a Comissão Teuto-Brasileira, criada em junho de 1969, começou por executar um programa de intercâmbio de técnicos e cientistas na área da energia nuclear e de aproximação entre os órgãos competentes brasileiros, de um lado, e o Centro de Pesquisas Nucleares de Juelich, de outro — e disso resultou, seis anos depois, o acordo de cooperação nuclear. A Comissão Teuto-Brasileira, assim, ao realizar, diretamente, os programas de cooperação, mas, mediante troca permanente de informações, de esclarecimentos, cria as comissões para que os setores, públicos ou privados, sob sua supervisão, instituem e executem programas e serviços de cooperação.

BRASIL LIDERA CORRIDA ARMAMENTISTA NA A.L.

ESP-29-9-75

Um artigo publicado na revista argentina "Crisis" — "Brasil — o Vizinho Armado" — fez com que na semana passada algumas autoridades militares voltassem a se manifestar sobre os reais objetivos brasileiros ao promover o reaparelhamento das suas Forças Armadas não vendo neles qualquer propósito de fomentar uma corrida armamentista dentro do Continente ou planos que coloquem em perigo a segurança dos vizinhos".

O autor do artigo, Urgo Scaron, afirmou, com base nas aquisições feitas pelas Forças Armadas brasi-

leiras de modernas armas na Europa e nos Estados Unidos, aliados a produção nacional de aviões sob licença, que isso punha em evidência que o Brasil "poderá ter planos geopolíticos que a qualquer momento poderão por em perigo a segurança de Estados da área". Acrescentou ainda que além disso existe "projeto de formar uma brigada de sete mil para-quadistas, força que poderá operar em qualquer parte da América Latina em 24 horas".

Os fatos e os dados apontados por Scaron, segundo as autoridades militares, não podem ser considerados, de maneira nenhuma, indício de que o Brasil esteja provocando uma corrida armamentista, pois o objetivo brasileiro é unicamente a modernização dos equipamentos existentes. Destaca-se que algumas armas agora adquiridas já vinham sendo utilizadas por outros países dentro do Continente, entre os quais a Argentina que possui, também, fragatas equipadas com mísseis.

Além disso, eles afirmam que essas compras não foram secretas mas amplamente divulgadas em publicações oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, "no que deve ter-se baseado o articulista argentino". Lembraram que, em entrevista concedida no início da semana passada, em Brasília, o ministro da Marinha explicou os propósitos brasileiros de reequipar a sua Força notando que a atualização das Forças Armadas foi e é uma necessidade da soberania do País".

No tocante ao reaparelhamento do Exército, de acordo com as publicações oficiais, a partir de 1970, ele foi considerado como "inadiável", já que se fazia necessário repor e modernizar o seu equipamento, bastante desgastado e até certo ponto obsoleto. Na América Latina, alguns países já vinham fazendo o seu reequipamento, enquanto no Brasil ele foi inclusive, uma das metas do planejamento governamental, visando a gradual nacionalização.

No tocante à Brigada de Para-quadistas, a oficialidade lembra que ela já existe há muitos anos e até hoje "nunca despertou temor aos países vizinhos". Segundo o ministro da Marinha, o Brasil tem procurado manter relações pacíficas com todos e a modernização da Marinha foi estabelecida em função da extensão da costa brasileira.

Revista argentina prevê a fabricação da bomba atômica pelos brasileiros

18-7-10-75

Paris — O Brasil fabricará a bomba atômica com o pretexto de destiná-la para fins pacíficos, afirma a revista *Estratégia* que circulará amanhã em Buenos Aires. A publicação, editada pelo Instituto Argentino de Estudos Estratégicos e das Relações Internacionais, é dirigida pelo General reformado Juan Guglielmelli.

Em um artigo intitulado *E se o Brasil Fabricar a Bomba Atômica?*, Guglielmelli analisa as consequências estratégicas e políticas do acordo nuclear Brasil-Alemanha no Sul da América Latina.

TECNOLOGIA

Depois de examinar diversas cláusulas do acordo nuclear, Guglielmelli lembra que o JORNAL DO BRASIL afirmou que o artigo 2º do documento "não representa o compromisso de não utilizar futuramente artefatos nucleares" e também "não impede que o Brasil desenvolva uma tecnologia própria a partir dos conhecimentos adquiridos."

Guglielmelli admite que a partir da análise do conteúdo do acordo feita pelos brasileiros torna-se "possível dizer que existe no país vizinho a firme decisão de

se incorporar ao Clube Atômico, isto é, de fabricar a bomba atômica."

Segundo ele, se o Brasil construir sua bomba atômica a Argentina terá também de fabricar a sua. Recomenda que para enfrentar esse problema a Argentina "deve ter com o Brasil, no plano de uma negociação global, um acordo de informação, consulta e eventual cooperação técnica no campo nuclear." Esse convênio deve determinar "seguranças efetivas e recíprocas diante da possível fabricação de artefatos nucleares, embora estes se destinem para fins pacíficos.

A PREOCUPAÇÃO: CONTROLE DO PRATA

Com as concepções políticas do peronismo ortodoxo, inspiradas na doutrina da Argentina Potência, é que devem ser entendidos o pensamento e a ação do General Juan E. Guglielmelli, diretor da revista *Estratégia* e do organismo que a edita, o Instituto Argentino de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais, não oficial.

Os seminários do Instituto e os 36 números de *Estratégia* já editados focalizam inevitavelmente a rivalidade brasileiro-argentina. Guglielmelli parte da premissa de que os dois países disputam a hegemonia do espaço vital do Prata. Defende uma "reaproximação estratégica" entre Brasil e Argentina, para dividir funções no continente, porém, em seus artigos adverte: é preciso que a Argentina se fortaleça, a fim de sentar na mesa de negociações com o Brasil.

Os programas nucleares argentinos parecem-lhe o melhor instrumento para sensibilizar o Brasil à negociação, principalmente porque o Instituto, trabalhando em cima do livro *Geopolítica do Brasil*, do General Golbery do Couto e Silva, está convencido de que o projeto nacional brasileiro é de vocação hegemônica e não será contido caso os argentinos não ampliem seu poder suasório.

Guglielmelli exerceu importantes cargos militares e é, ainda hoje, o mais acatado estrategista argentino. A revista que ele dirige tem grande influência nos meios militares. Editada por um instituto particular, reúne militares reformados, cientistas políticos e sociólogos para afirmar posições que as instituições oficiais não poderiam tomar diretamente.

publicações consultadas para este número

jornal	O ESTADO DE S. PAULO	revista	Visão
jornal	JORNAL DO BRASIL	revista	BANAS
jornal	TRIBUNA DA IMPRENSA	revista	EXAME
jornal	Opinião	revista	DIRIGENTE INDUSTRIAL
jornal	MOVIMENTO	revista	DIRIGENTE RURAL
boletim	DIAL	revista	Conjuntura Econômica
revista	VEJA	publicações	latino - americanas

ASSINATURAS - 6 meses : US 6
 1 ano : US 12
DE APOIO - 6 meses : US 10
 1 ano : US 20
 por avião mais US 3

ENDEREÇO
conjuntura brasileira
c/o michel thery
29, rue meslay
paris 75 003 - france
